



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JONATAN CÂNDIDO DA SILVA

**ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um estudo em
Editoras Universitárias Federais do Brasil**

Recife
2023

JONATAN CÂNDIDO DA SILVA

**ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:
um estudo em Editoras Universitárias Federais do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra de Albuquerque Siebra

Recife

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

S586a Silva, Jonatan Candido da
Acesso à informação para pessoa com deficiência: um estudo em Editoras Universitárias Federais do Brasil/ Jonatan Candido da Silva – Recife, 2023.
164f.: il., fig.

Sob orientação de Sandra de Albuquerque Siebra.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023.

Inclui referência, apêndices e anexo.

1. Editoras Universitárias. 2. Acessibilidade. 3. Inclusão Social. 4. Acesso à informação. 5. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. I. Siebra, Sandra de Albuquerque (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023-182)

JONATAN CANDIDO DA SILVA

***ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:
UM ESTUDO EM EDITORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO BRASIL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia

Aprovada em: 25/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Sandra de Albuquerque Siebra (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Izabel França de Lima (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico ao meu irmão, Leandro Vieira (*in memoriam*), meu único irmão, pela breve passagem aqui na terra. De onde quer que estejas, meu irmão, continue a olhar para nossa família, em especial, para Mainha. E tenhas a certeza de que farei o (im)possível para vê-la bem e feliz. Que assim seja!

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, que me abençoa e fortalece todos os dias.

Ao meu guia espiritual e a todos espíritos de luz que me cercam.

À minha família, em especial, a voinha Raminha, que me proporcionou chegar até aqui, mesmo quando tudo parecia ser tão distante, para não dizer impossível.

Ao meu amigo, companheiro, marido e meNINO, José Martins, por todo zelo, conselhos, carinho, sabedoria, afeto e, sobretudo, pelo amor concedido a todos que o cerca. Aposta paga, rs. Muito obrigado por existir em minha vida, velhinho!

À minha orientadora, Profa. Sandra de Albuquerque Siebra, pela sabedoria, dedicação, zelo e, sobretudo, paciência pelas minhas ausências e limitações. Meu muito obrigado é muito, muito, muito pouco por tudo que fez por mim. Que Deus, O Todo Poderoso, continue a iluminar e caminhar ao seu lado em tudo que for fazer. Abraço Fraternal!

Aos membros da banca examinadora, Profa. Izabel França de Lima e Prof. Murilo Silveira, principalmente por terem aceitado participar deste sonho comigo.

À Ana Lígia, especialmente, pela paciência diuturnamente para me escutar, ajudar a reescrever os textos, rs. Muito obrigado, bonita!

Aos amigos e amigas que participaram, de forma direta ou indireta, dessa construção: Giulianne Monteiro, Paulo Ricardo, Ronne Castro, Cinthia Holanda, Juliete Calazans, Naiara Passos, Pedro Andretta, Luís Cláudio, Camilo Passos, Giane da Paz, Shirly Pimentel, Fernanda Bernardo, Vanessa Rebelo e André Domingo.

À Universidade Federal de Pernambuco, principalmente, por ser uma instituição pública, gratuita e de qualidade, que outrora, ainda como estudante de graduação, proporcionou-me todos os elementos para que eu pudesse chegar aqui, e hoje, como servidor bibliotecário da instituição, continua a me proporcionar mais essa honraria/ascensão profissional.

À BibCAV e a todos os partícipes dela, em especial, a Ana Lígia, Giane, Jaci e Júnior.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE), por oferecer um curso gratuito e de excelência.

Ao corpo docente do PPGCI/UFPE, pelo conhecimento compartilhado e pelas significativas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa, em especial, a Profa. Leilah Bufrem, pela honra em ter sido seu aluno.

Ao Núcleo de Curadoria Digital, pelas importantes contribuições e discussões desde o desenvolvimento do projeto até a dissertação, especialmente, a Faysa de Maria, a Profa. Thais Santos e a Profa. Vildeane Borba.

Aos Tangas no aro (em ordem alfabética para ninguém ficar com ciúmes, rs): Abércio Martins, Alinni Paulini, Amanda Deodato, Hoton Esteves, Ísis Cortez, Jennifer Vila Nova, Joana D'Arc, Juliete Calazans, Mizia Vidal, Patrícia Lafayette.

A todos e todas da turma (mestrado e doutorado), em especial, Juliana Albuquerque, Paulo Victor, Yasmin Finger, Amanda Ganimó, Shirly Pimentel, Paulo Ricardo, Giane da Paz, Bruna Nascimento, Arlindo Teixeira, Roseane Souza e Lilian Melo.

“O livro acessível é para todas as pessoas, com e sem deficiência” (Mauch, 2021, *online*).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a acessibilidade proporcionada pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas Pessoas com Deficiência. Esta é uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, que faz uso da pesquisa bibliográfica e documental, e utiliza como instrumentos de coleta de dados um questionário *on-line* criado por meio da ferramenta *SurveyMonkey*. Do universo de 45 editoras universitárias, que são associadas à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), 17 responderam ao questionário. Entre os principais resultados verificou-se que nenhuma das editoras possui órgão, departamento ou comissão para tratar questões voltadas para acessibilidade, bem como há pouca interação entre elas e os Núcleos de Acessibilidade existentes nas instituições públicas federais. Das respondentes, 76,47% indicaram que, ao elaborar materiais para divulgação das publicações, questões relacionadas à acessibilidade não são consideradas. Verificou-se que em mais de 75% das editoras, os sites não possuem praticamente nenhum recurso de acessibilidade, tais como tradução para LIBRAS, uso de vídeos com legenda, possibilidade de mudança de contraste, presença de mapa do site, entre outros. A maioria das editoras (94.12%) afirmou ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), apesar dessa lei ter partes que afetam diretamente o trabalho das editoras. As maiores dificuldades mencionadas pelas editoras para trabalhar questões de acessibilidade se referem a ausência de recursos financeiros, de recursos humanos qualificados e de infraestrutura/recursos tecnológicos adequados. Conclui-se que é fundamental que as editoras universitárias públicas federais do Brasil empenhem-se para desenvolver estratégias e ações concretas para garantir o acesso equitativo à informação para pessoas com deficiência e que criem políticas e normativas específicas que promovam a inclusão e a acessibilidade em todas as etapas do processo de produção e divulgação de suas publicações.

Palavras-chave: editoras universitárias; acessibilidade; inclusão social; acesso à informação; lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

ABSTRACT

This research aimed to evaluate the accessibility provided by the Public Federal University Publishers of Brazil, in favour of the right of access to reading, information and communication by People with Disabilities. This is a descriptive research, with a qualitative and quantitative approach, which makes use of bibliographic and documentary research, and uses as data collection instruments an online questionnaire created through the SurveyMonkey tool. From the universe of 45 university publishers, which are associated with the Brazilian Association of University Publishers (ABEU), 17 responded to the questionnaire. Among the main results, it was found that none of the publishers has a body, department or commission to address issues related to accessibility. As well as there is little interaction between them and the existing Accessibility Centres in federal public institutions. Of the respondents, 76.47% indicated that, when preparing materials for the dissemination of publications, issues related to accessibility are not considered. It was also found that in more than 75% of the publishers, the websites have practically no accessibility features, such as translation into LIBRAS, use of videos with subtitles, possibility of changing contrast, presence of a site map, among others. Most publishers (94.12%) stated that they had little or no knowledge about the Brazilian Law on Inclusion of People with Disabilities (Law 13.146/2015), despite the fact that this law has parts that directly affect the work of publishers. And the greatest difficulties mentioned by publishers to work on accessibility issues refer to the lack of financial resources, qualified human resources and adequate infrastructure / technological resources. It is concluded that it is essential that federal public university publishers in Brazil endeavor to develop concrete strategies and actions to ensure equitable access to information for people with disabilities and to create specific policies and regulations that promote inclusion and accessibility at all stages of the production and dissemination process of their publications.

Keywords: university publishers; accessibility; social inclusion; access to information; brazilian law for the inclusion of people with disabilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Dez ideias condutoras para obtenção do acesso à informação como direito	27
Quadro 2 -	Classificação das Pessoas com Deficiência	30
Tabela 1 -	Censos demográficos	32
Quadro 3 -	Barreiras encontradas no meio digital pelas PcD	33
Figura 1 -	As seis dimensões de acessibilidade	41
Quadro 4 -	Instrumentos Internacionais sobre a Pessoa com Deficiência	44
Quadro 5 -	Instrumentos Nacionais para as Pessoas com Deficiência	45
Quadro 6 -	Camadas de orientação para o WCAG 2.1	51
Quadro 7 -	Conjunto de princípios e diretrizes do WCAG 2.1	52
Quadro 8 -	Princípios e Recomendações do e-MAG 3.0 por Seção	55
Quadro 9 -	Tecnologias Assistivas para leitura de livro digital	60
Quadro 10 -	Informações sobre os instrumentos de coletas de dados e as fontes de coletas de dados utilizadas nos objetivos específicos da pesquisa	78
Quadro 11 -	Instituições de Ensino Superior e Editoras Universitárias Federais do Brasil	81
Figura 2 -	Distribuição geográfica das editoras universitárias selecionadas	87
Figura 3 -	Caracterização das Editoras Universitárias Federais do Brasil	89
Figura 4 -	Editoras Universitárias Federais vinculadas à ABEU na Rede Scielo Livros	92
Gráfico 1 -	Tempo na Gestão da Editora Universitária	94
Gráfico 2 -	Faixa etária dos respondentes	95
Figura 5 -	Categorias e suas Variáveis	96
Gráfico 3 -	Interação com o Núcleo de Acessibilidade	98
Gráfico 4 -	Materiais para divulgação	99
Gráfico 5 -	Recursos de acessibilidade utilizados pelas editoras	102
Gráfico 6 -	Políticas ou normativas específicas sobre acessibilidade	105
Gráfico 7 -	Conhecimento sobre a Lei 13.146/2015	107

Quadro 12 -	Algumas características de PDF e ePUB	109
Gráfico 8 -	Solicitação de demanda externa para produção de livros em formatos acessíveis	116
Gráfico 9 -	Atendimento aos pedidos para produção de livros em formatos acessíveis	117
Quadro 13 -	Requisitos/critérios para a aplicabilidade da Lei 13.146/2015	119

LISTA DE SIGLAS

ABEU	Associação Brasileira das Editoras Universitárias
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da informação
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAISY	Digital Accessible Information System
DOM	<i>Document Object Model</i>
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
EDUFPE	Editora da Universidade Federal de Pernambuco
ePUB	<i>Electronic Publication</i>
EU	Editora Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de Acesso à Informação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
NACE/UFPE	Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco
MOBI	Mobipocket e-books
ODF	<i>Open Document Format</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PIDL	Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro
REBECA	Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
TA	Tecnologias Assistivas
TDCI	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

W3C	<i>World Wide Web Consortium</i>
WAI	<i>Web Accessibility Initiative</i>
WCAG	<i>Web Content Accessibility Guidelines</i>
WoS	Scopus e Web of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ACESSO E ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO	23
2.1	Acesso à informação como direito	24
2.2	Pessoa com Deficiência (PcD)	29
2.3	Inclusão e Acessibilidade Digital	36
2.4	Aparato legal de inclusão e acessibilidade no Brasil	43
3	DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM MEIO DIGITAL	50
3.1	Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)	50
3.2	O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG)	53
3.3	Ferramentas Validadoras de Acessibilidade	58
3.4	Tecnologias assistivas para acessibilidade do livro em formato digital	59
3.5	Materiais informacionais em formato digital acessível	62
4	DO LIVRO AS EDIÇÕES UNIVERSITÁRIAS	66
4.1	As Editoras Universitárias no Brasil	69
4.2	O papel das editoras universitárias na visibilidade da produção, comunicação e divulgação científica	73
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	86
6.1	Caracterização das Editoras Universitárias	88
6.2	Análise dos Dados Coletados	93
<i>6.2.1</i>	<i>Perfil dos respondentes</i>	<i>93</i>
<i>6.2.2</i>	<i>Apresentação e Discussão das Categorias e Variáveis</i>	<i>96</i>
6.3	Sugestões para a promoção de materiais informacionais acessíveis	117
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS	140
	APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS	145

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COLETA DE DADOS VIRTUAL	147
APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	150
APÊNDICE E – CARTA DE ANUÊNCIA	151
APÊNDICE F – AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA	152
APÊNDICE G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO	153
APÊNDICE H – LISTA DE CONTATOS DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO BRASIL ASSOCIADAS À ABEU	154
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	157

1 INTRODUÇÃO

As editoras podem ser consideradas empresas públicas ou privadas, comerciais ou não, que gerenciam o processo de editoração, publicação e disseminação de obras literárias, periódicos (jornais e revistas) e/ou partituras.

Entre elas, a Editora Universitária (EU), na condição de editora especializada, é uma instituição com a missão e função social de produzir e disseminar o conhecimento registrado nas pesquisas acadêmicas, técnicas e científicas, no âmbito universitário. Assim, a EU busca “favorecer o desenvolvimento da crítica e da avaliação contínua dos resultados das pesquisas, dentro e fora da universidade” (Bufrem, 2002, p. 20)¹. Ainda, corroboram Bufrem e Garcia (2014, p. 154), compete à editora universitária “o papel de produção e difusão do conhecimento”, o que é complementado por Bufrem (2015, p. 34), quando afirma que a editora universitária deve “viabilizar o acesso da sociedade ao produto intelectual originado nela ou não, desde que considerado como contribuição para a melhoria dessa mesma sociedade”.

As Editoras Universitárias, em sua constituição, detêm de um conselho editorial, responsável por assegurar a cientificidade das suas produções, avaliado pelos seus pares, para a qualidade das pesquisas. Conforme Bufrem (1992), uma editora é estruturada visando representar concretamente uma determinada ideologia e sua tendência depende do seu contexto social e cultural.

Quanto aos conselhos editoriais eles têm como missão estabelecer diálogos para definir politicamente, a abrangência temática, os campos do conhecimento, vocação e linhas de publicações, relações com a localidade (regional, nacional ou mundial) dentre outros.

Nesse sentido, conforme Marques Neto e Rosa (2010), destacam-se três tipos de editoras universitárias: Editoras universitárias *strictu sensu* ou clássicas, Editoras universitárias com vocação regional e Editoras de livros universitários. Outro aspecto relevante das EU são os tipos de materiais que elas publicam, sejam em formato analógico ou digital. A exemplo dos formatos impressos, no universo das editoras, destaca-se os livros podendo ser de caráter mais pedagógico, os didáticos, utilizados nas escolas regulares; ou técnicos e científicos, que abordam conteúdo, complexo ou não, para profissionais ou estudantes. Identificam-se também os formatos digitais, tais

¹ Esta dissertação encontra-se de acordo com a ABNT NBR 10520:2023.

como: *ebooks* e outras publicações eletrônicas. Desse modo, por meio da publicização, em diferentes formatos, as EU seguem produzindo e socializando o saber científico.

As Editoras Universitárias, devido à grande expansão e ao desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), passaram por diversas mudanças e precisaram lidar com novos desafios. Essa expansão e desenvolvimento das TDIC, principalmente no que se refere à disponibilização de livros em formato digital (*ebook*), permitiram, conforme Andrade (2020), uma maior dinâmica das publicações, especialmente, no que diz respeito à produção, à disseminação, à preservação, ao acesso e uso da informação.

Nesse contexto, as Editoras universitárias precisam, também, cumprir e desenvolver políticas e práticas editoriais para atender a busca dos usuários por recursos informacionais acessíveis, de modo técnico, tecnológico e científico, nas suas publicações. Percebe-se, nesses reflexos da contemporaneidade, que a difusão de materiais digitais acessíveis democratiza o acesso à informação e ao conhecimento, sobretudo para Pessoas com Deficiência (PcD), e representa uma relevante medida de inclusão social.

É a partir dessa conjuntura, que os mecanismos de incentivo para a produção intelectual e do conhecimento no mercado editorial, alicerçados pelas TDIC, vêm descritos na Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Entre tantos pontos relevantes trazidos por esta lei, especificamente no capítulo II, art. 68, a Lei aborda que o poder público deve tutelar e incentivar os mecanismos de produção, edição, difusão, distribuição e comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive *softwares* leitores de telas ou outras Tecnologias Assistivas (TA)², bem como garantir a PcD o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (Brasil, 2015).

Também, a Lei 12.527/11 (Brasil, 2011), mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), visa garantir o acesso à informação nas esferas públicas. Portanto, faz-se necessário, entre outras coisas, adotar medidas para garantir, aos estudantes

² A TA é todo o arsenal de recursos, serviços, estratégias e práticas que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com necessidades especiais, promovendo vida independente e inclusão humana (Bersch, 2006, p. 31).

universitários com deficiência o acesso a conteúdos que sejam necessários para seus estudos de forma plena.

Ainda a Constituição Federal Brasileira assegura, a todos, que a educação é um direito fundamental, e estabelece esse direito da PcD a receber, em condições de igualdade, em um sistema educacional genuinamente inclusivo, e com plena acessibilidade, atendimento e apoio educacional especializado na rede regular de ensino, quando necessário (Brasil, 1988). Assim, são essenciais como outras conquistas já adquiridas, como a Dignidade da Pessoa Humana e o Direito Fundamental da Isonomia e da Cidadania.

Logo, a conjuntura apresentada pode ajudar a minimizar, ou superar, os diversos obstáculos que, em especial, estudantes universitários que tenham alguma deficiência física e/ou mobilidade reduzida, intelectual, visual, auditiva e/ou autismo possuam, no que se refere ao acesso, uso e reuso da produção intelectual/científica das Editoras Universitárias. Nesse contexto, dirigir-se a uma EU, obter uma determinada obra, e ter acesso ao conteúdo, é, sem dúvida, uma realidade ainda difícil para as PcD. No entanto, as barreiras ou obstáculos existentes precisam ser transpostas, sob a penalidade dessa realidade comprometer, de modo lesivo, o acesso aos livros por PcD.

Diante do exposto, bem como levando em consideração os números do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2010), que mostra que cerca de 46 milhões de brasileiros têm alguma deficiência, o que equivale a quase um quarto da população brasileira. Assim como os números do Censo da Educação Superior (2020), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que aponta que existem cerca de 57 mil estudantes universitários com alguma deficiência matriculados no ensino superior; além da consideração que a inclusão da PcD é um direito como cidadã, faz-se os seguintes pressupostos:

Como as Editoras Universitárias Federais do Brasil têm pensado soluções inclusivas para garantir o acesso e acessibilidade à informação para PcD?

Quais as iniciativas de acessibilidade que as Editoras Universitárias Federais do Brasil têm implementado para as PcD?

Com o intuito de responder à problemática ora apresentada, tem-se como objetivo geral: **avaliar a acessibilidade proporcionada pelas Editoras**

Universitárias Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com deficiência.

Para atingir tal objetivo geral, traçam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar as Editoras Universitárias Federais do Brasil;
- b) Identificar os requisitos (ou critérios) que devem ser contemplados pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil em termos da promoção da acessibilidade;
- c) Mapear as iniciativas e os desafios enfrentados pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil, em prol do cumprimento da Lei 13.146/2015, visando a promoção do acesso e acessibilidade à informação.

Esta pesquisa, enquadra-se na linha de pesquisa 2 - Comunicação e Visualização da Memória, e tem como objeto de estudo as Editoras Universitárias Federais, como aparato de comunicação e disseminação do conhecimento científico produzido pelos docentes e/ou pesquisadores das universidades às quais estão vinculadas.

A escolha da temática pautou-se no interesse pessoal do mestrando, sobretudo, em virtude da experiência profissional e da vivência cotidiana em uma Biblioteca e em Editora Universitária, nas quais há atendimento aos estudantes universitários que possuem alguma deficiência, onde se percebeu a adversidade que as PcD ainda enfrentam na encontrabilidade (e usabilidade) de obras em formatos acessíveis, em ambiente informacional digital. Assim como percebeu-se que quanto mais o ambiente é acessível, pautado nas TDIC e no Desenho Universal³, maior é a autonomia e equidade da PcD. E que, o acesso a obras em formato acessível torna-se relevante para a difusão e democratização do conhecimento.

Porém, para facilitar a acessibilidade em ambiente informacional digital, apenas o ato de prover a tecnologia não assegura o acesso à informação, pois as TDIC são apenas o meio, não o fim (Rocha; Alves; Duarte, 2011). Com isso, faz-se necessário adotar padrões de acessibilidade no ambiente *web*⁴, como as recomendações ou

³ Evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos. Disponível em: https://www.maragabrigilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.PDF. Acesso em: 30 jul. 2022.

⁴ *Web* é uma representação sintetizada para se referir à *World Wide Web* - WWW.

diretrizes da WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*) do *World Wide Web Consortium* (W3C) (W3C, 2021), bem como do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) (Brasil, 2018), desenvolvido pelo governo brasileiro.

O consórcio internacional W3C, no Brasil, é representado pela W3C Brasil, e visa garantir padrões abertos e gratuitos, a evolução da *web*, bem como o crescimento de interfaces interoperáveis, o que facilitam o “alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, dos sítios e serviços disponíveis na web”, de acordo com W3C Brasil (2013, p. 21).

Além desse consórcio, destacam-se, ainda, instituições e grupos que têm contribuído para o crescimento da pesquisa acadêmica, científica e tecnológica, cujos objetos são Editoras Universitárias, mercado e atividade editorial, e a acessibilidade informacional para Pessoa com Deficiência, tais como a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU); a Rede de Leitura Inclusiva, da Fundação Dorina Nowill; o Portal do Livro Acessível; o Projeto de Pesquisa e Extensão “Acessibilidade: Informação e Educação para Democracia”, desenvolvido pela Câmara dos Deputados e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE); e a Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA), dentre tantos outros.

No âmbito acadêmico, conforme a literatura, essa pesquisa foi motivada pelo interesse observado, principalmente no campo da Ciência da Informação, pelas temáticas de Editoras Universitárias, mediação, acesso e acessibilidade informacional para PcD, e-acessibilidade, tecnologias assistivas, direito de acesso e acessibilidade e materiais em formatos acessíveis, nos últimos anos (Bufrem, 2009, 2015; Cusin, 2010; Bufrem; Garcia, 2014; Bufrem; Freitas, 2017, 2019; Silveira; Bufrem, 2020; Cruz-Riascos; Siebra; Hott; Silva, 2017; Hott; Rodrigues; Oliveira, 2018; Paolinelli; Gaydeczka; Anjo, 2018; Hott; Fraz, 2019; Hott; Rodrigues, 2019; Fraz; Moreira; Rodrigues; Hott, 2019; Guerra; Vechiato, 2020; Castro; Brasil, 2021; Andrade; Araújo, 2021a, 2021b), dentre outros.

Essa pesquisa pretende contribuir para dar maior visibilidade sobre a relevância das editoras universitárias brasileiras como instrumento de transformação social, política e cultural, permitindo uma ação inclusiva de acesso para PcD. Do mesmo modo, possibilita reflexões sobre o direito de acesso à informação, especialmente em contextos educacionais e com relação ao material didático e sobre

como proporcionar condições que contribuam com a equidade de acesso aos conteúdos e materiais produzidos pelas editoras universitárias.

Diante do exposto, a contribuição social é proporcionar aos estudantes universitários com alguma deficiência o acesso informacional de forma plena, conforme pregam as legislações vigentes; bem como que políticas públicas sejam ampliadas, de modo a permitir a reprodução de obras em formatos acessíveis, permitindo que o interesse público seja atendido, sem ferir os interesses comerciais dos detentores de direito autoral.

Como resultados, espera-se apresentar um panorama da aplicabilidade da Lei 13.146/2015, pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil, por meio dos padrões, critérios e/ou requisitos, em seus respectivos ambientes informacionais digitais. Assim como fomentar reflexões sobre como a difusão de materiais digitais acessíveis pode democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, sobretudo para Pessoas com Deficiência, e representa uma relevante medida de inclusão social.

Além desse arcabouço introdutório, no qual se configura a **primeira seção**, apresentou a temática, a problemática e seus pressupostos, as justificativas e os objetivos, além das contribuições da pesquisa, esta dissertação estrutura-se em 7 seções.

Na **segunda seção**, aborda-se o acesso e a acessibilidade da informação, no que se refere ao acesso à informação como direito. Traz o conceito e classificação de PcD, bem como o Modelo Social da Deficiência. Além disso, explana sobre inclusão e acessibilidade e barreiras/obstáculos em meio digital. Por fim, discorre sobre as dimensões de acessibilidade e o aparato legal sobre a temática, nacional e internacional.

Na **terceira seção**, apresentam-se as diretrizes e recomendações da W3C e do eMAG. Assim como, os formatos de livros digitais, conceitos e ferramentas sobre Tecnologias Assistivas. Na **quarta seção**, faz-se um apanhado histórico desde a descoberta do livro, passando pelo advento da imprensa até a criação das primeiras editoras universitárias brasileiras, bem como o seu papel na visibilidade da produção, comunicação e divulgação científica.

Na **quinta seção**, que são os "Procedimentos Metodológicos", descreve tipos, métodos, técnicas de análise e coletas de dados e etapas usados na pesquisa para atingir os objetivos. Na **sexta seção**, apresentam-se a análise e discussão dos resultados, constituídas pela caracterização das editoras e análise de conteúdo.

Na **sétima seção**, faz a retomada da importância das editoras universitárias como espaços de promoção e difusão do conhecimento científico, enfatizando a elaboração dos materiais produzidos dentro desses ambientes, principalmente os materiais acessíveis, que promovem igualdade de acesso. Além disso, retoma os objetivos, contextualiza os resultados e apresenta as considerações finais.

Ao final, são listados todos os documentos que compõem as referências, que auxiliaram desde a construção e delimitação dos objetos, pressupostos e objetivos, até a realização da pesquisa, bem como os apêndices e anexos.

2 ACESSO E ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO

A informação, elemento basilar para uma comunicação, está permanentemente ligada à sociedade humana e é, constantemente, investigada pelos profissionais da informação. Para Borko (1968), um desses profissionais da informação é o Cientista da Informação, que pode ser um pesquisador, educador ou especialista na própria área. A Ciência da Informação (CI) tem uma função relevante para a sociedade, pois “investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para acessibilidade e usabilidade ideais” (Borko, 1968, p. 1, tradução nossa).

Para Dias (2002), a problemática central da CI encontra-se no acesso à informação, que se relaciona diretamente à responsabilidade social do campo, como proposto por Jesse Shera ([1968] apud Freire, 2012) quando identifica o papel do bibliotecário em proporcionar o acesso e utilização da informação em prol do desenvolvimento social.

Capurro e Hjørland (2007) destacam a importância da definição de termos fundamentais para qualquer ciência. Assim, na CI, a forma como se define “informação” é frequentemente discutida. Por esse motivo, o vocábulo “informação” pode gerar ambiguidade ou ser utilizado de forma diferente (Buckland, 1991).

Freire e Freire (2009) afirmam que a informação é um fenômeno que pode assumir diferentes conceitos e teorias, adaptando-se a diversas áreas do conhecimento, bem como sofre influências delas, de modo que “há uma complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens” (Freire; Freire, 2009, p. 9).

Por isso, sabe-se que a informação tem uma carga axiológica, pois é muito valiosa e reverbera nas complexas relações políticas, sociais e científicas que regem a vida humana. Dessa forma, ela esteve, por muito tempo, acessível apenas a pequenos grupos (Gomes, 2016).

Nessa perspectiva, a informação é considerada um elemento basilar para o desenvolvimento social e, por conseguinte, a CI tem entre seus objetivos, contribuir para a realização de pesquisas, propostas e ações que proporcionem o acesso à informação como meio de inclusão, empoderamento e desenvolvimento social (Freire, 2004; Pereira, 2013; Santos; Freire, 2018; Silva, 2016).

No entanto, sabe-se que apenas a informação, intrinsecamente, não garante a transformação dos grupos sociais. Levando em consideração que a sua proteção e preservação justificam-se, também, para promover o acesso. Dessa forma, é relevante que ela esteja disponível à sociedade, de forma plena, para ser utilizada, efetivamente, como instrumento de transformação social.

Assim, pode-se afirmar que, uma das funções sociais da informação é proporcionar à sociedade, o fomento da criticidade para a reivindicação dos seus direitos. Porém, apesar dessa função estar, concomitantemente, ligada às fontes e aos recursos informacionais, necessita-se do acesso pleno à informação, no que se refere ao direito, ao uso e à apropriação dela.

A partir dessa concepção, tem-se o acesso à informação pública, que segundo Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI, 2019) é a possibilidade de o cidadão auferir e utilizar a informação, presente nas fontes e recursos informacionais públicos em que estão armazenados, sem barreiras ou restrições de qualquer natureza, em poder do Estado, salvo casos previstos em legislação específica.

Diante do exposto, o acesso à informação, conseqüentemente, é visto como um direito fundamental, pois se configura como práxis democrática (Araújo, 1992; Heinen, 2014). Por outro lado, Araújo (2000) afirma que o “não-acesso à informação dificulta o pleno exercício da cidadania”. Portanto, nessa perspectiva, aliada ao pressuposto da indissociabilidade entre a informação e a realidade social, variando em suas formas e intensidade, destaca-se a importância em discutir a democracia desse direito como elemento essencial para a circulação da informação de forma acessível a todos.

2.1 Acesso à informação como direito

Após um longo período do Regime Militar (1964 a 1985) e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vista como a Constituição Cidadã, concebida pelo processo de redemocratização, criou-se um Estado Democrático de Direito que garante os direitos fundamentais, destacados pela Dignidade da Pessoa Humana e o Direito Fundamental da Isonomia e da Cidadania. Assim, a Constituição Cidadã assegura, a todos, por meio do art. 5º, inciso XXXIII,

bem como no inciso II do § 3 do art. 37 e no § 2 do art. 216, o acesso à informação (Brasil, 1988).

Para compreender o direito de acesso à informação, faz-se necessário apresentar o direito à informação. Assim, conforme Araújo (1992, p. 47) “O direito à informação antecede a prática dos direitos humanos, e se constitui no direito-síntese dos direitos sociais”. Nesse sentido, como já observado, a Constituição Cidadã aborda uma série de direitos fundamentais, os quais não podem ser excluídos do texto legal, uma vez que são considerados cláusulas pétreas, ou seja, não podem ser abolidas pelo poder legislativo. Dentre estes direitos se encontra o direito à informação, o qual se trata de uma garantia coletiva e individual cuja finalidade é obter informações do Estado, rompendo assim com as práticas antidemocráticas que imperaram no Brasil principalmente no período da Ditadura Militar, em que a liberdade de informação era controlada pelo governo (Viegas, 2004).

Para além dessa concepção, Raddatz (2014) reconhece que o direito à informação possibilita também o exercício da cidadania, pois é a partir dele que o indivíduo conhece as situações que ocorrem em outros campos sociais, como político, econômico, saúde, cultura, dentre outros. Logo, o cidadão munido de informação consegue desenvolver um pensamento crítico e expor suas ideias em contextos sociais, buscando participar das relações com potencial de interferir na coletividade. Para que o exercício desse direito não seja corrompido, é importante que o usuário realize uma filtragem da informação que atenda às suas necessidades.

Nesse sentido, Raddatz (2014) assegura que o exercício do acesso à informação perpassa por três ações:

a) Conhecer - está relacionada ao processo de acesso à informação, a clareza das informações que se busca, assim como conhecer os canais em que estas se encontram;

b) Saber - além de conhecer, é importante que o indivíduo saiba o destino das informações. Relaciona-se, também, na construção da emancipação social para exercer as suas liberdades;

c) Utilizar - essa ação corresponde a capacidade do indivíduo de provocar mudanças em sua realidade. Em posse das informações, o sujeito pode operar diretamente no apontamento de melhorias para a coletividade, o que seria, então, o estágio superior da emancipação.

Dessarte, reconhece-se que o direito à informação se relaciona com outros direitos e práticas sociais para a consagração de uma sociedade plural, democrática, livre e participativa. Na mesma rota discursiva, Martins e Presser (2015, p. 133) complementam que “O acesso à informação é inerente ao exercício da cidadania, promovendo, assim, o desenvolvimento cultural e político, primeiramente, das pessoas, e conseqüentemente da sociedade como um todo”. Porém, para que este seja de fato exercido, é necessário que as informações sejam acessíveis à coletividade. Nesse sentido, o direito de acesso à informação é corolário do direito à informação.

Em uma perspectiva mais abrangente sobre essa temática, Martins (2011) considera que o direito de acesso à informação relaciona-se à ideia de que todo cidadão tem o direito de receber as informações que tiver interesse (exceto aquelas de caráter sigiloso) da administração pública, fruto de uma nova visão sobre a construção de um governo aberto e transparente. No contexto do acesso à informação pública, produzida, organizada, gerenciada e custodiada pelos órgãos ou entidades do poder público, refere-se, sobretudo, à transparência, pois é a partir dela que a sociedade participará das decisões que podem afetar, direta ou indiretamente, a vida e a garantia dos direitos já adquiridos.

De acordo com Martins (2011), o direito de acesso à informação tem duas grandes características. A primeira enfatiza que a administração pública tem como uma das suas obrigações o dever de publicar e disseminar as informações afetivas das ações desenvolvidas por ela e seus diversos órgãos públicos. A segunda está atrelada à obrigatoriedade de a administração receber as solicitações de informações protocoladas pela sociedade, bem como respondê-las e prestar outros esclarecimentos quando necessário. Para que esse acesso ocorra em sua plenitude, é dever do Estado criar mecanismos facilitadores de encontrabilidade da informação, prevendo as barreiras e as particularidades sociais.

A tecnologia proporcionou a criação de apetrechos promotores de compartilhamento em tempo real e de fácil acesso à informação, como os sítios eletrônicos, redes sociais, dentre outros, os quais podem ser acessados por telefones, computadores etc. Considerando os diversos benefícios dessas novidades tecnológicas, a administração pública tem desenvolvido ambientes virtuais para promover o acesso à informação de todos, chamados também de portais de transparência. Neles estão contidas informações sobre editais de processos

licitatórios, pagamentos de serviços terceirizados, folha de pagamento de pessoal, dentre outros. Essas iniciativas buscam contribuir para que o cidadão possa acessar informações tanto para que possa acompanhar as ações e gastos públicos, quanto para que tenha acesso ao conhecimento que contribuam para que ele possa exercer os seus direitos.

Eirão e Leite (2019) organizam, de maneira sucinta, 10 ideias condutoras para obtenção do acesso à informação como direito, que estão sumarizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Dez ideias condutoras para obtenção do acesso à informação como direito

Seq.	Descrição
1	Toda informação é acessível
2	O acesso à informação atinge não apenas os órgãos públicos, mas também entes privados com recursos públicos
3	Toda informação é objeto do direito de acesso à informação
4	É obrigação dos órgãos públicos difundirem informação sobre suas funções e atividades
5	O requerimento de informação deve ter regras claras, justas, não discriminatórias e simples
6	A lei deve estabelecer as exceções do direito de acesso à informação
7	A negativa de acesso à informação deve ser acompanhada de uma justificativa elaborada pelo órgão público que prove o motivo
8	O direito de recorrer a negativa ou obstrução de acesso à informação é um direito disponível a todos
9	Os agentes públicos estão sujeitos às sanções quando intencionalmente negarem ou obstruírem o acesso à informação
10	Devem ser adotadas medidas de promoção e implementação do direito de acesso à informação

Fonte: Eirão e Leite (2019).

[início da descrição: quadro composto por duas colunas e onze linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: sequência e descrição. Na segunda linha, inicia-se uma sequência que vai de 1 a 10, com a sua descrição: 1. Toda informação é acessível. 2. O acesso à informação atinge não apenas os órgãos públicos, mas também entes privados com recursos públicos. 3. Toda informação é objeto do direito de acesso à informação. 4. É obrigação dos órgãos públicos difundirem informação sobre suas funções e atividades. 5. O requerimento de informação deve ter regras claras, justas, não discriminatórias e simples. 6. A lei deve estabelecer as exceções do direito de acesso à informação. 7. A negativa de acesso à informação deve ser acompanhada de uma justificativa elaborada pelo órgão público que prove o motivo. 8. O direito de recorrer a negativa ou obstrução de acesso à informação é um direito disponível a todos. 9. Os agentes públicos estão sujeitos às sanções quando intencionalmente negarem ou obstruírem o acesso à informação. 10. Devem ser adotadas medidas de promoção e implementação do direito de acesso à informação. **fim da descrição].**

Desse modo, observa-se que o direito de acesso à informação não se limita aos quesitos relacionados à criação de direitos, mas também atua na acepção dos

deveres que são inerentes ao Estado e respectivos agentes públicos, para o seu cumprimento. Compreendendo-se, assim, a informação como elemento central e os agentes como elo para viabilizar e democratizar o acesso à informação para todos.

Buscando proporcionar o acesso à informação, o legislador brasileiro tem trabalhado na construção de leis e decretos específicos para este fim. Pois, embora a Constituição apresente esse direito no rol daqueles fundamentais, ela não explica como a administração pública fará para efetivá-lo na prática. Logo, apesar de confeccionadas em tempos e realidades distintas, as diversas leis de acesso à informação são documentos legais que organizam e apresentam uma ascendência de princípios ideológicos, regidos pela constituição do direito de acesso à informação.

Neste sentido, uma das mais relevantes conquistas, no que se refere à qualidade, produção, armazenamento e disponibilização da informação para a transparência do Estado, foi a Lei de Acesso à Informação (LAI). Promulgada em 2011, a Lei 12.527/11, conhecida como LAI, regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal (BRASIL, 2011, p. 1). A LAI é um dos instrumentos que visa garantir a todos os cidadãos o acesso à informação, bem como o amplo monitoramento para tomada de decisões pelos gestores da administração pública.

Com o surgimento da LAI (que revogou a Lei 11.111/2005, a qual previa o direito à informação), o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas universalizou-se para os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo o tema central da regulamentação pelo Decreto 7.724/2012 (Brasil, 2012). Essa diretriz é uma referência que consolida a garantia e segurança, do ponto de vista jurídico, que cada cidadão terá em usufruir desse direito.

Essa consolidação determina a disponibilização de materiais digitais compreensíveis, acessíveis e, sobretudo, de fácil dedução, que também são preconizados por legislações internacionais, como a Declaração de Direitos Humanos da ONU, a Carta para o Terceiro Milênio, a Declaração de Madri, a Declaração de Quito, e, recentemente, o Tratado de Marraquexe. Assim, verifica-se que há uma "vasta quantidade de instrumentos legais e normativos que deve garantir os direitos dessa parcela da sociedade" (Pereira; Lima, 2019, p. 174), porém, o problema é que "muitas vezes esses direitos ficam apenas no papel" (Pereira; Lima, 2019, p. 174), o que pode impedir, por exemplo, em atender as reais necessidades das PcD.

Um dos problemas relacionados ao uso de ambientes digitais para disseminar informações é a ausência de elementos que possibilitem a acessibilidade para todos. Em algumas situações, os portais digitais de informação apresentam as informações, mas não possuem recursos que permitam, por exemplo, ajustar a clareza da tela, realizar o aumento das fontes, ter disponível informações no formato de áudio ou vídeo, de forma a permitir o acesso das pessoas com deficiência, como recomendado pelo *World Wide Web Consortium (W3C)*, o órgão regulador da *internet* mundial, constituído por representantes de grandes empresas de tecnologia tais como: Apple, Microsoft, IBM, HP, Samsung, etc.

Nesse sentido, a crítica apresentada nesta pesquisa quanto ao direito de acesso à informação pelas entidades da administração pública brasileira, em especial, as Editoras Universitárias Federais, está ancorada na carência/omissão de mecanismos que facilitem o acesso, efetivamente, de todos às informações presentes nos seus ambientes informacionais digitais a todas as pessoas, independente de suas deficiências e/ou limitações. Nessa teia de ideias, considera-se que a construção dos ambientes informacionais digitais deve ser idealizada para atender a todos, incluindo as PcD, ponderando, assim, as particularidades existentes na sociedade.

2.2 Pessoa com Deficiência (PcD)

Para compreender o conceito de PcD, utilizar-se-á, aqui, como referência, o Modelo Social da Deficiência, o qual enfatiza os ambientes e barreiras (obstáculos) que incapacitam a sociedade, que se opõe ao Modelo Médico da Deficiência, compreendido como um fenômeno biológico (França, 2013).

Entende-se, de maneira abrangente, Pessoa com Deficiência como aquela que tem algum impedimento comumente entendido como algum fenômeno corporal, de condição física, mental, intelectual ou sensorial, com um ou mais obstáculos, podendo impedir o envolvimento da sociedade, em condições equitativas aos demais. Nesse sentido, Sasaki (2012) afirma que as deficiências das pessoas classificam-se em categorias e tipos, que estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das Pessoas com Deficiência

Categoria	Tipos
Deficiência Física	Paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida (exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções) e demais tipos de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.
Deficiência Visual	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cegueira (na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica). 2. Baixa visão (que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica). 3. Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°. 4. Ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
Deficiência Auditiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Surdez (perda bilateral, total, de mais de 41 decibéis, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz). 2. Baixa audição (perda bilateral, parcial, de até 41 decibéis, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz). Como a baixa audição constitui uma ampla faixa de perda auditiva, entende-se que a cada quantidade de decibéis auferida corresponde um tipo de baixa audição.
Deficiência Intelectual	<p>Todos os tipos decorrentes do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.</p> <p>Às oito áreas acima, acrescentemos: autonomia e vida familiar. Acrescentemos, também, os quatro tipos de apoios à pessoa com deficiência intelectual (intermitente, limitado, extensivo e generalizado), os quais podem ser parciais ou totais.</p> <p>O cruzamento destas 16 variáveis (déficit cognitivo + 10 áreas + 4 tipos de apoio + parcial ou total) resulta em várias dezenas de tipos de deficiência intelectual.</p>
Deficiência Psicossocial	A cada tipo de transtorno mental corresponde um tipo de deficiência psicossocial. Transtornos mentais incluem, entre outros: transtornos globais do desenvolvimento (síndrome de Rett, síndrome de Asperger, psicose infantil, transtorno do espectro do autismo etc.), esquizofrenia, depressão, transtorno bipolar e outros incluídos no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), da Associação Americana de Psiquiatria, publicada em maio de 2013.
Deficiência Múltipla	Várias dezenas de tipos de deficiência, resultantes da associação de dois ou mais tipos de deficiência, dentre aqueles que compõem as demais cinco categorias de deficiência.

Fonte: Adaptado de Sasaki (2012).

[Início da descrição: quadro composto por duas colunas e sete linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: categoria e tipos. Na segunda linha, deficiência física: Paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida (exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções) e demais tipos de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano,

acarretando o comprometimento da função física. Na terceira linha, Deficiência Visual: 1. Cegueira (na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica). 2. Baixa visão (que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica). 3. Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°. 4. Ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Na quarta linha, Deficiência Auditiva: 1. Surdez (perda bilateral, total, de mais de 41 decibéis, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz). 2. Baixa audição (perda bilateral, parcial, de até 41 decibéis, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz). Como a baixa audição constitui uma ampla faixa de perda auditiva, entende-se que a cada quantidade de decibéis auferida corresponde um tipo de baixa audição. Na quinta linha, Deficiência Intelectual: Todos os tipos decorrentes do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Às oito áreas acima, acrescentamos: autonomia e vida familiar. Acrescentemos, também, os quatro tipos de apoios à pessoa com deficiência intelectual (intermitente, limitado, extensivo e generalizado), os quais podem ser parciais ou totais. O cruzamento destas 16 variáveis (déficit cognitivo + 10 áreas + 4 tipos de apoio + parcial ou total) resulta em várias dezenas de tipos de deficiência intelectual. Na sexta linha, Deficiência Psicossocial: A cada tipo de transtorno mental corresponde um tipo de deficiência psicossocial. Transtornos mentais incluem, entre outros: transtornos globais do desenvolvimento (síndrome de Rett, síndrome de Asperger, psicose infantil, transtorno do espectro do autismo etc.), esquizofrenia, depressão, transtorno bipolar e outros incluídos no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), da Associação Americana de Psiquiatria, publicada em maio de 2013. Na sétima linha, Deficiência Múltipla: Várias dezenas de tipos de deficiência, resultantes da associação de dois ou mais tipos de deficiência, dentre aqueles que compõem as demais cinco categorias de deficiência. **fim da descrição**].

Diante dessa natureza, o Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), evidencia que as PcD representam cerca de 15% da população mundial, ou seja, aproximadamente um bilhão de pessoas (São Paulo, 2012).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) é um inquérito populacional de saúde realizado pelo Ministério da Saúde (MS), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados de 2019 desta pesquisa apontam que, no Brasil, há, aproximadamente, 17,3 milhões de pessoas com alguma deficiência, equivalente a 8,4% da população. Na pesquisa, cerca de 3% tinham deficiência visual; 1% apresentava deficiência auditiva (no entanto, apenas a minoria dominava a Língua Brasileira de Sinais); e 1% deficiência mental. Aproximadamente 3% apresentavam deficiência física dos membros inferiores e outros 2% dos superiores.

No entanto, fundamentando-se no Censo de 2010, do IBGE, num contexto mais amplo, verifica-se que 46 milhões de brasileiros têm alguma deficiência. E, comparando cada tipo de deficiência dos dois últimos censos demográficos (2000 e 2010), verifica-se que houve um aumento nos números, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Censos demográficos

CENSO 2000			CENSO 2010		
Total da população residente	169.872.856		Total da população residente	190.755.799	
Tipo de Deficiência permanente	Porcentagem da população residente com deficiência	Valor Relativo	Tipo de Deficiência permanente	Porcentagem da população residente com deficiência	Valor Relativo
Deficiência Visual	9,8%	16.644.842	Deficiência Visual	18,75%	35.774.392
Deficiência Motora	4,67%	7.939.784	Deficiência Motora	6,95%	13.265.599
Deficiência Auditiva	3,38%	5.735.099	Deficiência Auditiva	5,09%	9.717.318
Deficiência Mental/Intelectual	1,67%	2.844.937	Deficiência Mental/Intelectual	1,37%	2.611.536
Deficiência Física	0,83%	1.416.060	Deficiência Física	-	-
População com pelo menos uma das deficiências pesquisadas	14,48%	24.600.256	População com pelo menos uma das deficiências pesquisadas	23,91%	45.606.048
População sem declaração	0,91%	1.545.653	População sem declaração	0,03%	64.775

Fonte: IBGE (2000; 2010).

[início da descrição: tabela composta por seis colunas e dez linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: censo 2000 e censo 2010, com uma subcoluna com Total da população residente e quantidade de habitantes: 169.872.856 em 2000 e 190.755.799 em 2010. Na segunda linha, Tipo de Deficiência permanente: Deficiência Visual, Deficiência Motora, Deficiência Auditiva, Deficiência Mental/Intelectual, Deficiência Física, População com pelo menos uma das deficiências pesquisadas, População sem declaração. Na segunda coluna, Porcentagem da população residente com deficiência: 9,8%, 4,67%, 3,38%, 1,67%, 0,83%, 14,48% e 0,91%. Na terceira coluna, Valor Relativo: 16.644.842, 7.939.784, 5.735.099, 2.844.937, 1.416.060, 24.600.256 e 1.545.653. Na quarta coluna, Tipo de Deficiência permanente: Deficiência Visual, Deficiência Motora, Deficiência Auditiva, Deficiência Mental/Intelectual, Deficiência Física, População com pelo menos uma das deficiências pesquisadas, População sem declaração. Na quinta coluna, Porcentagem da população residente com deficiência: 18,75%, 6,95%, 5,09%, 1,37%, 23,91% e 0,03%. Na sexta coluna, Valor Relativo: 35.774.392, 13.265.599, 9.717.318, 2.611.536, 45.606.048 e 64.775. fim da descrição].

Nota-se, que no Censo de 2000, classificou-se a deficiência em 5 tipos: visual, motora, auditiva, mental/intelectual e física. No entanto, no Censo de 2010, classificou-se em 4 tipos: visual, motora, auditiva e mental/intelectual, suprimindo, assim, a deficiência física, pois, entende-se que engloba na categoria deficiência motora. Possivelmente, no Censo de 2022, que está em andamento, o cenário poderá ser ainda maior.

Diante dessa conjuntura, vale ressaltar, também, o Censo da Educação Superior (2020), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (INEP, 2020), que é o instrumento de pesquisa sobre as Instituições de Educação Superior (IES) mais completo do Brasil. Ele aponta que há cerca de 57 mil estudantes universitários com alguma deficiência matriculados no ensino superior. Dentro desse cenário, os estudantes universitários, principalmente aqueles com alguma deficiência, precisam eliminar os obstáculos que lhe são impostos de alguma forma, uma vez que, nem sempre, encontram um ambiente inclusivo e acessível a todos.

Nesse sentido, as principais barreiras encontradas no meio digital pelas PcD estão listadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Barreiras encontradas no meio digital pelas PcD

BARREIRAS	
Categoria/Deficiência	Descrição
Deficiência Física	<ul style="list-style-type: none"> ● Funcionalidades que não podem ser ativadas pelo teclado, exigindo o uso do mouse; ● Falta de organização do documento ou página web, tornando a navegação pelo teclado muito lenta e/ou trabalhosa; ● Atividades com limite de tempo; ● Tecnologias e dispositivos que necessitam de muita precisão para o manuseio; ● Funcionalidades que são ativadas somente por meio de combinação de várias teclas (pessoas com deficiência física podem ter dificuldade em pressionar várias teclas ao mesmo tempo).
Deficiência Auditiva	<ul style="list-style-type: none"> ● Áudio que não oferece opção para aumentar o volume; ● Áudio e/ou vídeo sem legenda, transcrição em texto e Libras; ● Ausência de Libras ou imagens suplementares relacionadas ao conteúdo do texto (isso dificulta a compreensão por pessoas que têm a Libras como primeira língua); ● Ausência de linguagem simples e clara.
Deficiência Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> ● Mecanismos de navegação e layouts complexos, difíceis de compreender e utilizar; ● Falta de coerência na organização do conteúdo; ● Linguagem complexa sem necessidade; ● Falta de clareza no conteúdo ou de exemplos que facilitem a compreensão; ● Conteúdos excessivamente dinâmicos, piscantes, imagens decorativas, áudio em segundo plano ou outros elementos que possam desviar a atenção; ● Fontes com serifa, como Times New Roman ou Courier New.

<p>Pessoas cegas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Imagens sem descrição (texto alternativo); ● Imagens complexas, como gráficos, sem alternativa em texto; ● Vídeos sem alternativa em áudio ou em texto; ● Funcionalidades que não funcionam pelo teclado; ● Sequência de navegação confusa ou incorreta via teclado; ● Tabelas que não fazem sentido quando lidas linearmente; ● Formulários ou questionários sem sequência lógica de navegação; ● Conteúdos muito longos sem a existência de um sumário com hiperlinks; ● Presença de CAPTCHA (recurso utilizado para diferenciar humanos de robôs, onde a pessoa deve identificar o conteúdo de uma imagem distorcida) sem alternativa em forma de áudio; ● Cores ou outros efeitos visuais utilizados como única forma para diferenciar ou transmitir informações relevantes; ● Como o meio digital é extremamente visual, as pessoas cegas costumam encontrar inúmeras barreiras de acesso e utilização de documentos, sites e sistemas.
<p>Baixa visão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pouco contraste entre cor de fundo e cor do texto; ● Fontes com serifa, como Times New Roman e Courier New, cursivas ou decoradas; ● Textos e funções que ao serem redimensionados perdem suas funcionalidades; ● Presença de CAPTCHA (recurso utilizado para diferenciar humanos de robôs, onde a pessoa deve identificar o conteúdo de uma imagem distorcida) sem alternativa em forma de áudio; ● Se o grau residual de visão for muito baixo, as dificuldades encontradas podem ser as mesmas de uma pessoa cega.
<p>Pessoas com surdo- cegueira</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Podem ser as mesmas citadas na deficiência visual e deficiência auditiva, dependendo do resíduo visual e auditivo presente em cada pessoa.
<p>Outros grupos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pessoas idosas, com limitações causadas pela idade avançada; ● Pessoas com limitações temporárias, por acidente ou doença; ● Pessoas com epilepsia ou outras condições específicas de saúde; ● Pessoas com transtornos funcionais específicos (dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia e TDAH), ● Pessoas com dificuldade de concentração, memória ou percepção; ● Pessoas com daltonismo; ● Pessoas com baixa escolaridade, que podem enfrentar barreiras de leitura e compreensão; ● Usuários inexperientes, como os que têm pouca oportunidade de utilizar o computador e a web, ● ou as pessoas com idade avançada, que não tiveram contato quando mais jovens; ● Pessoas que utilizam tecnologias antigas ou conexão mais lenta; ● Pessoas que acessam a web a partir de dispositivos móveis, como celulares e tablets; ● Muitas outras...

<p>Pessoas daltônicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Podem enfrentar dificuldades no que diz respeito aos contrastes de cores utilizados. Elas podem não ser capazes de perceber as diferenças entre algumas cores. • O tipo de daltonismo mais comum é a dificuldade de distinguir tons de vermelho e verde. Aquilo que, para uma pessoa com a percepção visual normal, é verde ou vermelho, para um daltônico é cinzento em várias tonalidades. • Recomenda-se não utilizar o contraste entre essas duas cores em sites e documentos.
<p>Dislexia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • é um transtorno que afeta a linguagem, podendo resultar em problemas na leitura, escrita e soletração. Para pessoas com dislexia, parágrafos muito longos, texto justificado e utilização de fontes decoradas ou com serifa podem dificultar a leitura. Além disso, não é incomum que pessoas disléxicas utilizem leitores de tela, pois podem compreender melhor ouvindo do que lendo um conteúdo. Por isso, uma boa acessibilidade para leitores de tela não é importante somente para pessoas cegas, mas para as pessoas com dislexia também.
<p>Pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • podem distrair-se facilmente com pequenos estímulos. Assim, elementos que representem uma distração, como imagens decorativas muito chamativas (com brilho ou cores com muita luminosidade), efeitos ao movimentar o cursor do mouse e janelas pop-ups que abrem repentinamente dificultam a interação de uma pessoa com esse o transtorno pelas páginas web e documentos digitais.

Fonte: Adaptado de Salton, Agnol e Turcatti (2017).

[início da descrição: quadro composto por 2 colunas e doze linhas. Na primeira linha, há o cabeçalho da coluna: barreiras. Na segunda linha, há os cabeçalhos: **Categoria/Deficiência e Descrição.** Na terceira linha, **Deficiência Física:** 1. Funcionalidades que não podem ser ativadas pelo teclado, exigindo o uso do mouse; 2. Falta de organização do documento ou página web, tornando a navegação pelo teclado muito lenta e/ou trabalhosa; 3. Atividades com limite de tempo; 4. Tecnologias e dispositivos que necessitam de muita precisão para o manuseio; 5. Funcionalidades que são ativadas somente por meio de combinação de várias teclas (pessoas com deficiência física podem ter dificuldade em pressionar várias teclas ao mesmo tempo). Na quarta linha, **Deficiência Auditiva:** Áudio que não oferece opção para aumentar o volume; Áudio e/ou vídeo sem legenda, transcrição em texto e Libras; Ausência de Libras ou imagens suplementares relacionadas ao conteúdo do texto (isso dificulta a compreensão por pessoas que têm a Libras como primeira língua); Ausência de linguagem simples e clara. Na quinta linha, **Deficiência Intelectual:** Mecanismos de navegação e layouts complexos, difíceis de compreender e utilizar; Falta de coerência na organização do conteúdo; Linguagem complexa sem necessidade; Falta de clareza no conteúdo ou de exemplos que facilitem a compreensão; Conteúdos excessivamente dinâmicos, piscantes, imagens decorativas, áudio em segundo plano ou outros elementos que possam desviar a atenção; Fontes com serifa, como Times New Roman ou Courier New. Na sexta linha, **Pessoas cegas:** Imagens sem descrição (texto alternativo); Imagens complexas, como gráficos, sem alternativa em texto; Vídeos sem alternativa em áudio ou em texto; Funcionalidades que não funcionam pelo teclado; Sequência de navegação confusa ou incorreta via teclado; Tabelas que não fazem sentido quando lidas linearmente; Formulários ou questionários sem sequência lógica de navegação; Conteúdos muito longos sem a existência de um sumário com hiperlinks; Presença de CAPTCHA (recurso utilizado para diferenciar humanos de robôs, onde a pessoa deve identificar o conteúdo de uma imagem distorcida) sem alternativa em forma de áudio; Cores ou outros efeitos visuais utilizados como única forma para diferenciar ou transmitir informações relevantes; Como o meio digital é extremamente visual, as pessoas cegas costumam encontrar inúmeras barreiras de acesso e utilização de documentos, sites e sistemas. Na sétima linha, **Baixa visão:** Pouco contraste entre cor de fundo e cor do texto; Fontes com serifa, como Times New Roman e Courier New, cursivas ou decoradas; Textos e funções que ao serem redimensionados perdem suas funcionalidades; Presença de CAPTCHA (recurso utilizado para diferenciar humanos de robôs, onde a pessoa deve identificar o conteúdo de uma imagem distorcida) sem alternativa em forma de áudio; Se o grau residual de visão for muito baixo, as dificuldades encontradas podem ser as mesmas de uma pessoa cega. Na oitava linha, **Pessoas com surdo-cegueira:** Podem ser as mesmas citadas na deficiência visual e deficiência auditiva, dependendo do resíduo visual e auditivo presente em cada pessoa. Na nona linha, **Outros grupos:** Pessoas idosas, com limitações causadas pela idade avançada; Pessoas com limitações temporárias, por acidente ou doença; Pessoas com epilepsia ou outras condições específicas de saúde; Pessoas com transtornos funcionais específicos (dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia e TDAH), Pessoas com dificuldade de concentração, memória ou percepção; Pessoas com daltonismo; Pessoas com baixa escolaridade, que podem enfrentar barreiras de leitura e compreensão; Usuários inexperientes, como os que têm pouca oportunidade de utilizar o computador e a web, ou as pessoas com idade avançada, que não tiveram contato quando mais jovens; Pessoas que utilizam tecnologias antigas ou conexão mais lenta; Pessoas que acessam a web a partir de dispositivos móveis, como celulares e tablets; Muitas outras... Na décima linha, **Pessoas daltônicas:** Podem enfrentar dificuldades no que diz respeito aos contrastes de cores

utilizados. Elas podem não ser capazes de perceber as diferenças entre algumas cores. O tipo de daltonismo mais comum é a dificuldade de distinguir tons de vermelho e verde. Aquilo que, para uma pessoa com a percepção visual normal, é verde ou vermelho, para um daltônico é cinzento em várias tonalidades. Recomenda-se não utilizar o contraste entre essas duas cores em sites e documentos. Na décima primeira linha, **Dislexia**: é um transtorno que afeta a linguagem, podendo resultar em problemas na leitura, escrita e soletração. Para pessoas com dislexia, parágrafos muito longos, texto justificado e utilização de fontes decoradas ou com serifa podem dificultar a leitura. Além disso, não é incomum que pessoas disléxicas utilizem leitores de tela, pois podem compreender melhor ouvindo do que lendo um conteúdo. Por isso, uma boa acessibilidade para leitores de tela não é importante somente para pessoas cegas, mas para as pessoas com dislexia também. Na décima segunda linha, **Pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)**: podem distrair-se facilmente com pequenos estímulos. Assim, elementos que representem uma distração, como imagens decorativas muito chamativas (com brilho ou cores com muita luminosidade), efeitos ao movimentar o cursor do mouse e janelas pop-ups que abrem repentinamente dificultam a interação de uma pessoa com esse o transtorno pelas páginas web e documentos digitais. **fim da descrição**].

2.3 Inclusão e Acessibilidade Digital

No que se refere à inclusão, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) e a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948) apresentam alguns direitos fundamentais aplicados a todos, sem exceção.

Assim, antes de falar sobre inclusão, é necessário fazer a diferença entre igualdade e equidade, pois é comum a utilização com um mesmo significado. No entanto, na prática, elas têm abordagens diferentes. A primeira baseia-se no princípio da universalidade, no qual todos devem ter os mesmos recursos, sem qualquer distinção, mesmas leis e regras, obtendo-se, assim, os mesmos direitos e deveres. Na equidade, constata-se que não somos todos iguais, pois há o direito à diferença. Logo, a equidade é respeitar a diversidade e a diferença, além de oferecer tratamento diferenciado, quando necessário. Destarte, a distinção entre os conceitos é fundamental para respeitar, efetivamente, as diversidades, tornando-se, de fato, uma sociedade inclusiva.

Diante disso, de maneira genérica, a inclusão pode ser compreendida como o ato de juntar, adicionar, agregar, ou seja, incluir elementos ou pessoas em determinado núcleo ou grupo, que anteriormente não o integrava. Nessa perspectiva, o termo inclusão pode ser justaposto a outros, como social, educacional e digital. Entende-se, assim, a inclusão social como um conjunto de atitudes de controle social com a finalidade de incluir na sociedade, grupos ou classes postas às margens. A inclusão social, por sua vez, é constituída por uma extensa memória de lutas de ações coletivas, sobretudo, pelas minorias e seus representantes, aspirando a obtenção do exercício do direito ao acesso imediato, contínuo e constante para uma plena inserção na convivência social (Aranha, 2000).

Em meados dos anos de 1980, nos países desenvolvidos, iniciou-se, de maneira ainda incipiente, o movimento da inclusão social. No entanto, foi a partir dos

anos 1990, que houve sua ascensão e expansão, impulsionando iniciativas de países como o Brasil (Sasaki, 2006).

Alguns pressupostos do movimento da inclusão social, que surgiram com o objetivo de construir uma sociedade para todos, são elencados por Sasaki (2006), dentre eles: celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida. Assim, diante dessa conjuntura, a aplicação desses pressupostos, na prática, pode ocorrer de três formas:

1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como, seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum etc;
2. Pela inserção daquelas pessoas com deficiência que necessitavam ou necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não-deficientes;
3. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa (Sasaki, 2006, p. 34).

O percurso histórico da inclusão educacional ou educação inclusiva vai da segregação à integração, e diversos autores vêm contribuindo com discussões e reflexões sobre essa temática (Aranha, 2000; Carvalho, 2004; Sasaki, 2006; Reis; Ross, 2008; Ferreira, 2012, 2014; Guerra; Vechiato, 2020). A inclusão educacional estabelece o meio para a universalização do sistema educacional. Ela caracteriza-se, sobretudo, pelos princípios da promoção de equidade de oportunidades, a aquiescência das diferenças individuais, aprendizagem cooperativa e a convivência da diversidade na relação humana ou social.

Assim, torna-se imprescindível, diante do processo de inclusão educacional, considerar as diferenças de cada indivíduo, e proporcionar a estrutura necessária, tanto para os alunos, quanto para os profissionais da educação. Com isso, para inserir um aluno, universitário ou não, com características diferenciadas em um ambiente educacional, seja em sala de aula, em uma biblioteca ou em uma editora universitária,

"há necessidade de se criarem mecanismos que permitam, com sucesso, que **ele se integre educacional, social e emocionalmente** [...]. Tarefa complexa, sem dúvida, mas necessária e possível!" (Reis; Ross, 2008, p. 14, grifo nosso). Esses mecanismos podem ser tecnologias assistivas físicas e/ou digitais, para o auxílio de mobilidade e autonomia. Para isso, pode-se considerar recursos de ambientes adaptados e inteligentes; ergonomia da mobília; aplicação de piso tátil; sinalização para porta, elevadores e estantes em *braille*; sinalização por luzes; computadores adaptados; uso de *softwares* leitores de tela; uso de teclado inteligente ou teclado *braille*, recursos sonoros, dentre outros.

Dessa forma, pode-se concatenar a esses mecanismos, a definição de três conceitos inclusivistas: autonomia, independência e equiparação de oportunidades (Sasaki, 2006). A autonomia pode ser definida como a condição de controlar as próprias interações com o ambiente físico e social, sem perder a privacidade e a dignidade, daí surgem, então, os conceitos de "autonomia física" e "autonomia social" (Sasaki, 2006, p. 36). Enquanto a independência vincula-se à capacidade de decisão dos indivíduos sem interferência de outros, sejam familiares ou profissionais especializados. Contudo, existem níveis de independência, decorrentes da quantidade e qualidade de informações disponíveis para auxiliar a tomada de decisão, bem como a autodeterminação e/ou prontidão para tomar decisões em uma determinada situação, "seja pessoal, quando envolve a pessoa na privacidade; social, quando ocorre junto a outras pessoas; ou econômica, quando se refere às finanças do indivíduo" (Sasaki, 2006, p. 37). Por fim, a equiparação de oportunidades refere-se ao processo pelo qual os mecanismos de funcionamento da sociedade, nos contextos físico, cultural e social, são construídos de forma acessível para todos (ONU, 1982). Dentro do contexto da autonomia, independência e equiparação de oportunidades, tem-se, como outra maneira de inclusão, o cenário digital. Logo, a inclusão digital visa a democratização do acesso à informação e à comunicação, por meio de TA.

A inclusão digital está intimamente ligada à acessibilidade digital e, juntas, elas podem promover qualidade de vida; a liberdade e o desenvolvimento social; a produção de conhecimento; e o acesso e compartilhamento da informação para todos os indivíduos, sem distinção.

A acessibilidade, em linhas gerais, é a diversidade de condição de acesso, que proporciona a PcD ou com mobilidade reduzida, envolver-se em atividades que

estabeleçam relação na utilização de informação, ambientes, serviços e produtos. A Organização das Nações Unidas (ONU) aborda acessibilidade como a possibilidade de acesso, “em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação” (ONU *apud* Brasil, 2007, p. 21). Ainda sobre o conceito de Acessibilidade, o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, com suas respectivas relações temáticas, diretas ou indiretas, traz a seguinte definição:

NE: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida - Decreto-lei 5.296 de 02/12/2004, artigo 8. CAT: 6.2 Transferência e Acesso à Informação. (Pinheiro; Ferrez, 2014, p. 20).

Na Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), instrumento desta pesquisa, a acessibilidade é definida como

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias**, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, grifo nosso).

Relevantes organizações mundiais, também, já debateram o conceito de acessibilidade. Uma delas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) traz o conceito como similaridade de acesso, ou seja, a garantia de segurança e autonomia de acesso a qualquer cidadão, o que inclui a PcD ou com mobilidade reduzida, seja no ambiente físico, no transporte e/ou na comunicação (UNESCO, 2007), o que corrobora com a legislação brasileira vigente.

Especificamente, sobre acessibilidade digital ou e-acessibilidade, ou, ainda, acessibilidade no espaço digital, Torres, Mazzoni e Alves (2002) afirmam que ela envolve tornar disponível ao usuário, informações que lhe forem pertinentes, de forma autônoma, independentemente de suas características físicas, sem haver comprometimento do conteúdo da informação acessada. Com isso, entende-se que a acessibilidade digital, no que se refere aos recursos computacionais, é a supressão de qualquer obstáculo para navegação na *web*. Isso significa que a PcD pode usar o

ambiente *web* sem qualquer empecilho, ou seja, entender, compreender, contribuir, navegar e interagir no ambiente. Passerino e Montardo (2007) destacam que, para que a acessibilidade digital seja alcançada, é preciso haver uma combinação entre *hardware* e *software*, disponibilizando meios físicos para superar os obstáculos, percepção e acesso a funções e informações requeridas pelo usuário.

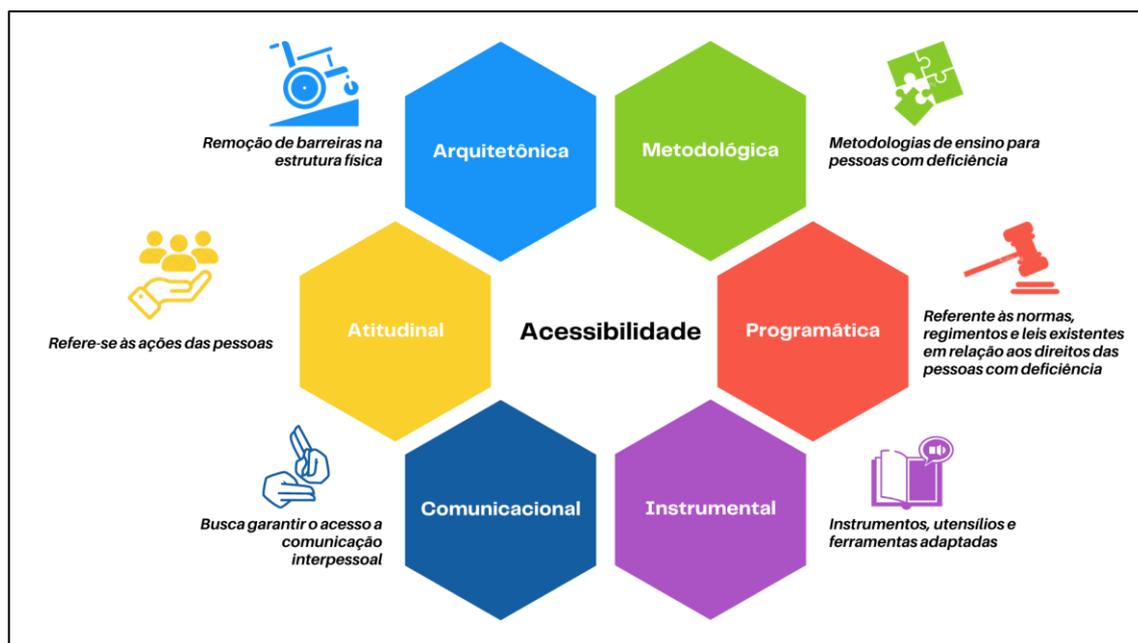
Assim, conforme a W3C (2018) e Salton, Agnol e Turcatti (2017), pode-se citar algumas das técnicas para promover a acessibilidade digital, tais como:

1. Fornecer equivalente textual (*alt text*) para cada elemento não textual (como imagens, mapas, fotografias, quadros e tabelas, entre outros) para dar suporte aos leitores de tela;
2. Oferecer opções de alteração de contraste;
3. Possibilitar a identificação do idioma do texto;
4. Promover a possibilidade de integração com ferramenta tradutora para LIBRAS;
5. Garantir que todos os elementos da interface do usuário possam ser acessados via teclado, em vez de apenas por meio de um *mouse* ou outro dispositivo apontador;
6. Fornecer legendas e transcrições para vídeos e áudios para que pessoas com deficiência auditiva possam acessar o conteúdo.

Ressalta-se, ainda, que acessibilidade digital pode também beneficiar outros públicos além das PcD, tais como os idosos, pessoas com alguma deficiência temporária (ex: acidentados), pessoas com doenças degenerativas da coordenação motora (tais como Mal de Parkinson), entre outras.

Sasaki (2002) identificou seis dimensões de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental e comunicacional, resumidas na Figura 1.

Figura 1 - As seis dimensões de acessibilidade



Fonte: Baseado em Sasaki (2002).

[início da descrição: a imagem mostra as seis dimensões de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental e comunicacional, trazidas pelo autor Romeu Sasaki, em cores diversas e associativas, relacionadas a cada dimensão e o seu significado. fim da descrição].

Já Vianna e Pinho (2017) enfatizam a acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental, porém, dentro do contexto universitário. Para os referidos autores, a **metodológica** ocorre na escassez de obstáculos nos métodos e técnicas de pesquisa acadêmica e/ou científica, de modo às justaposições curriculares e ao uso múltiplo de aprendizagem, participação dos estudantes universitários, elaboração de novas concepções e condutas avaliativas educacionais. A acessibilidade **instrumental** ocorre mediante ao uso de ferramentas de TA pelos estudantes universitários e/ou comunidade acadêmica, para facilitar a encontrabilidade, permitindo se ter acesso a algum objeto digital acessível. E a acessibilidade **programática** ocorre ao serem abolidas barreiras que constem nas entrelinhas das leis, decretos, portarias, normas, resoluções, medidas provisórias e políticas públicas, como também em regulamentos institucionais.

Nesse cenário, a inclusão e a acessibilidade digitais tornam-se cada vez mais necessárias, em uma sociedade digital, onde produtos, serviços, interações, educação e saúde, entre outros, cada vez mais são ofertados via ambientes digitais diversos. O que é endossado por Girafa (2021), quando confirma a previsão do futurista norte-americano Alvin Toffler, sobre a hegemonia do mundo digital. Ele, por sua vez, entre os anos de 1970 e 1990, pressagiu a gênese de uma sociedade

plenamente informatizada, pois devido à tecnologia, por meio de dispositivos ligados à *internet*, as pessoas viveriam e trabalhariam, quase que inteiramente, de seus lares. Essas previsões baseavam-se na teoria das três ondas: a primeira agrária, a segunda industrial e a terceira computadorizada.

Porém, verifica-se que em muitos dos ambientes digitais governamentais, acadêmicos e comerciais não há preocupação com inclusão ou acessibilidade. O que se tornou ainda mais evidente no contexto da pandemia do Covid-19, ocorrida a partir de março de 2020, que requereu o isolamento social, levando ainda mais atividades a serem desenvolvidas, exclusivamente, via ambientes digitais.

Os ambientes originados no contexto pandêmico, talvez, devido à pressa de sua implementação e disponibilização (caso de muitos ambientes educacionais de ensino remoto; sites de consultas à distância; sites de comércio eletrônico de empresas privadas de todos os setores da economia etc.), não abrangeram questões de acessibilidade digital, muitas vezes excluindo as PcD do acesso a que teriam direito, como também pontuado por Silva et al. (2021). Um exemplo disso é que após dois meses do início da pandemia, realizou-se uma pesquisa, promovida pelo movimento Web para Todos, em parceria com o Núcleo de Informação e Coordenação do .br, vinculado ao Comitê Gestor da Internet (CGI.Br) e *BigData Corp*, que apontou que menos de 1% dos sites avaliados foram aprovados no quesito de acessibilidade (Valente, 2021), mesmo existindo a Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015) que preconiza a obrigatoriedade de acessibilidade em sites brasileiros, especialmente os governamentais ou que prestam serviços ao governo, em todas as suas instâncias. Nesse sentido, endossa-se o pontuado por Licheski e Fadel (2013) que quando a acessibilidade não é implementada no espaço digital, pode ocorrer a exclusão, a discriminação de diversos usuários, aumentando, como consequência, a fragmentação social entre cidadãos com e sem acesso à informação e aos serviços prestados por meio de ambientes digitais. Portanto, a acessibilidade digital é relevante no que se refere ao exercício da cidadania e a garantia de todo o direito fundamental ao acesso à informação e a consolidação do pleito democrático (Leite; Meyer-Pflug, 2016).

No contexto educacional, algumas ferramentas que foram utilizadas durante a pandemia como, por exemplo: ambientes ou salas virtuais, aplicativos móveis, jogos educativos, ambientes e drives em nuvem, livros digitais, aulas gravadas, vídeos educativos, entre outros, diversas vezes, também se tornaram formas de exclusão da

PcD, pois em seu projeto e uso não foram consideradas questões de acessibilidade. Vale ressaltar, nesse contexto, que, se bem planejada e considerando questões de acessibilidade digital, a oferta de produtos e serviços em meio digital poderia ser uma oportunidade de superar, ou minimizar, alguns obstáculos, como o da falta de acessibilidade de ambientes físicos ou o da barreira comunicacional. Entende-se, aqui, como barreira comunicacional "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação" (Brasil, 2015).

O que é endossado por Torres e Mazzoni (2004) que afirmam que, a fim de construir um espaço e conteúdos digitais acessíveis a todos, levando em consideração qualquer limitação orgânica ou com relação ao uso de um equipamento que se possa ter, é preciso combinar a flexibilização das formas de apresentação da informação, com o uso de ajudas técnicas (tais como leitores de tela, sistemas de reconhecimento da fala, navegação via teclado etc.), de forma que possam ser maximizadas as habilidades dos usuários com limitações associadas a deficiências orgânicas.

Diante de todo esse cenário, incluir a pessoa com deficiência é criar ambientes facilitadores, desenvolver produtos e serviços de suporte e reabilitação, garantir uma adequada proteção social, criar programas e políticas, e fazer cumprir as legislações vigentes e recomendações de órgão e entidades competentes, para o benefício das pessoas com deficiência e a sociedade.

2.4 Aparato legal de inclusão e acessibilidade no Brasil

"Nada sobre nós, sem nós", expressão disseminada internacionalmente, é o lema adotado pelas PcD, que são protagonistas da sua própria história. Nele, está intrínseca a reivindicação e a determinação para a busca do reconhecimento de direitos de inclusão e de acessibilidade. Essa busca por reconhecimento, pelos grupos postos às margens, marca a iminência de um conjunto heterogêneo de atores sociais nas competições políticas (Lanna Júnior, 2010).

Especialmente na última década, o movimento de inclusão da PcD ganhou força e teve avanços, tendo diversos documentos em cenário internacional e nacional sendo confeccionados para subsidiar o processo de inclusão e o desenvolvimento da

PcD, tais como: leis, decretos, normas, tratados, declarações, resoluções, convenções, portarias, dentre outros. Alguns dos mais relevantes em cenário internacional estão destacados no Quadro 4.

Quadro 4 – Instrumentos Internacionais sobre a Pessoa com Deficiência

INSTRUMENTO	FINALIDADE/DESCRIÇÃO
Resolução ONU 3.447, de 09 de dezembro de 1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Versa sobre os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência .
Resolução ONU 37/52, de 03 de dezembro de 1982	Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes. Estabelece diretrizes para Ações Nacionais (participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões, prevenção, reabilitação, ação comunitária e educação do público), Internacionais, Pesquisa e Controle e Avaliação do Programa.
Resolução ONU 45/91, de 14 de dezembro de 1990	Aprovada pela 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata da execução do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e da Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.
Resolução ONU 46, de 16 de dezembro de 1991	Trata da execução do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e da Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.
Resolução ONU 48/96, de 20 de dezembro de 1993	As Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência de que trata esta resolução, consiste em requisitos, normas e medidas de implementação para a igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda e seguro social, vida familiar e integridade pessoal, cultura, recreação e esportes e religião, informação e pesquisa , políticas de planejamento, legislação, políticas econômicas e outros temas pertinentes.
Declaração de Salamanca, 1994	Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999	Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Declaração de Montreal sobre a inclusão, 2001	Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos.
Declaração de Madri, 23 de março de 2002	Aprovada em Madri, Espanha, em 23 de março de 2002, no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.
Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com	Proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade.

Deficiência – ONU (Nova Iorque, 2006)	
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 30 de março de 2007	Promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.
Tratado de Marraquexe firmado em 28 de junho de 2013	Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

[**início do texto alternativo:** tabela composta por duas colunas e treze linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: instrumento e finalidade/descrição. Da segunda linha a décima terceira linha, há o título da lei e sua respectiva descrição. A tabela cita leis, declarações, resoluções, convenções internacionais, como por exemplo, o tratado de marraquexe: Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso. **fim do texto alternativo**].

No contexto brasileiro, destacam-se os instrumentos descritos no Quadro 5.

Quadro 5 – Instrumentos Nacionais para as Pessoas com Deficiência

INSTRUMENTO	FINALIDADE/DESCRIÇÃO
Lei 4.169, de 04 de dezembro de 1962	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Garante a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso das pessoas com deficiência, sem que para isso seja necessário a cessão de direitos autorais.
Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Lei 10.436, de 24 de abril de 2022	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003	Institui a Política Nacional do Livro. Assegura às pessoas com deficiência acesso à leitura e aos livros em meio digital, magnético e ótico.
Portaria MEC 3.284, de 7 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

	portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto 5.626 de 22 dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Decreto 5.904, de 21 de setembro de 2006	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Decreto 186, de 9 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
Decreto nº 7.559, de 1 de setembro de 2011	Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências. Fomenta as ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura em formatos acessíveis
Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º, § 2º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite.
Nota Técnica n. 21, de abril de 2012 / MEC / SECADI /DPEE	Orientações para descrição de imagem na geração de material digital acessível – Mecdaisy
Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Documento orientador do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESU - 2013	Orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011.

Lei 13.146, de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Decreto 9.552, de 08 outubro de 2021	Promulga o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraquexe, em 27 de junho de 2013.
Decreto 10.502, de 30 setembro de 2020	Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
Decreto 10.882, de 03 dezembro de 2021	Regulamenta o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

[início do texto alternativo: tabela composta por duas colunas e vinte e quatro linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: instrumento e finalidade/descrição. Da segunda linha a vigésima quarta linha, há o título da lei, decreto e/ou portaria e sua respectiva descrição. Logo, a tabela cita leis, declarações, nota técnica e/ou portarias nacionais, como por exemplo, o Decreto 9.552, de 08 outubro de 2021: Promulga o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraquexe, em 27 de junho de 2013. **fim do texto alternativo]**

Verifica-se um aparato legal bastante diversificado, no qual cada instrumento pode complementar o outro, a depender de sua especificidade. Assim, diante desse amplo bojo de instrumentos, o movimento da PcD encontra-se ativo para enfrentar os próximos desafios

primeiro, garantir que os instrumentos legais, até então conquistados, sejam implantados e implementados na vida cotidiana; segundo, construir um discurso comum que ao mesmo tempo considere as particularidades de cada pessoa com deficiência e promova a convergência para a luta por direitos e não discriminação; terceiro, formar e fortalecer novas lideranças capazes de estabelecer metas a serem ultrapassadas e dar continuidade à história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil [...] (Lanna Júnior, 2010, p. 107).

Porém, apenas a existência dos instrumentos pode não ser o suficiente para o seu devido cumprimento. Faz-se necessário, então, constantes fiscalizações para a garantia, na prática, dos referidos direitos às PcD.

Entre os instrumentos listados no Quadro 4, um dos principais aportes legais para garantir e fomentar, em condições isonômicas, o pleno funcionamento dos direitos e das liberdades fundamentais por Pessoa com Deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, foi a Lei 13.146/2015, nomeada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Essa lei tomou como base a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2003) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Decreto

n. 6.949/2009, considerado como o primeiro Tratado Internacional de Direitos Humanos.

Essa Lei, além de avançar nos assuntos relacionados à inclusão social e cidadania, desfaz a caracterização pejorativa das terminologias sobre deficiência, utilizadas nas décadas de 1960 até o final de 1980. Em 1967, ano de consolidação do regime militar, na Emenda Constitucional n. 1, utilizou-se da terminologia "excepcional" para se referir às pessoas com deficiência. No entanto, o referido termo apresenta um atributo contraproducente, pois é definido como fora do comum, ou além dos limites estabelecidos da normalidade. Não obstante, em 1978, ainda sob o regime militar, a Emenda Constitucional n. 12 insere o vocábulo "deficiente" referindo-se à pessoa com o estigma de que falta alguma coisa, ou que porta algum defeito. No entanto, a partir de 1981, influenciado pelo Ano Internacional das Pessoas com Deficiências, tem-se a primeira expressão pessoa deficiente, tornando o vocábulo "deficiente" como função adjetiva. Logo depois, na Constituição Federal do Brasil de 1988, passou-se a chamar pessoas portadoras de deficiências, seguida de, em meados da década de 1990, portadoras de necessidades especiais. Contudo, na Lei 13.146/2015, traz-se uma terminologia mais ampla e não excludente, não mais compreendida como condição biológica ou estática (Guedes; Adami; Barbosa, 2020), a de Pessoa com Deficiência. Assim, no art. 2º, considera-se PcD

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, online).

Dessa maneira, visando sempre à igualdade de condições, o título III, que discorre sobre **Acessibilidade**, apresenta, no capítulo II, o **Acesso à Informação e à Comunicação**, em que se estabelece uma proximidade dos ambientes informacionais, comunicacionais e culturais.

Dentro dessa seara, dois artigos da referida lei, garantem a relevância para universalizar a igualdade de oportunidades nos diversos ambientes sociais, analógicos ou digitais. Com isso, cabe salientar, que o art. 42 trata sobre equidade de oportunidades, garantido o **acesso a: bens culturais**, programas de televisão, cinema, teatro, dentre outras atividades culturais e desportivas, **todas em formato acessível; vedando a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível**

à PcD, sob qualquer alegação, inclusive na proteção dos direitos de propriedade intelectual (Brasil, 2015, grifo nosso).

A partir dessa equidade de garantia de acesso, destaca-se, no capítulo II, art. 68, alicerce desta pesquisa, que

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de **livros em formatos acessíveis**, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a **garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação**.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o **poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis**.

§ 2º Consideram-se **formatos acessíveis** os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em *Braille*.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras. (Brasil, 2015, p. 26, grifo nosso).

Sendo assim, entende-se que as editoras, comerciais ou não, inclusive as editoras universitárias federais do país, vinculadas ao governo federal, visto que elas atuam, principalmente, na promoção do acesso à informação e cultura e na socialização do conhecimento por meio da produção e difusão de livros, devem contribuir e adotar mecanismos de produção e publicização, de material em formato acessível, para acesso e uso de todo o seu acervo produzido, inclusive nos ambientes digitais por toda e qualquer pessoa que deles necessite.

3 DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM MEIO DIGITAL

Tim Berners-Lee, considerado o pai da *World Wide Web*, em 1994 fundou o *World Wide Web Consortium (W3C)* (Cusin, 2010). Esse consórcio internacional, no Brasil, é representado pelo W3C Brasil, e visa garantir padrões abertos e gratuitos; a evolução da *web*; bem como o crescimento de interfaces interoperáveis, o que facilita o “alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, dos sítios e serviços disponíveis na *web*” (W3C Brasil 2013, p. 21).

Também envolvido com as questões da acessibilidade na *web*, o consórcio elaborou, em 1999, um grupo de trabalho denominado *Web Accessibility Initiative (WAI)*⁵, cuja atribuição era desenvolver diretrizes, estratégias e materiais de suporte para tornar a *web* mais acessível ou para criar condições especiais de acesso para as PcD. Pois, um dos objetivos principais do W3C é disponibilizar a *web* para todos, independentemente de deficiências, de múltiplas linguagens, localização geográfica e culturas (W3C, 2021, *on-line*).

3.1 *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*

O grupo do WAI elaborou o *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*⁶, que, atualmente, se encontra na versão 2.1. Devido a multiplicidade de pessoas e instituições que utilizam as recomendações do WCAG, que abrange programadores e *webdesigners*, legisladores, professores e alunos, são proporcionadas variadas camadas de orientação, incluindo princípios e diretrizes gerais; critérios de sucesso testáveis; um amplo conjunto de técnicas de tipo necessárias e sugeridas; como também falhas comuns por relatórios e com exemplos; *links* para recursos e código fonte. Essas camadas, conforme pode ser visto no Quadro 6, visam sempre fornecer orientações para tornar o conteúdo mais acessível (W3C, 2018).

⁵ Iniciativa de Acessibilidade na Web (WAI).

⁶ As Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da *Web* são parte de uma série de recomendações para acessibilidade para a *web* publicadas pela Web Accessibility Initiative do W3C.

Quadro 6 – Camadas de orientação para o WCAG 2.1

Camadas	Descrição
Princípios	No topo estão quatro princípios que constituem a base da acessibilidade na Web: perceptível, operável, compreensível e robusto.
Diretrizes	Abaixo dos princípios estão as diretrizes. As 13 diretrizes fornecem os objetivos básicos que os autores devem atingir para tornar o conteúdo mais acessível aos usuários com diferentes deficiências. As diretrizes não são testáveis, mas disponibilizam a estrutura e os objetivos de âmbito global que ajudam os autores a compreender os critérios de sucesso e a melhor implementar as técnicas.
Critérios de Sucesso	Para cada diretriz, são fornecidos critérios de sucesso testáveis para permitir que as WCAG 2.0 sejam utilizadas onde os requisitos e os testes de conformidade são necessários, tais como na especificação do projeto, nas compras, na regulamentação e nos acordos contratuais. A fim de atender as necessidades dos diferentes grupos e situações, são definidos três níveis de conformidade: A (o mais baixo), AA e AAA (o mais elevado).
Técnicas de tipo Necessária e de tipo Sugerida	Para cada uma das diretrizes e critérios de sucesso existentes no próprio documento das WCAG 2.0, o grupo de trabalho documentou ainda uma grande variedade de técnicas. As técnicas têm caráter informativo e enquadram-se em duas categorias: as que são de tipo necessária para satisfazer os critérios de sucesso e as que são de tipo sugerida. As técnicas de tipo sugerida vão além do que é exigido pelos critérios de sucesso individuais e permitem aos autores um melhor cumprimento das diretrizes. Algumas técnicas de tipo sugerida vão ao encontro de barreiras de acessibilidade que não estão abrangidas pelos critérios de sucesso testáveis. Onde são conhecidas falhas comuns, estas são igualmente documentadas.

Fonte: W3C Brasil, 2018.

[início da descrição: tabela composta por duas colunas e cinco linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: camadas e descrição. Na segunda linha, Princípios: No topo estão quatro princípios que constituem a base da acessibilidade na Web: perceptível, operável, compreensível e robusto. Na terceira linha, diretrizes: abaixo dos princípios estão as diretrizes. As 13 diretrizes fornecem os objetivos básicos que os autores devem atingir para tornar o conteúdo mais acessível aos usuários com diferentes deficiências. As diretrizes não são testáveis, mas disponibilizam a estrutura e os objetivos de âmbito global que ajudam os autores a compreender os critérios de sucesso e a melhor implementar as técnicas. Na quarta linha, critérios de sucesso: para cada diretriz, são fornecidos critérios de sucesso testáveis para permitir que as WCAG 2.0 sejam utilizadas onde os requisitos e os testes de conformidade são necessários, tais como na especificação do projeto, nas compras, na regulamentação e nos acordos contratuais. A fim de atender as necessidades dos diferentes grupos e situações, são definidos três níveis de conformidade: A (o mais baixo), AA e AAA (o mais elevado). Na quinta linha, técnicas de tipo necessária e de tipo sugerida: para cada uma das diretrizes e critérios de sucesso existentes no próprio documento das WCAG 2.0, o grupo de trabalho documentou ainda uma grande variedade de técnicas. As técnicas têm caráter informativo e enquadram-se em duas categorias: as que são de tipo necessária para satisfazer os critérios de sucesso e as que são de tipo sugerida. As técnicas de tipo sugerida vão além do que é exigido pelos critérios de sucesso individuais e permitem aos autores um melhor cumprimento das diretrizes. Algumas técnicas de tipo sugerida vão ao encontro de barreiras de acessibilidade que não estão abrangidas pelos critérios de sucesso testáveis. Onde são conhecidas falhas comuns, estas são igualmente documentadas. fim da descrição]

Na versão atual, as diretrizes do WCAG 2.1, amplamente aprimoradas da versão 1.0, seguindo essas Camadas de Orientação, foram organizados quatro princípios e treze diretrizes (Quadro 7), que indicam as atividades que devem ser realizadas para garantir a acessibilidade.

Quadro 7 - Conjunto de princípios e diretrizes do WCAG 2.1

Princípios	Diretrizes
<p>1. Perceptível - As informações e os componentes da interface do usuário devem ser apresentados de maneira perceptíveis pelos usuários</p>	<p>1.1 Fornecer alternativas textuais para qualquer conteúdo não textual, para que possa ser transformado em outras formas de acordo com as necessidades dos usuários, tais como impressão com tamanho de fontes maiores, braille, fala, símbolos ou linguagem mais simples; 1.2 Fornecer alternativas para mídias baseadas em tempo; 1.3 Criar conteúdo que pode ser apresentado de diferentes maneiras (por exemplo um layout simplificado) sem perder informação ou estrutura; 1.4 Facilitar a audição e a visualização de conteúdo aos usuários, incluindo a separação entre o primeiro plano e o plano de fundo.</p>
<p>2. Operável - Os componentes de interface de usuário e a navegação têm que ser operáveis</p>	<p>2.1 Fazer com que toda funcionalidade fique disponível a partir de um teclado; 2.2 Fornecer aos usuários tempo suficiente para ler e utilizar o conteúdo; 2.3 Não criar conteúdo de uma forma conhecida por causar convulsões e reações físicas; 2.4 Fornecer maneiras de ajudar os usuários a navegar, localizar conteúdos e determinar onde se encontram; 2.5 Torna mais fácil para os usuários operar a funcionalidade por meio de várias entradas além do teclado.</p>
<p>3. Compreensível - A informação e a execução da interface devem ser compreensíveis pelos usuários</p>	<p>3.1 Legível Tornar o conteúdo do texto legível e compreensível; 3.2 Fazer com que as páginas web apareçam e funcionem de modo previsível. 3.3 Ajudar os usuários a evitar e corrigir erros;</p>
<p>4. Robusto - É necessário que o conteúdo seja robusto o suficiente para ser interpretado por uma ampla variedade de agentes de usuários de modo fidedigno, incluindo-se as tecnologias assistivas</p>	<p>4.1 Maximizar a compatibilidade entre os atuais e futuros agentes de usuário, incluindo tecnologias assistivas.</p>

Fonte: W3C Brasil (2018).

[início da descrição: tabela composta por duas colunas e cinco linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: princípios e diretrizes. Na segunda linha, **Perceptível** - As informações e os componentes da interface do usuário devem ser apresentados de maneira perceptíveis pelos usuários: 1.1 Fornecer alternativas textuais para qualquer conteúdo não textual, para que possa ser transformado em outras formas de acordo com as necessidades dos usuários, tais como impressão com tamanho de fontes maiores, braille, fala, símbolos ou linguagem mais simples; 1.2 Fornecer alternativas para mídias baseadas em tempo; 1.3 Criar conteúdo que pode ser apresentado de diferentes maneiras (por exemplo um layout simplificado) sem perder informação ou estrutura; 1.4 Facilitar a audição e a visualização de conteúdo aos usuários, incluindo a separação entre o primeiro plano e o plano de fundo. Na terceira linha, **Operável** - Os componentes de interface de usuário e a navegação têm que ser operáveis: 2.1 Fazer com que toda funcionalidade fique disponível a partir de um teclado; 2.2 Fornecer aos usuários tempo suficiente para ler e utilizar o conteúdo; 2.3 Não criar conteúdo de uma forma conhecida por causar convulsões e reações físicas; 2.4 Fornecer maneiras de ajudar os usuários a navegar, localizar conteúdos e determinar onde se encontram; 2.5 Torna mais fácil para os usuários operar a funcionalidade por meio de várias entradas além do teclado. Na quarta linha, **Compreensível** - A informação e a execução da interface devem ser compreensíveis pelos usuários: 3.1 Legível Tornar o conteúdo do texto legível e compreensível; 3.2 Fazer com que as páginas web apareçam e funcionem de modo previsível. 3.3 Ajudar os usuários a evitar

e corrigir erros; Na quinta linha, **Robusto** - É necessário que o conteúdo seja robusto o suficiente para ser interpretado por uma ampla variedade de agentes de usuários de modo fidedigno, incluindo-se as tecnologias assistivas: 4.1 Maximizar a compatibilidade entre os atuais e futuros agentes de usuário, incluindo tecnologias assistivas. **fim da descrição]**

Cada diretriz aborda alguns pontos para controle (*checkpoints*) que são encaixados em um nível de conformidade, entre três existentes, de acordo com os impactos causados na acessibilidade. Os níveis de conformidade se classificam em:

- **Conformidade 1:** de Nível A (o nível mínimo de conformidade), o sítio ou portal **precisa** satisfazer todos os Critérios de Sucesso de Nível A, ou fornecer uma versão alternativa em conformidade;
- **Conformidade 2:** de Nível AA, o sítio ou portal **deveria** satisfazer todos os Critérios de Sucesso de Nível A e Nível AA, ou fornecer uma versão alternativa em conformidade de Nível AA;
- **Conformidade 3:** de Nível AAA, o sítio ou portal **pode** satisfazer todos os Critérios de Sucesso de Nível A, Nível AA e Nível AAA, ou fornecer uma versão alternativa em conformidade de Nível AAA.

Atualmente, o grupo WAI está elaborando uma nova versão das diretrizes de acessibilidade. Nela, pretende-se explorar os novos contextos focados nas pesquisas (acesso e uso), as funções de criação de conteúdo (com grande potencial de crescimento), suporte a agente de usuário e suporte a ferramentas de criação variadas (W3C, 2018).

3.2 O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG)

Embora as recomendações da WCAG 2.1 constituem sendo o padrão mundial sobre acessibilidade no ambiente *web*, muitos países decidiram desenvolver as suas próprias, justificados na singularidade. Um desses países é o Brasil que, após o Decreto 5.296/2004 no art. 47, que determinou a obrigatoriedade do acesso pleno aos portais e sítios eletrônicos da administração pública para pessoas com deficiência visual (BRASIL, 2004), elabora-se o Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG).

Inicialmente, esse modelo foi baseado nas recomendações da WCAG, na versão 1.0, e disponibilizado para consulta pública em janeiro de 2005. A primeira versão do e-MAG, a 1.4, desenvolvida pelo Departamento de Governo Eletrônico, em

cooperação com a ONG Acessibilidade Brasil, detinha um bloco de recomendações para auxiliar na elaboração de portais e sítios eletrônicos acessíveis (Brasil, 2011). O modelo representa uma gama de recomendações a serem seguidas para que o processo de acessibilidade nos ambientes informacionais do governo brasileiro tenha um padrão estabelecido e de simples aplicação (Brasil, 2011).

Nas versões 1.4 e 2.0, foi dividido em dois blocos documentais: 1) cartilha técnica (perspectiva dos desenvolvedores *web*) e 2) visão do cidadão (todos os cidadãos brasileiros). No entanto, essas versões apresentaram algumas inconsistências, e não dialogaram muito bem na parte da visão do cidadão, sendo revisada e substituída, posteriormente, pela versão 3.0, em 2011. Ainda na versão 2.0, além das WCAG 1.0, o modelo foi baseado em 14 normas de acessibilidade digital de outros países: Estados Unidos da América, como a *Section 508*; Canadá, com os padrões CLF, as diretrizes irlandesas de acessibilidade e outras comprovações documentais de Japão, Espanha e Portugal (Freire, 2008; Tanaka, 2010; Brasil, 2014).

Essa revisão, apresentada em apenas 1 documento, foi atualizada em parceria entre o Departamento do Governo Eletrônico e o Projeto de Acessibilidade Virtual da Rede Nacional de Política Industrial (RENAPI), tornando-a mais ampla e acessível ao conteúdo do governo brasileiro na *web* (Brasil, 2011). Atualmente, tem-se a versão 3.1, que apresenta melhorias, tanto na organização e conteúdo do texto, para torná-lo mais compreensível, quanto nas recomendações, inseridos novos exemplos, inclusive o uso de HTML5⁷ e WAI-ARIA⁸, que fornece um *framework*⁹ para o melhor desempenho na acessibilidade e a interoperabilidade de conteúdos *web* (Brasil, 202?).

Algumas alterações foram feitas na versão 3.1. No capítulo 4, houve a alteração terminológica de “Padrões de acessibilidade digital no Governo Federal” para “Elementos padronizados de acessibilidade digital no Governo Federal”. Além dessa

⁷ É uma linguagem de marcação para a *World Wide Web* e é uma tecnologia chave da Internet, originalmente proposto por Opera Software.^[1] É a quinta versão da linguagem HTML. Esta nova versão traz consigo importantes mudanças quanto ao papel do HTML no mundo da Web, através de novas funcionalidades como semântica e acessibilidade. Possibilita o uso de novos recursos antes possíveis apenas com a aplicação de outras tecnologias.

⁸ É uma especificação técnica que provê um framework para melhorar a acessibilidade e interoperabilidade dos conteúdos web e aplicações. A incorporação do WAI-ARIA é uma maneira de um autor fornecer semânticas apropriadas para widgets customizados para tornar esses widgets acessíveis, utilizáveis e interoperáveis com tecnologias assistivas.

⁹ Estruturas compostas por um conjunto de códigos genéricos que permite o desenvolvimento de sistemas e aplicações.

alteração, a quantidade de itens foi modificada, de 7 para 5, inserindo uma padronização na primeira folha do contraste, e eliminando as funcionalidades aumentar (+) e diminuir (-) a fonte da barra de acessibilidade, visto que os principais navegadores de internet (*browser*), como Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari e Microsoft Edge, tem essas funções nativas, e bastante notáveis por grande parte dos usuários. Já contemplados pelas 45 recomendações, também foram eliminados do documento: “Apresentação de formulário”, “Conteúdo alternativo para imagens” e “Apresentação de documentos”, para não haver redundância (Brasil, 2014).

Para facilitar a compreensão, as recomendações do modelo foram elencadas em seis princípios, conforme as seções do eMAG: Marcação, Comportamento (Document Object Model - DOM), Conteúdo/Informação, Apresentação/Design, Multimídia e Formulário, como pode ser visto no Quadro 8. Neste quadro destaca-se no princípio Conteúdo/Informação, a recomendação 3.8 Disponibilizar documentos em formatos acessíveis, como de especial interesse para essa pesquisa.

Quadro 8 - Princípios e Recomendações do e-MAG 3.0 por Seção

Princípios	Recomendações
Marcação	1.1 Respeitar os Padrões Web; 1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica; 1.3 Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho; 1.4 Ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação; 1.5 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo; 1.6 Não utilizar tabelas para diagramação; 1.7 Separar links adjacentes; 1.8 Dividir as áreas de informação; 1.9 Não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário;
Comportamento (Document Object Model – DOM)	2.1 Disponibilizar todas as funções da página via teclado 2.2 Garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis 2.3 Não criar páginas com atualização automática periódica 2.4 Não utilizar redirecionamento automático de páginas 2.5 Fornecer alternativa para modificar limite de tempo 2.6 Não incluir situações com intermitência de tela 2.7 Assegurar o controle do usuário sobre as alterações temporais do conteúdo
Conteúdo / Informação	3.1 Identificar o idioma principal da página 3.2 Informar mudança de idioma no conteúdo 3.3 Oferecer um título descritivo e informativo à página 3.4 Informar o usuário sobre sua localização na página 3.5 Descrever links clara e sucintamente 3.6 Fornecer alternativa em texto para as imagens do sítio 3.7 Utilizar mapas de imagem de forma acessível 3.8 Disponibilizar documentos em formatos acessíveis 3.9 Em tabelas, utilizar títulos e resumos de forma apropriada 3.10 Associar células de dados às células de cabeçalho

	<p>3.11 Garantir a leitura e compreensão das informações</p> <p>3.12 Disponibilizar uma explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns</p>
Apresentação / Design	<p>4.1 Oferecer contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano</p> <p>4.2 Não utilizar apenas cor ou outras características sensoriais para diferenciar elementos</p> <p>4.3 Permitir redimensionamento sem perda de funcionalidade</p> <p>4.4 Possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente</p>
Multimídia	<p>5.1 Fornecer alternativa para vídeo</p> <p>5.2 Fornecer alternativa para áudio</p> <p>5.3 Oferecer audiodescrição para vídeo pré-gravado</p> <p>5.4 Fornecer controle de áudio para som</p> <p>5.5 Fornecer controle de animação</p>
Formulários	<p>6.1 Fornecer alternativa em texto para os botões de imagem de formulários</p> <p>6.2 Associar etiquetas aos seus campos</p> <p>6.3 Estabelecer uma ordem lógica de navegação</p> <p>6.4 Não provocar automaticamente alteração no contexto</p> <p>6.5 Fornecer instruções para entrada de dados</p> <p>6.6 Identificar e descrever erros de entrada de dados e confirmar o envio das informações</p> <p>6.7 Agrupar campos de formulário</p> <p>6.8 Fornecer estratégias de segurança específicas ao invés de CAPTCHA</p>

Fonte: eMAG (2014).

[início da descrição] quadro composto por duas colunas e 7 linhas. Na primeira coluna, há os cabeçalhos: princípios e recomendações. Na segunda linha: Marcação, 1.1 Respeitar os Padrões Web; 1.2 Organizar o código HTML de forma lógica e semântica; 1.3 Utilizar corretamente os níveis de cabeçalho; 1.4 Ordenar de forma lógica e intuitiva a leitura e tabulação; 1.5 Fornecer âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo; 1.6 Não utilizar tabelas para diagramação; 1.7 Separar links adjacentes; 1.8 Dividir as áreas de informação; 1.9 Não abrir novas instâncias sem a solicitação do usuário; Na terceira linha: Comportamento (Document Object Model - DOM), 2.1 Disponibilizar todas as funções da página via teclado; 2.2 Garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis; 2.3 Não criar páginas com atualização automática periódica; 2.4 Não utilizar redirecionamento automático de páginas; 2.5 Fornecer alternativa para modificar limite de tempo; 2.6 Não incluir situações com intermitência de tela; 2.7 Assegurar o controle do usuário sobre as alterações temporais do conteúdo; Na quarta linha: **Conteúdo/Informação** (em destaque), 3.1 Identificar o idioma principal da página; 3.2 Informar mudança de idioma no conteúdo; 3.3 Oferecer um título descritivo e informativo à página; 3.4 Informar o usuário sobre sua localização na página; 3.5 Descrever links clara e sucintamente; 3.6 Fornecer alternativa em texto para as imagens do site; 3.7 Utilizar mapas de imagem de forma acessível; **3.8 Disponibilizar documentos em formatos acessíveis** (em destaque); 3.9 Em tabelas, utilizar títulos e resumos de forma apropriada; 3.10 Associar células de dados às células de cabeçalho; 3.11 Garantir a leitura e compreensão das informações; 3.12 Disponibilizar uma explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns; Na quinta linha: Apresentação/Design, 4.1 Oferecer contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano; 4.2 Não utilizar apenas cor ou outras características sensoriais para diferenciar elementos; 4.3 Permitir redimensionamento sem perda de funcionalidade; 4.4 Possibilitar que o elemento com foco seja visualmente evidente; Na sexta linha: Multimídia, 5.1 Fornecer alternativa para vídeo; 5.2 Fornecer alternativa para áudio; 5.3 Oferecer audiodescrição para vídeo pré-gravado; 5.4 Fornecer controle de áudio para som; 5.5 Fornecer controle de animação; Na sétima linha: Formulário, 6.1 Fornecer alternativa em texto para os botões de imagem de formulários; 6.2 Associar etiquetas aos seus campos; 6.3 Estabelecer uma ordem lógica de navegação; 6.4 – Não provocar automaticamente alteração no contexto; 6.5 Fornecer instruções para entrada de dados; 6.6 Identificar e descrever erros de entrada de dados e confirmar o envio das informações; 6.7 Agrupar campos de formulário; 6.8 Fornecer estratégias de segurança específicas ao invés de CAPTCHA **[fim da descrição]**.

Tanto o modelo do eMAG, como o WCAG, disponibilizam preferencialmente documentos em versões HTML. No eMAG, utiliza-se também arquivos no formato ODF (*Open Document Format*)¹⁰ para realizar a leitura em tela ou o *download*,

¹⁰ É um formato aberto de documento adotado pela e-PING (Arquitetura de Interoperabilidade em Governo Eletrônico) que pode ser implementado em qualquer sistema. O ODF engloba formatos como: ODT (Open Data Text) para documentos de texto, ODS (Open Data Sheet) para planilhas eletrônicas, ODP (Open Data Presentation) para apresentações de slides, entre outros.

reiterando para que eles sejam acessíveis. No entanto, caso um arquivo seja disponibilizado em formato PDF (*Portable Document Format*)¹¹, deverá fornecer uma alternativa nos formatos HTML ou ODF.

Cabe ressaltar que para documentos digitalizados, há uma solução que pode contribuir para produção de material informacional acessível, chama-se OCR (*Optical Character Recognition*). Ele é um *software* de reconhecimento de caracteres, que converte o conteúdo de documentos digitalizados em dados pesquisáveis ou editáveis (Araújo; Siebra; Borba, 2021). Logo, converte-se imagens de texto em texto real. Com isso, o documento pode ser lido por meio de leitores de telas.

No entanto, Guerra e Vechiato (2020) destacam que esse recurso não foi idealizado para ser uma tecnologia assistiva, porém uma ferramenta elaborada para auxiliar produtores gráficos, editores, dentre outros profissionais. Porém, por sua vez, esse recurso tornou-se um instrumento relevante para a produção de textos acessíveis. Logo, as EU podem aplicá-lo em obras digitalizadas já disponíveis no catálogo *online* e tornar os materiais em formatos digitais mais acessíveis.

O Portal do Livro Acessível¹² considera como formato digital acessível (2017, *on-line*) "arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo a leitura de voz sintetizada, ampliação de caracteres e diferentes contrastes e impressão em braile". Com isso, estimular novos formatos e soluções de arquivos, embasado em padrões de acesso aberto, modulares e interoperáveis ganham respaldo para se afirmarem como referência (Flatschart, 2013).

Dentre as opções de arquivos em formatos digitais acessíveis, o ePUB3 (*Electronic Publication*), especificado oficialmente pelo IDPF (*International Digital Publishing Forum*) desde 2011, é o formato padrão para distribuir documentos e publicações digitais. Esse formato, desde a última década, ganhou espaço entre as editoras comerciais, por ser um padrão específico para leitor (*e-Reader*) de livros digitais (*e-Books*), bem como aderir a diversos elementos de multimídia, como áudio e vídeo, em múltiplos idiomas e plataformas (Flatschart, 2013; Portal do Livro Acessível, 2017).

¹¹ É um formato de **arquivo** desenvolvido pela Adobe Systems para representar documentos de maneira independente do aplicativo, hardware, e sistema operacional usados para criá-los.

¹² Tem o objetivo de promover a acessibilidade, no âmbito do Programa Nacional Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), o Ministério da Educação (MEC) conta com o Projeto Livro Acessível.

Adicionalmente, o e-MAG "padroniza a codificação e o empacotamento de conteúdo *Web* estruturado semanticamente, permitindo a integração de documentos HTML¹³, CSS¹⁴, SVG¹⁵, XML¹⁶ e *JavaScript*¹⁷, entre outros, em um formato de arquivo único" (Flatschart, 2013, *on-line*).

Portanto, quanto mais o ambiente informacional e o conteúdo são acessíveis, mais eles podem possibilitar maior autonomia e equidade aos seus usuários. Consequentemente, o acesso à informação pelas PcD, contribuindo com a difusão e democratização do conhecimento.

3.3 Ferramentas Validadoras de Acessibilidade

Segundo Sousa e Lazzarin (2014), as ferramentas validadoras de acessibilidade são programas de computador ou serviços *on-line* que fazem a verificação automática de uma página Web, com relação ao cumprimento ou não de diretrizes de acessibilidade de padrões tais como a o WCAG ou o e-MAG.

Esse tipo de ferramenta facilita que sejam identificadas falhas de acessibilidade, especificamente na codificação de homepages ou sítios (que são páginas web). Seu funcionamento envolve percorrer todo o código fonte de uma determinada página web, analisando-o, linha a linha, buscando identificar alguma inconformidade na codificação, tomando como base algum padrão de acessibilidade.

Um dos maiores benefícios do uso desse tipo de ferramenta é a agilidade no processo de verificação da acessibilidade, uma vez que a ferramenta possibilita percorrer uma grande quantidade de código fonte em poucos minutos. Após a verificação, a ferramenta apresenta uma lista com todas as inconformidades (erros e advertências) existentes, caso sejam encontradas.

Existem várias opções de ferramentas validadoras de acessibilidade entre elas:

¹³ Linguagem de marcação para a World Wide Web e é uma tecnologia chave da Internet.

¹⁴ Linguagem que descreve a apresentação, visual ou sonora, de um documento.

¹⁵ Linguagem XML para descrever de forma vetorial desenhos e gráficos bidimensionais, quer de forma estática, quer dinâmica ou animada.

¹⁶ Linguagem de marcação semelhante à HTML, mas que permite a descrição de dados definidos por elementos de programação.

¹⁷ Linguagem de programação interpretada estruturada, de script em alto nível com tipagem dinâmica fraca e multiparadigma.

- O *AcessMonitor*, que foi desenvolvido pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) da Administração Pública Portuguesa, faz uso dos princípios e diretrizes do WCAG (Acessmonitor, 2012);
- O ASES foi desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro e, por isso, é um dos únicos a possibilitar também a avaliação pelo padrão e-MAG, além de pelo WCAG 2.0 (Ases, 2015).
- O Taw foi desenvolvido pela Fundación CTIC Centro Tecnológico, que é o escritório espanhol do W3C e faz avaliação pelos princípios e diretrizes do WCAG (Taw, 2020).
- O Wave que foi desenvolvido e é administrado pela WebAIM (*Web Accessibility In Mind*) do the *Institute for Disability Research, Policy & Practice* da *Utah State University* e, também, faz uso do WCAG (Wave, 2022).

Para Sousa e Lazzarin (2014), é importante que ao se avaliar a acessibilidade de uma home page ou site, sejam utilizadas mais de uma ferramenta validadora de acessibilidade, a fim de garantir maior aderência às diretrizes de acessibilidade.

Vale destacar que, apesar do uso de ferramentas validadoras de acessibilidade ser importante e bastante útil, segundo Melo (2007), seu uso não contempla alguns aspectos, que ainda precisam ser avaliados por PcD, a fim de garantir a acessibilidade. O que é endossado por Sonza, Conforto e Santarosa (2008), que afirmam que, de fato, alguns problemas de acessibilidade não são detectados por meio de ferramentas validadoras de acessibilidade e, que por isso, o próprio W3C recomenda o uso de avaliação manual de acessibilidade. Brown e Hollier (2015) e Galvez e Youngblood (2016) complementam afirmando que, embora as avaliações manuais sejam mais trabalhosas e requeiram mais tempo para serem realizadas, elas fornecem um resultado mais preciso sobre a acessibilidade da *homepage* ou sítios.

3.4 Tecnologias assistivas para acessibilidade do livro em formato digital

A Tecnologia Assistiva (TA) ou também chamada de "ajuda técnica" engloba um arsenal de recursos, equipamentos, dispositivos, serviços, metodologias e práticas inclusivas com a finalidade de ofertar diversas possibilidades e funcionalidades, que contribuem para o acesso e uso, também, para a PcD. Diferencia-se das demais

tecnologias, devido a sua finalidade para promover autonomia, qualidade de vida e inclusão social, não apenas para as PcD, mas também para pessoas com mobilidade reduzida, como os idosos (Bersch; Tonolli, 2006; Brasil, 2015).

Tangarife (2007) reitera que há muitos usuários nos sítios e portais que possuem algum tipo de deficiência, que, para acessar à informação desejada, precisam recorrer às tecnologias assistivas. Lima, Miranda e Borba (2011) definem duas categorias basilares sobre a natureza desses instrumentos tecnológicos: 1) os **instrumentos técnicos** desenvolvidos para potencializar a capacidade física e a realização de atividades inexecutáveis (fisicamente) a pessoas em seu estado natural, como pá escavadeira, lápis, automóvel; 2) os **instrumentos lógicos** elaborados para potencializar a capacidade intelectual e a realização de atividades inexecutáveis no campo lógico: escrita, ética e matemática. Alguns desses instrumentos que podem ser úteis no contexto de estudo desta pesquisa, estão descritos no Quadro 9.

Quadro 9 - Tecnologias Assistivas para leitura de livro digital

Leitores de tela (versões gratuitas)	
Os leitores de tela são programas de computador projetados para serem utilizados por pessoas com deficiência visual. Eles capturam a informação apresentada na tela e a transformam em uma resposta falada (áudio) utilizando um sintetizador de voz. A navegação é feita com um teclado comum, na maioria das vezes sem a necessidade de mouse ou de monitor. O áudio é emitido por meio da placa de som do computador.	
Recursos	Descrição
NVDA (<i>Windows</i>)	é uma plataforma para a leitura de tela, um software em código aberto que vai “ler” o Windows para facilitar a inclusão digital de deficientes visuais.
Orca (<i>Linux</i>)	é o leitor de tela que vem pré-instalado na maior parte das distribuições Linux. Ele conta com várias combinações de fala, além de suporte a Braille e uma lente de aumento acoplada. O software foi desenvolvido para ajudar os deficientes visuais ou que não podem utilizar o mouse para ter acesso aos computadores.
VoiceOver (<i>iOS</i>)	é um leitor de tela líder do setor que conta exatamente o que está aparecendo no seu aparelho. Ele agora descreve pessoas, objetos, texto e gráficos com mais detalhes do que nunca. As descrições auditivas dos elementos facilitam a navegação usando um teclado Bluetooth ou gestos simples, que podem ser feitos em uma tela sensível ao toque ou trackpad. E, com gestos do rotor que permitem usar trackpads ou telas sensíveis ao toque como um sintonizador, você explora facilmente páginas da internet, por exemplo.
DOSVOX	é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores.
TalkBack (<i>Android</i>)	é um recurso de acessibilidade que ajuda pessoas com deficiência visual ou baixa visão com feedbacks de voz, fácil de ativar e desativar.

Leitores de tela (versões comercializadas)	
Recursos	Descrição
JAWS	é o leitor de tela desenvolvido para usuários de computador cuja perda de visão os impede de ver o conteúdo da tela ou navegar com um mouse. O JAWS fornece saída de fala e Braille para os aplicativos de computador mais populares do seu PC. Você poderá navegar na Internet, escrever um documento, ler um e-mail e criar apresentações do seu escritório, área de trabalho remota ou de casa.
Virtual Vision	é um leitor de telas especialmente desenvolvido para que pessoas com deficiência visual acessem com autonomia o Windows, o Office, navegadores, arquivos, pastas e outros aplicativos, através da leitura dos menus e telas desses programas por um sintetizador de voz.
Amplificadores de tela (versões gratuitas)	
Aumentam o tamanho da fonte e das imagens na tela do computador para os usuários com baixa visão.	
Recursos	Descrição
Lupa do Windows	Aplicativo padrão do <i>Windows</i> que permite <i>zoom</i> de até 1600%. É possível personalizar a disposição do efeito nos modos: tela inteira, lente e ancorado. Para ativar a lupa no <i>Windows 10</i> pressione a tecla do logotipo do Windows + Sinal de adição (+) no teclado e, para desativá-la pressione a tecla do logotipo do Windows + Esc. Por meio do mouse, é possível ativar a lupa pelo seguinte caminho: Iniciar > Configurações > Facilidade de Acesso > Lupa e alterne em Ativar Lupa.
LentePro (Windows)	<i>Software</i> que faz parte do Projeto DOSVOX. Mostra uma área da tela ampliada numa janela, como se fosse uma lente de aumento. O índice de ampliação da imagem pode variar de 1 a 9 vezes e o trecho mostrado pode acompanhar dinamicamente a posição do mouse ou ser fixada pelo usuário.
Virtual Magnifying Glass (Windows, Mac OS, Linux)	Abre uma janela que acompanha o cursor do mouse e amplia os elementos da tela.
Magnifixer (Windows)	Uma janela exibe de maneira ampliada o conteúdo explorado pelo cursor do mouse em uma tela que pode ser redimensionada e realocada na tela.
ZoomIt (Windows)	Apertando uma tecla pré-definida na instalação do software é acionado um zoom na tela, possibilitando uma melhor leitura dos itens presentes.
Mouse controlado por movimentos da cabeça	
Recursos	Descrição
eViaCam	Software de código aberto disponível para os sistemas operacionais Windows e Linux. O clique do mouse é acionado fixando-se por alguns segundos o ponteiro do mouse na região desejada da tela.
HeadMouse	Software gratuito desenvolvido pela Escola Politécnica Superior da Universidade de Lleida, na Espanha. É possível configurar diferentes movimentos para o clique do mouse.

Reconhecimento de fala e/ou bloco de notas	
Dictanote Demo note	É um programa de reconhecimento de fala totalmente online, gratuito, admite pontuação, permite que você programe a pontuação e frases padrão, e oferece também a opção de reconhecimento de fala de outras línguas nativas.
Speechnotes	É um programa de reconhecimento de fala totalmente online, gratuito, admite pontuação, permite que você programe a pontuação e frases padrão, e oferece também a opção de reconhecimento de fala de outras línguas nativas.
Tradução automática de conteúdos de Língua Portuguesa para a Libras e/ou para Legendas em Língua Portuguesa	
Recursos	Finalidade
Hand Talk	É um aplicativo que traduz automaticamente texto e áudio para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), disponível comercialmente para <i>desktops</i> e gratuitamente para <i>smartphones</i> .
VLibras	É uma ferramenta gratuita de código aberto que traduz automaticamente textos em Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras); tem versões para <i>desktops</i> , <i>smartphones</i> e <i>tablets</i> , e também oferece uma plataforma colaborativa para construção de dicionário em Libras (Wikilibras).

Fonte: Brasil, [2022].

[início do texto alternativo: Na tabela, há os recursos e finalidades de cada *software*: Tecnologias Assistivas para leitura de livro digital. Descreve o nome dos software, pago ou gratuito, mais a finalidade de cada uma. Um exemplo é o DOSVOX: é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. fim do texto alternativo]

Esses recursos computacionais constituem-se de aparatos que podem auxiliar a PcD na utilização e interação do computador e outros dispositivos com autonomia para a leitura dos conteúdos disponíveis nos ambientes informacionais digitais, como o das editoras universitárias. Esses instrumentos, técnicos e lógicos, podem ser associados, também, a diversos recursos computacionais (*hardwares* e *softwares*) para facilitar a compreensão, a acessibilidade e a usabilidade de conteúdos em ambientes informacionais digitais. Porém, para que a acessibilidade se concretize para PcD, além deles, é preciso que sejam seguidas as recomendações e/ou diretrizes de acessibilidade, já apresentadas anteriormente (Fraz *et al.*, 2019).

3.5 Materiais informacionais em formato digital acessível

Tomando como base conceitos e/ou definições já abordados nesta dissertação (Borko, 1968; Freire, 2004; Pereira, 2013; Santos; Freire, 2018; Silva, 2016), no que se refere à informação e ao campo da CI, pode-se obter um conceito ainda em evolução sobre **informação acessível**. Ele é usado não apenas no sentido de dar a

oportunidade de acessar à informação, mas também, no de tornar o material ou objeto informacional, de fato, acessível; ou seja, tornar o conteúdo legível, passível de ser acessado e compreendido por qualquer pessoa. Cabe destacar, aqui, que o uso do vocábulo "acessível" está intimamente relacionado ao contexto da acessibilidade informacional no meio digital.

Ainda nesse ponto de vista, a Informação acessível envolve aplicar diferentes formas de disponibilizar e apresentar o conteúdo informacional, de modo que este se torne compreensível e utilizável por todas as pessoas, incluindo aquelas com diferentes habilidades, necessidades e características. Dessa maneira, a informação acessível pode ser compreendida como a informação fornecida em formatos que permitam que cada utilizador possa ter acesso aos conteúdos "em condições de igualdade com os demais" (Agência Europeia..., 2015, p. 9), ou menos desiguais, como preconiza o conceito da equidade. Logo, o objetivo dela é garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades físicas, cognitivas e/ou sensoriais, possam acessar, compreender e interagir com as informações de maneira efetiva.

Com isso, essas informações podem ser reproduzidas em suportes informacionais que contêm diferentes tipos de informações simultaneamente (Agência Europeia..., 2015), tornando-as mais acessíveis. Ou seja, texto, imagem, áudio, vídeo, dentre outros, podem ser partilhados ou fornecidos por meio de diversos suportes e/ou materiais informacionais, tais como documentos eletrônicos, recursos *on-line*, videoaulas ou até por meio de materiais impressos. No caso das Editoras Universitárias, livros didáticos, obras de referência, artigos científicos, anais de congressos, dentre outros.

Destarte, esses suportes podem ser, também, nomeados de Objetos Digitais Acessíveis (ODA) ou Materiais Informacionais Digitais Acessíveis (MIDA), conforme Vieira (2023). Embora esses sejam conceitos muito próximos, em linhas gerais, o termo "material informacional digital acessível" é mais abrangente e se refere a um conjunto completo de conteúdo digital adaptado ou criado com acessibilidade em mente, o termo "objeto digital acessível" é mais específico e se refere a um componente individual desse conjunto, que também atende aos requisitos de acessibilidade.

ODA são instrumentos de acessibilidade informacional focado na PcD, que possuem sua estrutura alterada no processo de eliminação e ou diminuição de

barreiras/obstáculos e a inclusão de recursos digitais que possibilitem o acesso ao conteúdo por meio do uso de *software* para leitura.

A partir dessa percepção, Vieira e Cândido (2021) atribuem que o acesso à informação de forma plena, sem obstáculos, constitui a essência da acessibilidade informacional. E os ODA são um instrumento bibliográfico digital, que aparece como resposta à necessidade de acessibilidade informacional para PcD visual e outras dificuldades de acesso ao texto, tais as sentidas por pessoas com necessidade educacional especial (PNEE) no âmbito, também, dos estudos acadêmicos. Ainda na visão dos autores, os ODA possuem características e funções que os diferenciam de outros tipos de Objetos Digitais. Os ODA têm como **características**: compatibilidade com tecnologia assistivas, sem restrição ou barreiras, formato acessível, voltado para pessoas com deficiência, fácil manipulação e restrição de acesso a pessoas com deficiência. E suas **funções** incluem: comunicação mais compreensível, democratização da leitura, promover a apropriação do conteúdo do texto, atender as necessidades de informação e igualdade de condições.

Já os MIDA são conteúdos digitais que foram projetados, desenvolvidos ou adaptados de forma a garantir o acesso e a compreensão por pessoas com deficiência. Esses materiais são criados levando em consideração os princípios de acessibilidade e são projetados para serem percebidos, compreendidos e facilitarem a interação com pessoas com uma ou diferentes tipos de deficiência. Alguns exemplos, de formas genéricas, de MIDA podem incluir, por exemplo:

- Documentos acessíveis: são documentos digitais, como ePUB, apresentações de slides ou documentos de texto, que foram produzidos de maneira apropriada para garantir a acessibilidade. Isso pode incluir o uso de texto alternativo para imagens, estruturação adequada do conteúdo com cabeçalhos, *links* claros e legíveis, além de fontes e cores com bom contraste;
- Livros digitais acessíveis: são livros em formatos digitais, como os famigerados *e-books*, que foram desenvolvidos de forma a atender aos padrões e requisitos de acessibilidade. Eles podem incluir recursos como ajuste de fonte e tamanho, possibilidade de leitura em voz alta, navegação simplificada e recursos de busca;
- Publicações acadêmica-científicas acessíveis: são artigos científicos ou periódicos digitais que foram adaptados para serem acessíveis. Isso pode

incluir a disponibilidade de versões em texto puro, sem formatação complexa, e a utilização de padrões de acessibilidade para gráficos e tabelas;

- Conteúdos multimídia acessíveis: são conteúdos digitais que incorporam elementos multimídia, como vídeos e áudios, e são adaptados para garantir a acessibilidade. Isso pode incluir o uso de legendas para vídeos, transcrições para áudios e recursos de descrição de áudio para pessoas com deficiência visual.

A chave, nesse sentido, é garantir que o conteúdo seja projetado e desenvolvido de forma a permitir que PcD possam acessar, compreender e interagir com as informações contidas neles, em conformidade com os padrões e diretrizes de acessibilidade.

Resumindo, apesar dos termos "material informacional digital acessível" e "objeto digital acessível" poderem ser usados de forma intercambiável em alguns contextos, é possível fazer uma distinção conceitual entre eles:

1. Material Informacional Digital Acessível: refere-se a qualquer tipo de conteúdo digital que foi adaptado ou criado levando em consideração os princípios de acessibilidade. Pode se referir a documentos, apresentações, inclusive em *powerpoint*, publicações, cursos on-line, entre outros formatos digitais. A acessibilidade é incorporada por meio de recursos, técnicas e práticas que permitem que pessoas com deficiência possam acessar, compreender e interagir com esse conteúdo de forma eficaz, por meio de TA;
2. Objeto Digital Acessível: é mais específico e refere-se a um componente ou elemento digital individual dentro de um conjunto maior de materiais digitais. Pode ser um trecho de texto, uma imagem, um vídeo, um gráfico interativo, um áudio, entre outros. Um objeto digital acessível é projetado e desenvolvido para atender aos princípios de acessibilidade, garantindo que as pessoas com deficiência possam percebê-lo, compreendê-lo e interagir com ele.

Nesse sentido, ambos os conceitos estão alinhados com o objetivo de garantir que pessoas com deficiência possam ter acesso equitativo à informação e aos recursos digitais, permitindo sua plena participação na sociedade digital.

4 DO LIVRO AS EDIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Ao longo dos anos, a humanidade desenvolveu-se em diferentes formas de comunicação. Antes da escrita, a oralidade era o meio pelo qual as sociedades se expressavam. Por conseguinte, da escrita cuneiforme dos sumérios aos hieróglifos egípcios, a escrita sistematizada foi criando forma. Conforme a escrita evoluiu, os suportes e instrumentos evoluíam também (Martins, 1998), conseqüentemente, chega-se ao registro do pensamento: o livro (códex).

Ele, levando-se em consideração os seus diversos suportes materiais, simbolizado como uma inovação tecnológica, que, ao passar dos anos, foi considerado um dos principais meios para armazenar e disseminar informações. Assim, considera-se, também, como um dos principais suportes para a linguagem escrita, e tem se modernizado, nos diversos formatos, para se adequar a uma sociedade mais acelerada e adepta aos recursos tecnológicos (Rasteli, 2015), principalmente nas novas tipologias textuais digitais.

Sabe-se, ainda, na história dos registros do conhecimento, que os primeiros livros foram confeccionados, em tabletes de argila, pelo povo Sumério, em meados dos anos 3.000 a.C, na antiga Mesopotâmia, Iraque, na contemporaneidade (Martins, 1998). Na trajetória dos tabletes de argilas até chegar aos *e-Reader*¹⁸, houve um incomensurável processo evolutivo. Esse processo de metamorfose dos suportes informacionais perpassou pela transcrição da escrita, tanto no papiro, organizado em *volumen* (em rolos), quanto no códex, originado do pergaminho, gerando na contemporaneidade o formato em cadernos, fabricado em fibra vegetal: o papel.

Etimologicamente, o vocábulo “papel”, conforme Martins (1998), deriva de “papiro”, que em *latim* é escrito *papyrus*. Apesar das contradições sobre a sua descoberta, atribui-se esse feito ao chinês T'sai Lun, em meados dos anos 105 d.C, que revolucionou o império chinês, fazendo a utilização do papel, exclusivamente, pelos chineses por aproximadamente 600 anos.

Após o longo período de exclusividade, é na Batalha de Talas¹⁹, em 751 d.C, com a vitória dos árabes, que o papel se tornou célebre na Europa. Posteriormente,

¹⁸ **Leitor de livros digitais** (*e-Reader*, em inglês) é um pequeno aparelho que tem como função principal mostrar em uma tela, para leitura, o conteúdo de **livros digitais** (*e-books*) e outros tipos de mídia digital.

¹⁹ Foi um confronto armado que ocorreu, em 751, na Ásia Central, nas margens do rio Talas, a norte do rio Sir Dária, em território do atual Quirguistão, perto da cidade cazaque de Taraz.

diversos manuscritos de papel foram multiplicados pelo império muçulmano. A partir daí, os árabes disseminaram o segredo da fabricação para o norte da África e a Europa, na Espanha. Assim, em 1085, na cidade de Valência, instalou-se o primeiro moinho papelero europeu (Paiva, 2010).

Com essa tecnologia já difundida e consolidada na Europa, um dos principais responsáveis pela invenção da tipografia em caracteres móveis independentes e, conseqüentemente, da difusão do livro, no formato analógico, foi Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, conhecido como Gutenberg. Todavia, acredita-se que uma das maiores sabedorias dele deve-se a contribuição na abertura do caminho para a grande imprensa, pois os livros não eram fabricados em escala industrial, bem como o acesso ao conteúdo era restrito, acessível, com exclusividade, à burguesia. Visto que as classes inferiores, também, não eram alfabetizadas.

Com essa grandiosa invenção tecnológica da prensa (ou imprensa), provocou-se uma grande explosão²⁰ no número de livros produzidos e, por conseqüência, uma nova civilização por meio de uma revolução cultural (Chartier, 1998; Logan, 2012).

Assim, no final da Idade Média, em 1453, a relevância tanto do papel, como do livro fortaleceu-se com a expansão comercial europeia, tornando-se um produto fundamental para a administração pública e a disseminação literária. Além disso, a difusão das universidades também estimulou a produção dos manuscritos (Oliveira, 1987), proporcionando, as unidades informacionais da época, a democratização do conhecimento, libertada pela Revolução Francesa, que auferiu os livros da nobreza, inclusive os didáticos, disponibilizando-os para toda a sociedade.

De fato, as universidades surgem no ocidente, no período da Idade Média. Eram vinculadas à Igreja católica, detentora dos poderes político, financeiro, e cultural da sociedade medieval. Sua evolução proporcionou uma expansão dos saberes, no qual ocasionou, lentamente, uma ruptura dos métodos de ensino tradicionais da Igreja. Com essa expansão, houve um aumento significativo de estudantes e, conseqüentemente, a demanda por materiais bibliográficos. Dessa forma, surgem,

²⁰ Também chamada por alguns de caos documentário, a explosão bibliográfica corresponde ao acentuado volume de publicações lançadas no mercado, cujas causas estão relacionadas à invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448. Foi por meio desse acontecimento que surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editadas no mundo (Weitzel, 2002).

nos mosteiros, os *scriptorium*²¹ ou espaços, e *stationarius*²², profissional responsável pela reprodução dos manuscritos comercializados com os estudantes universitários, originando-se, assim, à editoração universitária (Febvre; Martin, 2000). Esta avançou a partir da tecnologia da imprensa, tornando, a partir daí, a produção de textos, cada vez mais, “uma atividade inerente à instituição universitária” (Bufrem; Freitas, 2017, p. 3).

O livro universitário está intimamente ligado ao contexto medieval e ao momento em que surgiram as primeiras *universitas*. Em função do ensino, o livro era instrumento vital para o trabalho e a própria existência da instituição. A editoração de textos é, desde então, uma atividade inerente à instituição universitária. (Bufrem, 2015, p. 37).

Segundo Bufrem e Freitas (2017), como as universidades são espaços próprios de produção de conhecimento e de comunicação científica, elas tornam-se o cenário ideal para a expansão da produção de livros de diversas áreas do conhecimento. O que já era pontuado por Sampaio (1989, p. 399), quando afirmou que

A Universidade tem por compromisso ser arauto da libertação e tornar-se uma promotora legítima do saber que ela mesmo produz. E, por mais eficaz que seja a sua prática na construção da identidade nacional, seja ela científica ou cultura, o veículo insubstituível é o livro.

O autor destaca ainda que

Não basta a Universidade pesquisar e ensinar. Urge que as experiências da sala de aula e dos laboratórios de pesquisas, identificados com a identidade nacional e comprometidos com a sua história de libertação, permaneçam e cheguem à comunidade universitária e à sociedade em geral, através do veículo duradouro que é o livro (Sampaio, 1989, p. 399).

Bufrem e Freitas (2017, p. 3) também pontuam que a produção de textos pelas editoras universitárias “vem se transformando, graças aos avanços tecnológicos do mundo contemporâneo”. Assim, na contemporaneidade, o livro digital vem ganhando cada vez mais espaço, pois a partir da revolução dos impressos, motivada pela explosão da indústria editorial ocorrida no pós-invenção da imprensa, tornou oportuno,

²¹ Espaço onde os livros manuscritos eram produzidos na Europa durante a Idade Média. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Scriptorium>.

²² comerciante, o vendedor, uma espécie de livreiro que na Idade Média detinha os exemplares (exemplares), cópias oficiais dos manuais universitários, licenciadas pelas universidades e consideradas autênticas, corretas. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-e-o-sentido-de-estacionario/30396>

de acordo com Chartier (1998), o surgimento de diferentes suportes e formatos informacionais, e a ampliação dos mecanismos de acesso, de busca e de disseminação da informação.

No Brasil, a prática editorial universitária, de acordo com Silveira e Bufrem (2020, p. 136), iniciou na década de 1960, “quando projetos editoriais foram evoluindo a partir dos serviços gráficos, das imprensas universitárias, aos poucos transformadas em editoras”, o que será detalhado na próxima subseção.

4.1 As Editoras Universitárias no Brasil

O movimento editorial tem, nas Instituições de Ensino Superior (IES), amplo campo de produção intelectual, função hegemônica para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do país (Bufrem, 2015). A partir disso, a atividade editorial, inerente às IES, visa difundir e democratizar o conhecimento que produz. Difundir, nesse contexto, é a capacidade de converter o conhecimento, teórico ou prático, em instrumento basilar para a sociedade. Assim, um imprescindível órgão veiculador da produção intelectual é a Editora Universitária. O que é endossado por Silveira e Bufrem (2020) quando afirmam que as editoras universitárias podem ser definidas como órgãos que têm o objetivo de selecionar, produzir e divulgar a produção acadêmica universitária.

Logo, as editoras universitárias (EU) têm o atributo fundamental de promover a difusão científica das universidades ou instituições às quais estão vinculadas. Caracterizam-se, assim, por abranger todas as áreas do conhecimento científico. Nesse contexto, destaca-se, sobretudo, a diversidade dos assuntos publicados. Uma pesquisa elaborada por Bufrem (2011), de 2009 a 2010, constatou duas posições das EU: na primeira, a produção é endógena, pois se conjecturou a editora universitária como mediadora entre as informações e conhecimentos produzidos na esfera da Universidade e sociedade; a segunda, envolve trazer o mundo para dentro da universidade, produzindo e divulgando conteúdo para a comunidade externa e interna, o que se caracteriza de “bibliodiversidade”, com ampliação do leque temático intelectual, com diversos autores, sendo eles de origens e de múltiplos campos de criação (Silveira; Bufrem, 2020).

Contudo, Marques Neto (2000) afirma que não é o suficiente apenas publicar, mas propagar e fazer chegar o material ao leitor, disseminando, assim, o

conhecimento produzido pela universidade. No mesmo sentido, cabe à EU, pela prerrogativa de fazer parte de uma instituição extremamente crítica, possibilitar o acesso à sua produção intelectual pela sociedade, elaborada dentro ou fora dela, com a condição de contribuir para o crescimento social. Logo, uma das principais finalidades da editora universitária é dar visibilidade às publicações produzidas, tornando-a incentivadora da cultura, já que tem como uma das suas missões a disseminação do conhecimento, sem qualquer restrição, para um público amplo. E, por sua vez, cabe à universidade qualificar, também, os seus profissionais para instruir a sociedade para ser mais crítica (Bufrem, 2015). A universidade é, por excelência, um universo de ensino, pesquisa, que proporciona e idealiza a produção de conhecimento de forma colaborativa e inclusiva, estimulando a construção do saber crítico e independente.

Vale ressaltar que, em linhas gerais, a denominação editora universitária concentra a ideia de editora baseada não apenas em uma universidade, mas em qualquer Instituição de Ensino Superior ou de pesquisa. Dessa forma, nessa categoria, incluem-se também as editoras de faculdades, centros universitários e institutos de pesquisa (ABEU, 2022).

Na literatura, Marques Neto e Rosa (2010) apontam três tipos de editoras universitárias: a) Editoras universitárias *strictu sensu* ou clássicas, b) Editoras universitárias com vocação regional e c) Editoras de livros universitários. As duas primeiras têm como objetivo a divulgação do saber científico, porém a *strictu sensu* ou clássicas, normalmente, está atrelada às universidades tradicionais, podendo atuar ou não para fins comerciais; no concerne às de vocação regional, mesmo com a finalidade acadêmica, atuam de forma endógena e local; quanto à de livros universitários, atuam apenas para fins comerciais e com suportes informacionais voltado ao ensino superior.

As primeiras Editoras Universitárias do mundo foram criadas na Inglaterra, nas Universidades de Cambridge (1534) e Oxford (1586). Essas editoras, mesmo após quase cinco séculos de suas existências, ainda são consideradas personificação de distinção e qualidade da produção acadêmica que desenvolve (Abreu, 2019). No Brasil, a criação das primeiras Editoras Universitárias é datada, respectivamente, de 1961 e 1962, da Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade de São Paulo (USP). No entanto, cabe destaque para a Editora da Universidade Federal de Pernambuco que foi criada como Imprensa Universitária, em 1955, conforme aponta

Rosa et al. (2013). A autenticidade do episódio pode ser vislumbrada, no ²³sítio da Editora da Universidade Federal de Pernambuco - EDUFPE, quando retrata que a Imprensa Universitária da Universidade do Recife (antiga denominação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), foi criada em 1955, como a primeira Editora Universitária do Brasil²⁴. Não obstante, não havia conselhos político e editorial definidos para que a Imprensa Universitária fosse considerada como Editora Universitária, como afirma Bufrem (2015), isso só veio a ocorrer a partir de 1968.

Entre 1964 e 1970, devido ao regime ditatorial brasileiro, nenhuma editora universitária foi criada e os conselhos editoriais existentes mantinham-se limitados pelos reitores nomeados pelo governo. Cenário que passou a apresentar modificações a partir de 1971, marcado pela reativação da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Bufrem, 2015).

Conseqüentemente, é a partir de 1980 que há uma ascensão na criação de editoras universitárias. Esse crescimento, conforme Bufrem (2011), dá-se por 3 situações: 1) a criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), em 1987; 2) o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual nas Instituições de Ensino Superior Federais, criado pelo Ministério da Educação (MEC); 3) a criação do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL).

A Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) foi criada em 02 de setembro de 1987, constituída por 35 editoras, das cinco regiões brasileiras. Ela é uma associação civil que atua, sobretudo, no desenvolvimento da cultura editorial universitária; promove soluções, produtos e serviços adequados às imprescindibilidades dos seus associados; contribui para as políticas do livro e da leitura no Brasil; bem como promove a cultura e socializa o conhecimento por meio da produção e difusão do livro universitário. Atualmente, a ABEU reúne, em seu ambiente

²³ No contexto das editoras universitárias, após a criação dos regimentos das universidades, são elaboradas comissões ou conselhos editoriais para estabelecerem os diálogos para definir a partir da política, a abrangência temática, os campos do conhecimento, vocação e linhas de publicações, relações com a localidade (regional, nacional ou mundial), dentre outros. Nos regimentos, com as funções básicas e complexas definidas, são elencadas, nas premissas, a origem dos projetos e propósito das editoras: editar ou coeditar, disseminar trabalhos relacionados a ensino, pesquisa e extensão, bem como incentivar a produção acadêmica.

²⁴ A Editora UFPE, cujo nome inicial era Imprensa Universitária, foi criada em 1955 e instalada definitivamente no ano seguinte como parte da estrutura da Reitoria da então Universidade do Recife, antiga denominação da UFPE. Em 1968, de acordo com o Decreto nº 62.493, a editora passou a ser considerada um órgão suplementar da UFPE, integrando a lista das instituições de apoio às unidades universitárias e órgãos administrativos para as múltiplas tarefas de natureza técnica e cultural do seu ramo de atividades. Disponível em: <https://www.ufpe.br/editora/sobre>.

de associados, 127 editoras universitárias, das quais 44 são editoras das universidades federais do país. Ao longo de sua constituição, diversas ações foram desenvolvidas pela ABEU. Com isso, as primeiras relevantes são a elaboração de um Catálogo Coletivo e a efetivação da gestão do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL). Eles, por sua vez, têm como objetivo difundir os livros produzidos pelas editoras, bem como socializar o conhecimento. Portanto, a ABEU exerce uma função relevante para o cenário editorial nacional, elaborando congressos e fóruns de discussão para fomentar políticas públicas do livro; igualdade entre as instituições associadas; e a difusão do conhecimento científico produzido nas IES.

No século XXI, após a concretização das EU e devido às inovações tecnológicas, surgiu na atividade editorial um cenário próspero e abundante para o acesso e uso da informação. Nele, instrumentos legais, produtos e serviços foram incrementados, com a finalidade de atender as demandas informacionais do seu consumidor final: docentes, estudantes e pesquisadores, dentro ou fora do universo acadêmico. Nesse sentido, novas formas de armazenar, selecionar e disseminar foram aperfeiçoadas nos novos suportes informacionais, para tentar garantir o acesso e acessibilidade da informação, buscando a inclusão informacional digital. Assim, visando acompanhar as constantes inovações do mercado editorial, tanto na forma, significado e modo de uso, ou pelos aspectos técnico, morfológico e material (Chartier, 1998), algumas editoras universitárias têm se empenhado em produzir e disseminar livros, em diversas áreas do conhecimento em formato digital, o que possibilita a inserção de novos pesquisadores e usuários, ultrapassando os muros universitários, reduzindo custos financeiros e contribuindo com um impacto ambiental positivo. A partir daí, identificaram-se novos hábitos de leitura, agregando o formato digital às novas produções e publicações por meio da atividade editorial.

Esse novo formato possibilitou a criação da Rede SciELO Livros, na qual 22 editoras universitárias estão inseridas, dentre elas, 9 editoras das universidades federais do país, o que garante um grande avanço na “publicação *on-line* de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos com o objetivo de maximizar a visibilidade, **acessibilidade**, uso e impacto das pesquisas, ensaios e estudos que publicam” (SciELO, 2022, p. 1, grifo nosso). Esses livros são avaliados e selecionados por um comitê científico, sendo publicados em formato digital acessível, seguindo padrões internacionais, e sendo legíveis por diferentes dispositivos. Além disso, essas publicações podem ser recuperadas tanto pelo Portal SciELO Livros, como por

buscadores da *web*, além de poderem ser indexados por outros portais e serviços de referência (SciELO, 2022).

Portanto, essas mudanças, desde a sua fundação, com o advento do papel e da imprensa, até os dias atuais, com a inserção das tecnologias da informação e comunicação, são necessárias para inserir novas perspectivas para que as EU não caiam na obsolescência.

4.2 O papel das editoras universitárias na visibilidade da produção, comunicação e divulgação científica

Como já pontuado, devido a expansão e desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), as editoras universitárias vêm tentando modernizar os suportes informacionais, os mecanismos de indexação, as práticas e políticas editoriais para auxiliar às novas demandas e o impacto social das suas audiências por meio dos recursos informacionais digitais, técnicos e/ou científicos.

O elemento essencial de uma EU é (pode ser) a informação científica, que pode ser compreendida como substrato para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação. Essa tipologia, que são os resultados apresentados em pesquisas científicas, é disseminada, também, por meio das revistas, para a comunidade (Kumamoto, 2006).

Por meio dos mecanismos de pesquisas ou buscas, tais como o Scielo livros, adotados por algumas editoras universitárias federais ou portais de periódicos vinculados a elas, os usuários buscam soluções concisas, precisas e, sobretudo, que deem acesso às suas necessidades informacionais. Não obstante esse acesso, só pode ser possível, caso os buscadores sigam padrões ou recomendações de acesso para conteúdo *web* e sejam interoperáveis para a recuperabilidade informacional. Para isso, é preciso que os metadados dos recursos informacionais sejam devidamente descritos, padronizados e estruturados, seguindo o fluxo da informação científica. Esse fluxo da informação científica está intimamente associado ao caminho percorrido pela informação, desde a sua produção, até a divulgação para a comunidade (Fernandes; Vilan Filho, 2021).

Assim, é a partir da produção, divulgação e comunicação científica que as EU tentam difundir e democratizar a linguagem especializada para a sua comunidade. Entende-se, aqui, a produção científica como o resultado propiciado pelo processo de

criação do conhecimento, por meio da pesquisa e extensão universitária, registrado em ambientes ou suportes informacionais. Assim, é por meio dela que o conhecimento ultrapassa os muros das universidades, tornando-se visível para a sociedade e organizações.

Nesse contexto, as EU podem ser o veículo de comunicação propagador de materiais científicos produzidos pela comunidade acadêmica, utilizando-se de elementos do *marketing* científico digital, que são propícios para a divulgação e comunicação científica. Considera-se como marketing científico digital a composição do marketing científico e do *marketing* digital como recurso adotado para produtos científicos, concatenado à comunicação científica e digital, objetivando o fornecimento de materiais e serviços informacionais visando suprir as carências dos usuários, no que se refere à visibilidade científica (Araújo, 2015).

No tocante às EU, o *marketing* científico digital colabora para divulgar tanto a imagem das próprias editoras, como também os materiais veiculados por elas, possibilitando, assim, a interação com os seus usuários.

Esse tipo de fornecimento de informações por meio dessa técnica de divulgação também colabora para dar maior visibilidade às obras e produções das EU, bem como para prospectar potenciais usuários interessados. Entretanto, a execução do *marketing* científico digital carece de colaboração de profissionais capacitados para utilizar os canais de comunicação digital, em especial, os cientistas da informação e jornalistas.

Prado (2019) observa, também, que esse tipo de *marketing* antes de ser executado, precisa previamente ser planejado estrategicamente para que o produto (produção científica) chegue aos usuários. Ou seja, há uma relação cíclica entre *marketing*, comunicação e divulgação científica, processos não isolados que se complementam.

Dessa maneira, a divulgação científica é compreendida pela “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (Bueno, 2009, p. 162). Esses veículos ou canais estão atrelados ao *e-mail marketing* (lista de transmissão ou alerta), redes sociais, dentre outros ecossistemas digitais.

Bueno (2010, p. 05) enfatiza algumas das principais finalidades da divulgação científica. Desse modo,

A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho, a exemplo de transgênicos, células tronco, mudanças climáticas, energias renováveis e outros itens.

Nessa perspectiva, divulgar o conhecimento é um ato de democratizar o acesso ao próprio processo científico para o corpo social, que tem sido amplamente explorado por instituições de pesquisas, periódicos científicos e EU. O papel da divulgação está profundamente atrelado ao processo de informar ao usuário, com uma linguagem menos tecnicista, as descobertas científicas e seus impactos na sociedade.

Nesse sentido, concorda-se com a visão de Asséf Neto *et al.* (2019), que a divulgação pode ser considerada uma prática de “prestação de contas” para a sociedade, tendo em vista que muitas pesquisas (direta e indiretamente) são financiadas com investimentos públicos.

Em contrapartida, a comunicação científica, conseqüentemente, relaciona-se à transferência de informações científicas e tecnológicas, ou em muitos casos, associadas, também, à inovação. Garvey e Griffith (1979) entendem como um processo concatenado à produção, que é desde a fase preliminar da pesquisa, até a difusão das fontes e o uso da informação, que é a publicação das edições universitárias, livros ou artigos científicos, nos formatos híbridos. Complementarmente, Bueno (2010, p. 5) reforça que

A comunicação científica visa, basicamente, à disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências etc.) em áreas específicas ou à elaboração de novas teorias ou refinamento das existentes.

Diferenciando-se da divulgação, a comunicação científica tem um público diferenciado, há, nesse caso, uma relação entre pares, em que os pesquisadores conhecem os jargões e conceitos técnicos da área estudada. Esse processo de comunicação promove maior difusão científica, o que favorece que outros pesquisadores refutem, complementem ou apliquem determinados conhecimentos em qualquer lugar do globo (Caribé, 2015). São espaços propícios para essa interação entre pesquisadores, os eventos, congressos e seminários científicos. Além disso,

essa relação também proporciona o surgimento de pesquisas interdisciplinares entre pesquisadores de outros campos científicos.

Destarte, a comunicação e a divulgação científica se diferem em aspectos como público, pois a comunicação tem ênfase em especialistas e pesquisadores, enquanto na divulgação são pessoas não-especialistas; o discurso na comunicação é marcado por jargões técnicos, e na divulgação a linguagem é simplificada para o entendimento do público-leigo; o canal em que a comunicação ocorre, normalmente, é mais restrito e com um público específico, já na divulgação são utilizados os canais que proporcionem maior fluxo informacional como a mídia tradicional (jornais, rádio, televisão) e as redes sociais digitais (Caribé, 2015; Bueno, 2010; Amaral; Juliani, 2020). Apesar das diferenças, ambos os conceitos valorizam a difusão de informações nos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (Bueno, 2010).

Outro ponto a destacar, é que as redes sociais digitais têm sido exploradas pelas instituições para promover essa divulgação de conteúdos científicos como uma extensão do que está organizado e gerenciado em sítios eletrônicos, e nelas, há também potenciais caminhos para consagrar o acesso universal da informação e a acessibilidade digital. Nessas redes, as EU podem compartilhar informações em múltiplos formatos: vídeo, imagem, áudio e textos, bem como em combinações diversas.

Entretanto, as ações de divulgação e comunicação científica, para além de ampliarem a popularização da ciência e o acesso mais democrático e participativo dos usuários, precisam ser executadas numa perspectiva mais inclusiva pelas EU. Como observado, essas práticas possuem uma relação muito direta com os elementos tecnológicos, e para que seja alcançado de forma a atender o direito à informação dos usuários, à igualdade pregada na Carta Magna de 1988 e aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, faz-se necessário que as EU recorram a elementos que possibilitem o acesso a seus conteúdos também pelas pessoas com deficiência.

Por exemplo, em seu site e em suas redes sociais, as EU precisam estar atentas a práticas como descrever os elementos dispostos nas imagens, utilizando *hashtags* como *#PraCegoVer*, *#PraTodosVerem* ou *#descriçãodaimagem #imagensquefalam*, que possibilitam que pessoas cegas consigam, utilizando leitores de tela, ter acesso ao conteúdo da publicação; inserir legendas em vídeos corrobora para que pessoas surdas conheçam o teor do que está sendo compartilhado; observar

os contrastes das cores das imagens para facilitar o acesso de pessoas com daltonismo; utilizar fontes dos textos acessíveis; dentre outras, colaboram para esse acesso de todos sem preconceito ou segregação, entre outros pontos que serão melhor detalhados na próxima seção.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. Para Gil (2019, p. 26) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Dentre essas pesquisas, Gil (2019) salienta, ainda, as que objetivam estudar algumas características de grupos, como é desta pesquisa que tem como foco de estudo as editoras universitárias. Quanto à abordagem, cabe salientar que, embora a pesquisa seja essencialmente qualitativa, para alcançar alguns resultados que serão fundamentais para a argumentação e contextualização, serão trabalhados também dados quantitativos.

Visando atender a cada objetivo específico, serão utilizados os procedimentos metodológicos descritos no Quadro 10.

Quadro 10 - Informações sobre os instrumentos de coletas de dados e as fontes de coletas de dados utilizadas nos objetivos específicos da pesquisa

Objetivos Específicos	Procedimentos Metodológicos
Caracterizar as Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise documental ● Questionários
Identificar os requisitos (ou critérios) que devem ser contemplados pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil em termos da promoção da acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa bibliográfica ● Análise documental
Mapear as iniciativas e os desafios enfrentados em prol do cumprimento da Lei 13.146/2015 pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> ● Questionários ● Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

[**início da descrição:** quadro composto por duas colunas e quatro linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: objetivos específicos e procedimentos metodológicos. Na segunda linha, Caracterizar as Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil: Análise documental e Questionários]. Na terceira linha, Identificar os requisitos (ou critérios) que devem ser contemplados pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil em termos da promoção da acessibilidade: Pesquisa bibliográfica e Análise documental. Na quarta linha, Mapear as iniciativas e os desafios enfrentados em prol do cumprimento da Lei 13.146/2015 pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil: Questionários e Análise de conteúdo. **fim de descrição**].

Com base no especificado no Quadro 10, essa pesquisa será desenvolvida seguindo as etapas abaixo:

Etapas 1 - Pesquisa bibliográfica e Análise documental

Para construção da fundamentação teórica, assim como para contemplar o segundo objetivo específico, a pesquisa fez uso da pesquisa bibliográfica. Cabe

salientar, que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2019, p. 28).

Os levantamentos realizados para esse estudo, para a tecitura do referencial teórico, foram nas bases: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), Attena (Repositório Institucional da UFPE), Scopus e Web of Science (WoS). Utilizou-se dos seguintes descritores em português, e suas traduções no idioma inglês, sobre as temáticas: “Lei 13.146”, “Lei 13146” “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, “editoras universitárias”, “pessoas com deficiência”, “tecnologias assistivas”, “acessibilidade”, “acesso à informação”, “Direito de acesso à informação”, “acesso à informação” e “Lei de Acesso à Informação”, combinado pelo operador booleano OR, e aplicados aos campos título, assunto e/ou resumo, a depender da base de dados, de forma a abranger publicações científicas nacionais e internacionais.

Cabe salientar que a pesquisa bibliográfica foi efetuada no período de março de 2021 a julho de 2022.

A investigação também compreende uma etapa de análise documental (Moreira, 2008) em legislações federais vigentes e publicações disponíveis no sítio oficial do Governo Federal, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei de Acesso à Informação, Tratados nacionais e internacionais; sítios de associações, como a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU); além da análise de documentos relativos às políticas editoriais, diretrizes, relatórios de gestão e ações das editoras universitárias, bem como das Editoras Universitárias Públicas das Universidades Federais do Brasil, desde a sanção da referida Lei, em 2015.

Adicionalmente, caracterizou-se as editoras universitárias federais, a partir das informações presentes no instrumento de coleta de dados e em seus respectivos sítios eletrônicos, no quais foram coletadas informações sobre os ambientes informacionais digitais, catálogo ou acervo digital (virtual), política e conselho editorial, regimento interno, editais publicados, bem como outras informações relevantes disponíveis em “Sobre a Editora”, “A Editora” ou “Home”, que possam contribuir tanto com a caracterização do perfil da editora, como na identificação de iniciativas em prol da inclusão das PcD.

Etapa 2 - Definição do universo e do *corpus* da análise

A segunda etapa compreendeu o levantamento/mapeamento das Editoras Universitárias Federais do Brasil, bem como das demais informações sobre elas, a fim de facilitar contato posterior.

Para isso, realizou-se um levantamento no sítio do Ministério da Educação (MEC), por meio do sistema e-MEC²⁵, no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Na busca avançada, da Categoria Administrativa - pública federal, e Organização Acadêmica - universidades, para saber as editoras que estão vinculadas a cada IES. Assim, de acordo com o MEC (Brasil, 2022), as instituições de ensino, quanto à sua Categoria Administrativa, são classificadas como pública ou privada. No que se refere à Organização Acadêmica, são classificadas como: escolas de governo, centro universitário, instituto federal e universidades. Após a análise de cada sítio das IES e editoras, optou-se por selecionar, para o universo e *corpus*, apenas as editoras de Categoria Administrativa - pública e Organização Acadêmica - federal, exclusivamente das universidades federais. Adicionalmente, colocou-se como critério de escolha ser uma editora associada à ABEU.

Nesse sentido, no Brasil existem, atualmente, 69²⁶ universidades federais, mas apenas 68 constam no sítio do e-MEC. Também, verificou-se que nem todas as universidades federais possuem editoras, e algumas estão em fase de constituição dela, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)²⁷. Assim, foram selecionadas como amostra desta pesquisa 45 universidades federais brasileiras e suas respectivas editoras filiadas à ABEU, elencadas por região no Quadro 11.

²⁵ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova> Acesso em: 25 jul. 2022.

²⁶ Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), por desmembramento de **campus** da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113856.htm Acesso em: 19 jul. 2022.

²⁷ Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/comunicacao/comunica/jornalismo/ufopa-na-midia-2/2022/julho/ufopa-cria-editora-e-constitui-conselho-editorial-com-seis-professores/> Acesso em: 30 jul. 2022.

Quadro 11 - Instituições de Ensino Superior e Editoras Universitárias Federais do Brasil

Regiões	UF	Universidades Federais no Brasil	Sigla	Sigla da Editora
Centro-Oeste	DF	Universidade de Brasília	UnB	EdUnB
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	EdUFGD
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	EDUFMS
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	EdUFMT
Nordeste	AL	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Edufal
	BA	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Edufba
	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	EDURB
	CE	Universidade Federal do Ceará	UFC	EDUFC
	MA	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	EDUFMA
	PB	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Ed. da UFPB
	PE	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Edufpe
	PI	Universidade Federal do Piauí	UFPI	Edufpi
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	EDUFRN
	RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	Edufersa
Norte	AC	Universidade Federal do Acre	UFAC	Edufac
	AM	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Edua
	AP	Universidade Federal de Amapá	UNIFAP	Edufap
	PA	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	Edufra
	PA	Universidade Federal do Pará	UFPA	Edufpa
	PA	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	EDUFOPA
	RO	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Edufro
	RR	Universidade Federal de Roraima	UFRR	EdUFRR
	TO	Universidade Federal do Tocantins	UFT	EdUFT
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	EDUFES

Sudeste	MG	Univ. Federal de Juiz de Fora	UFJF	Editora UFJF
	MG	Universidade Federal de Lavras	UFLA	Editora Ufla
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	EDUFMG
	MG	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Edufu
	MG	Universidade Federal de Viçosa	UFV	EditoraUFV
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Editora UFRJ
	RJ	Universidade Federal Fluminense	UFF	Eduff
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	EDUR
	SP	Universidade Federal do ABC	UFABC	Editora UFABC
	SP	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Edufscar
	SP	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Unifesp Editorial
Sul	PR	Univ. Federal da Integr. Latino-Americana	UNILA	EDUNILA
	PR	Universidade Federal do Paraná	UFPR	EDUFPR
	PR	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	EdUFSM
	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	EDUFTPR
	RS	Univ. Fed. Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Ed. da UFCSPA
	RS	Universidade Federal de Pelotas	UFPel	FAU UFPel
	RS	Universidade Federal de Rio Grande	FURG	Edgraf/Furg
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	EDUFRGS
	SC	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	EDUFFS
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	EdUFSC	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

[início da descrição: tabela composta por cinco colunas e 6 linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: regiões, UF (sigla da unidade federativa), universidades federais no Brasil, siglas e siglas das editoras. Na segunda linha, a região centro-oeste composta pelas Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato (UFMS) Grosso do Sul e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na terceira linha, a região nordeste composta pelas Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Na quarta linha, a região norte composta pelas Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Amapá (UNIFAP), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Tocantins (UFT). Na quinta linha, a região sudeste composta pelas Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Na sexta linha, a região sul composta pelas Univ. Federal da Integr. Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Univ. Fed. Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Rio Grande (FURG),

Etapa 3 – Elaboração e Aplicação de Questionário

Para coleta de dados foi utilizado questionário *on-line*. Esta forma de coleta é corroborada por Flick (2013, p. 167-168) "as pesquisas de levantamento *on-line* têm várias vantagens: baixo custo, tempo, facilidade do uso, ausência de restrições espaciais e índice de respostas". Marconi e Lakatos (2019, p. 220) veem o uso do questionário como vantagem pelo fato de haver uniformidade na avaliação, considerando a natureza impessoal do instrumento.

Assim, o instrumento de coleta de dados foi um questionário, elaborado e aplicado por meio do *SurveyMonkey*, versão paga, também em português. O uso da opção paga evita limitação na quantidade de questões e de respostas recebidas, além de dispor de ferramentas mais robustas para análise de dados, e tipos de *layout* variados, com questões abertas e fechadas, tabulação cruzada, geração automática de gráficos, dentre outras possibilidades.

Assim como uma entrevista com a ABEU, conforme sugerido na banca de qualificação desta pesquisa. Assim, encaminhamos o e-mail convite à direção da ABEU, em 22 de novembro de 2022, solicitando a assinatura da carta de anuência (Apêndice E) para possibilitar à submissão ao conselho de ética.

Logo, para a realização da pesquisa, junto às EU e a ABEU, primeiramente a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPE, no *Campus* do Recife, em novembro de 2022, mas retirada do calendário de reuniões, pois só haveria vaga para apreciação em fevereiro de 2023, devido ao preenchimento das vagas disponíveis para dezembro e recesso coletivo em janeiro. Assim, buscou-se o Comitê de Ética de Pesquisa do Centro Acadêmico da Vitória (CEP/CAV), também da UFPE, para submissão do projeto. O que foi feito no dia 30 de novembro de 2022, para ser apreciado na reunião do dia 14 de dezembro, obtendo parecer consubstanciado de aprovação no dia 01 de março de 2023, conforme documento apresentado no Anexo A. A demora de retorno do comitê de ética foi um fator que atrasou o início da coleta de dados.

O questionário aplicado foi composto por 27 (vinte e sete) perguntas (abertas e fechadas), divididas em três seções. A primeira seção destinada a traçar o perfil da editora universitária. A segunda pensada para o perfil do respondente. A terceira com

questões sobre a editora e relacionadas à acessibilidade, com base na Lei 13.146/2015. O modelo do questionário aplicado encontra-se no Apêndice A.

Foram convidados para participar da pesquisa, respondendo ao questionário, os gestores, ou seus respectivos substitutos, das Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil, presentes no Quadro 11. O convite foi enviado pelo *e-mail* institucional do pesquisador, e o questionário disponibilizado via o link: <https://pt.surveymonkey.com/r/22M5PTM>, com o Termo de Consentimento e Carta de Anuência, e ficou disponível, a princípio, do dia 07 a 21 de junho de 2023. No entanto, como até então não havia recebido o número mínimo de respostas previstas, conforme a taxa de retorno esperada de, ao menos, 30%, sua disponibilização foi prorrogada até às 23h59min do dia 26.

Com relação à entrevista, após a aprovação do CEP, entramos em contato com a ABEU para oficialmente marcar a entrevista. No entanto, devido a mudança da diretoria, que ainda estava se adaptando na função e por problemas de agenda para realizarmos a entrevista, decidimos mudar o formato do instrumento de coleta, visando a praticidade para o respondente. Dessa forma, foi elaborado um questionário online (Apêndice B), baseado nas perguntas da entrevista.

Este novo instrumento de coleta para a ABEU foi composto por 13 (treze) perguntas (abertas e fechadas), divididas em três seções. A primeira destinada a traçar o perfil da ABEU. A segunda pensada para o perfil do respondente. A terceira relacionada à percepção do respondente acerca de questões relacionadas à acessibilidade, com base na Lei 13.146/2015. A partir disso, encaminhamos o questionário no dia 06 de junho de 2023, que ficou disponível até o dia 26 de junho. Efetuamos alguns lembretes ao respondente por meio de contato telefônico, *e-mail* e o *WhatsApp* da Associação, porém, não obtivemos retorno. Dessa forma, não foi possível contemplar essa etapa da coleta.

Etapa 4 - Análise de conteúdo e apresentação dos resultados

A análise dos dados coletados com o questionário baseou-se na perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (2016, p. 44), que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”. Ainda sobre o fundamento em Bardin (2016),

a análise de conteúdo é constituída de três etapas, que foram realizadas, conforme descrito, a seguir.

Na **pré-análise**, baseada na revisão de literatura, foram definidas as categorias e variáveis, conforme a figura 5. A partir disso, elaborou-se o questionário, dividido em três partes: perfil da editora, perfil do respondente e a percepção do respondente acerca de questões sobre a editora e a acessibilidade, com base na lei 13.146/2015, para avaliarmos a produção, disponibilização e o meio de divulgação dos materiais informacionais digitais desenvolvidos pelas editoras universitárias.

Na sequência, tem-se a **exploração do material**, que foi aplicado nas respostas obtidas nos questionários, buscando encaixá-las nas categorias e variáveis previamente definidas.

A terceira fase diz respeito ao **tratamento dos resultados, inferência e interpretação** dos dados coletados. Logo, foram desenvolvidos gráficos e figuras seguindo a organização das perguntas e todos os resultados obtidos foram discutidos à luz do referencial teórico da análise documental, como será apresentado na próxima seção.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados obtidos a partir das respostas dos participantes da pesquisa, envolvendo a estrutura organizacional das editoras, as ações relacionadas à acessibilidade implementadas e os desafios enfrentados para promover acessibilidade. Posteriormente, são discutidas as implicações dos resultados obtidos na coleta e suas possíveis relações com a legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

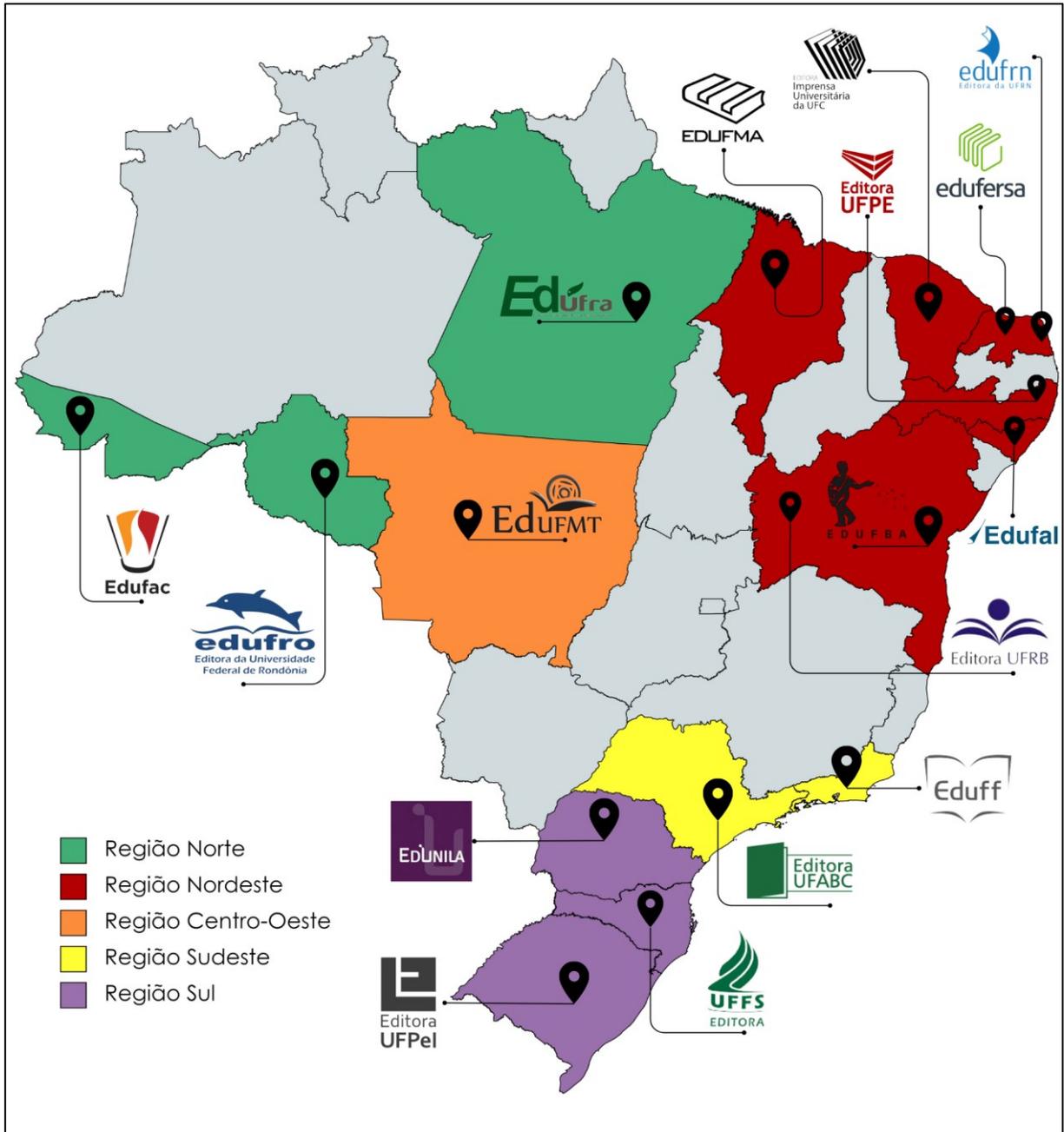
A análise dos dados permitirá identificar tendências, lacunas e boas práticas nas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil no que diz respeito à promoção da acessibilidade. Será possível compreender se essas instituições estão adotando medidas efetivas para garantir o acesso equitativo à informação para PcD, bem como identificar os principais desafios enfrentados nesse contexto. Além disso, poderão ser verificadas as implicações dos resultados obtidos no contexto mais amplo da inclusão e da garantia dos direitos das PcD.

A discussão dos resultados será embasada tanto na análise dos dados coletados, quanto na revisão teórica sobre acessibilidade, legislação e boas práticas relacionadas à produção e divulgação de publicações acessíveis.

Destaca-se que, do universo de 45 editoras universitárias que são associadas à ABEU, 40% (n=18) responderam ao questionário, mas apenas 37,5% (n=17) das editoras responderam, completamente, ao questionário e, por isso, foram selecionadas para este estudo. Com isso, houve a exclusão de uma EU, pois respondeu apenas a primeira seção do questionário, que se refere ao perfil do respondente.

Na figura 2 pode-se visualizar em um mapa, a localização na região e nos estados das editoras universitárias selecionadas para a pesquisa. Também podem ser visualizados os respectivos logos dessas editoras universitárias.

Figura 2 - Distribuição geográfica das editoras universitárias selecionadas



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando as ferramentas MapChart e Canva (2023).

[início da descrição: a imagem mostra o mapa do Brasil dividido por cores, regiões e ícones das editoras universitárias em treze estados, das cinco regiões do país. Na região Norte, apenas três estados estão marcados da cor verde, representados pelos estados do Acre, com o ícone da editora da Universidade Federal do Acre, o estado Pará, com o ícone da editora da Universidade Federal Rural da Amazônia, e o estado de Rondônia, com o ícone da editora da Universidade Federal de Rondônia. Na região Centro-Oeste, apenas um estado está marcado na cor laranja, representado pelo estado do Mato Grosso, com o ícone da editora da Universidade Federal do Mato Grosso. Na região Nordeste, seis estados estão marcados da cor vermelha, representados pelos estados de Alagoas, com o ícone da editora da Universidade Federal de Alagoas, Bahia, com os ícones das editoras da Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Ceará, com o ícone da editora da Universidade Federal de Ceará, Maranhão, com o ícone da editora da Universidade Federal de Maranhão, Pernambuco, com o ícone da editora da Universidade Federal de Pernambuco e Rio Grande do Norte, com os ícones das editoras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Na região Sudeste, apenas dois estados estão marcados pela cor amarela, representados pelos estados do Rio de Janeiro, com o ícone da editora da Universidade Federal Fluminense, e o estado de São Paulo, com o ícone da editora da Universidade Federal do ABC. Para finalizar, na região Sul, apenas dois estados estão marcados pela cor roxa ou lilás, representados pelos estados do Paraná, com o ícone da editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, e o estado de Santa Catarina, com o ícone da editora da Universidade Federal da Fronteira do Sul. **fim da descrição].**

Com base no Quadro 10 e na Figura 2, pode-se visualizar que a região Nordeste destaca-se com o maior quantitativo de editoras respondentes, pois das 10 editoras universitárias existentes, 8 responderam ao questionário. Porém, salienta-se que o número total de editoras universitárias da região nordeste (n=10) é menor, em relação às regiões sul (n=3) e sudeste (n=2).

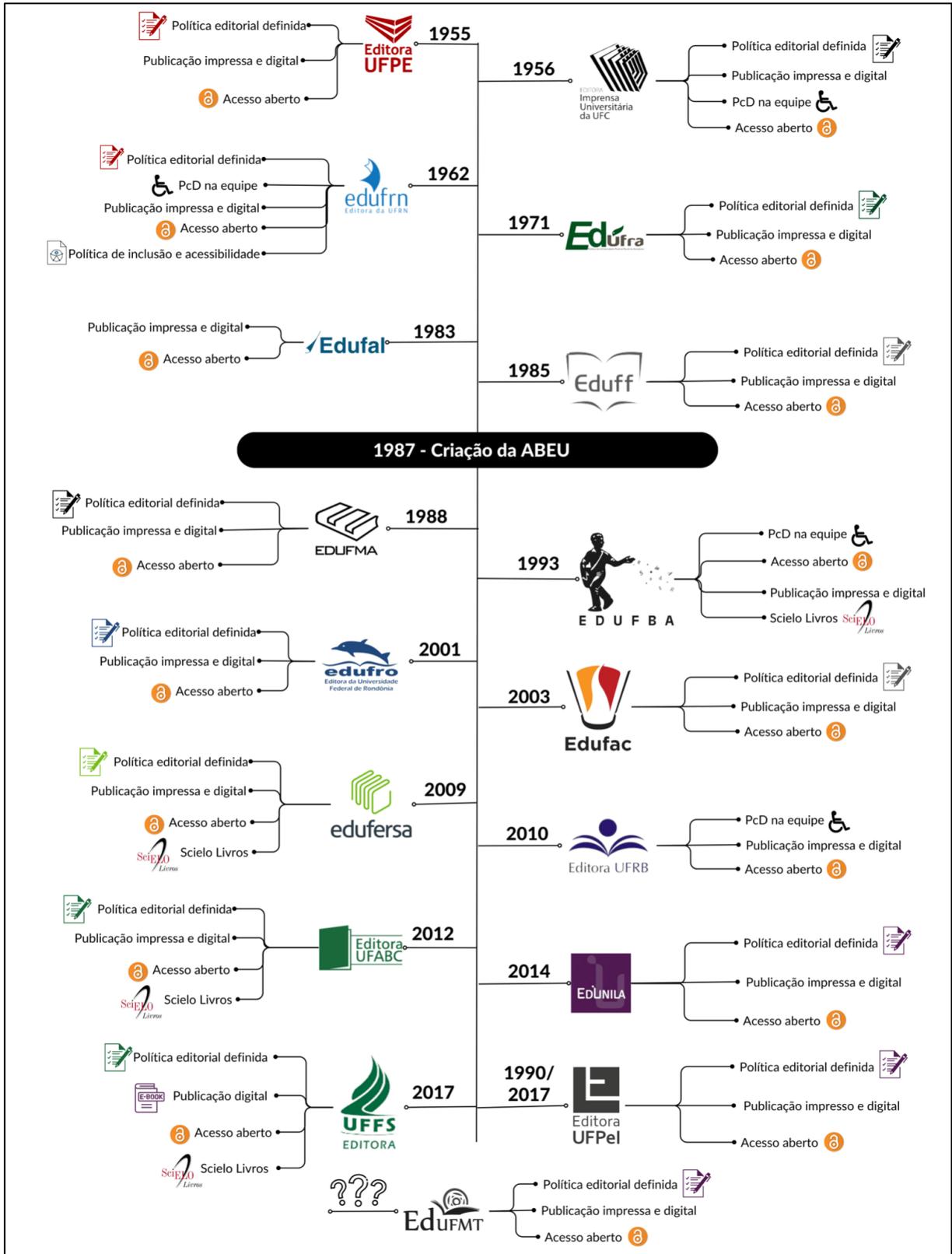
6.1 Caracterização das Editoras Universitárias

Nesta subseção, abordaremos a caracterização das 17 Editoras Universitárias que são associadas à ABEU e responderam à pesquisa. Em relação à ordem de descrição da caracterização das editoras, utilizou-se como critério a antiguidade, ou seja, elas serão descritas das mais antigas para as mais recentes. Assim, na Figura 3, estão listadas as EU, na ordem em que serão descritas, já destacando algumas de suas características relevantes: ano de criação, se há política editorial universitária definida e disponível no site, se faz publicação impressa e/ou digital, se disponibiliza conteúdos em acesso aberto, se é participante da Scielo livros e se possui PcD na equipe que a compõe.

Com isso, pode-se notar que a EdUFPE é a editora mais antiga, criada em 1955, seguida da Imprensa Universitária da UFC, criada em 1956. Em 1962 foi criada EdUFRN, onde vale o destaque que poucas editoras surgiram na década de 1960, pois, conforme Rosa *et al.* (2013), houve um período de estagnação de 1960 a 1970.

Posteriormente, em 1971, houve a criação da EdUFRA. E a partir de 1980, há uma ascensão na criação de editoras universitárias, como EdUFAL, em 1983 e a EdUFF, em 1985. Onde vale o destaque que, após a criação da ABEU em 1987, e do lançamento do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual nas Instituições de Ensino Superior Federais e do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL), diversas outras editoras surgiram, desde a EdUFMA, em 1988, até chegar à Editora da UFFS, em 2017, entre as trazidas neste estudo.

Figura 3 - Caracterização das Editoras Universitárias Federais do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta Canva (2023).

[início da descrição: na imagem, mostra a linha do tempo, que caracteriza as dezessete editoras universitárias participantes da pesquisa, com ano de criação, ícones das editoras universitárias e algumas características: política editorial definida, publicação impressa e/ou digital, acesso aberto, participantes da scielo livros e PcD na equipe. fim da descrição].

Cabe salientar, que a editora da UFPel, ainda atrelada à gráfica da UFPel, foi assim criada em 1990. Porém, o Núcleo de Editora e Livraria, em sua atual configuração, sem gráfica atrelada, passou a existir apenas em 2017. As publicações digitais, em acesso aberto, estão disponíveis no Repositório Institucional da UFPel.

Quanto à criação da EdFMT, mesmo com a realização de pesquisas em documentos disponíveis na *internet* e com a aplicação do questionário, respondido pela Diretora, não foi possível identificar a data, nem aproximada, da criação da editora.

Todas as 17 EU possuem catálogos disponíveis em seus sítios. Entretanto, elas utilizam diversas denominações: catálogo, catálogo geral, loja e acervo virtual, *books*/catálogo, livros digitais, livraria virtual, biblioteca livre, catálogo - impressos e *e-books*, catálogo editorial, catálogo de publicações, títulos publicados pela editora e em parcerias, catálogo de livros, dentre outros. Ou seja, não há um padrão definido, o que pode dificultar o acesso aos conteúdos, principalmente, para pessoas com alguma deficiência, uma vez que não há uma padronização.

Quanto à disponibilização de suas obras nas diversas nomenclaturas para o catálogo, todas as EU disponibilizam na modalidade de publicação impressa e digital, porém, exceto a Editora da UFFS não disponibiliza material na modalidade impressa.

Todas as editoras praticam o Acesso Aberto e, também, a comercialização dos materiais publicados, em sua maioria livros. Tem-se como exceção apenas a Editora da UFFS que não comercializa os seus livros, utilizando-se, exclusivamente, do Movimento do Acesso Aberto. Rosa et al. (2013) destacam que pode parecer conflitante, em um primeiro momento, a comercialização das obras e a adesão das EU ao Movimento de Acesso Aberto à informação científica. Pois, sob a ótica dos autores, as EU são parte de instituições sem fins lucrativos e que, em sua maioria, suas obras são oriundas de pesquisas realizadas com recursos públicos, assim eles deveriam voltar o interesse para a divulgação da produção científica institucional e sua circulação para toda comunidade científica, o que inclui, também, as PcD.

Destaca-se que a adesão ao acesso aberto pode facilitar, em partes, a adaptação ou a transcrição dos materiais. Pois, como garantido pela Lei 9.610/98 (Brasil, 1998), a lei de direitos autorais, em seu art. 46, alínea d, não constitui ofensa aos direitos dos autores a reprodução de obras, que inclui as científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução seja feita mediante o sistema *Braille* ou outro procedimento de adaptação. O que é corroborado pelo art.

68, § 3º da Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), que as Editoras Universitárias Públicas Federais que aderem ao Movimento do Acesso Aberto "devem estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras".

Em relação ao formato das publicações dos livros, todas as editoras publicam em formato impresso e digital. Apenas a Editora da UFFS publica exclusivamente em formato digital, que além de visar à economicidade dos recursos públicos e naturais envolvidos no processo editorial, consequentemente, contribui para o acesso e acessibilidade da informação, também, para PcD.

No entanto, no que se refere às publicações em redes sociais, em especial, o *Instagram*, verificou-se que as EU, ao divulgarem os seus conteúdos informativos, não utilizam as *hashtags* #PraCegoVer, #PraTodosVerem, #descricaooodaimagem, #imagensquefalam, dentre outras; nem legendas em seus vídeos ou fazem descrição das imagens. Ou seja, não realizam nenhuma das práticas mais comuns para tornar o conteúdo acessível.

Quanto a Política Editorial Universitária definida e disponível para consulta, apenas a EdUFAL, EdUFBA e EdUFRB não a disponibilizam em seus respectivos sítios, o que impede a percepção da institucionalização dos produtos e serviços editoriais científicos disponibilizados pelas EU. Logo, não há maneira de requerer, por exemplo, um material informacional adaptado, o que dificulta a forma de difusão ou democratização do conhecimento científico.

Cabe destacar, que apenas a EdUFRN, em sua política editorial, menciona uma política de acessibilidade específica, ainda que não seja inerente à editora, o indica uma preocupação para com as PcD, no que se refere aos produtos editoriais desenvolvidos. Logo, pode-se afirmar que essa política contribui para a difusão e/ou democratização do conhecimento científico.

Art. 1. Fica instituída a Política Editorial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), à qual estarão subordinadas as atividades e ações da Editora da UFRN (EDUFRN).

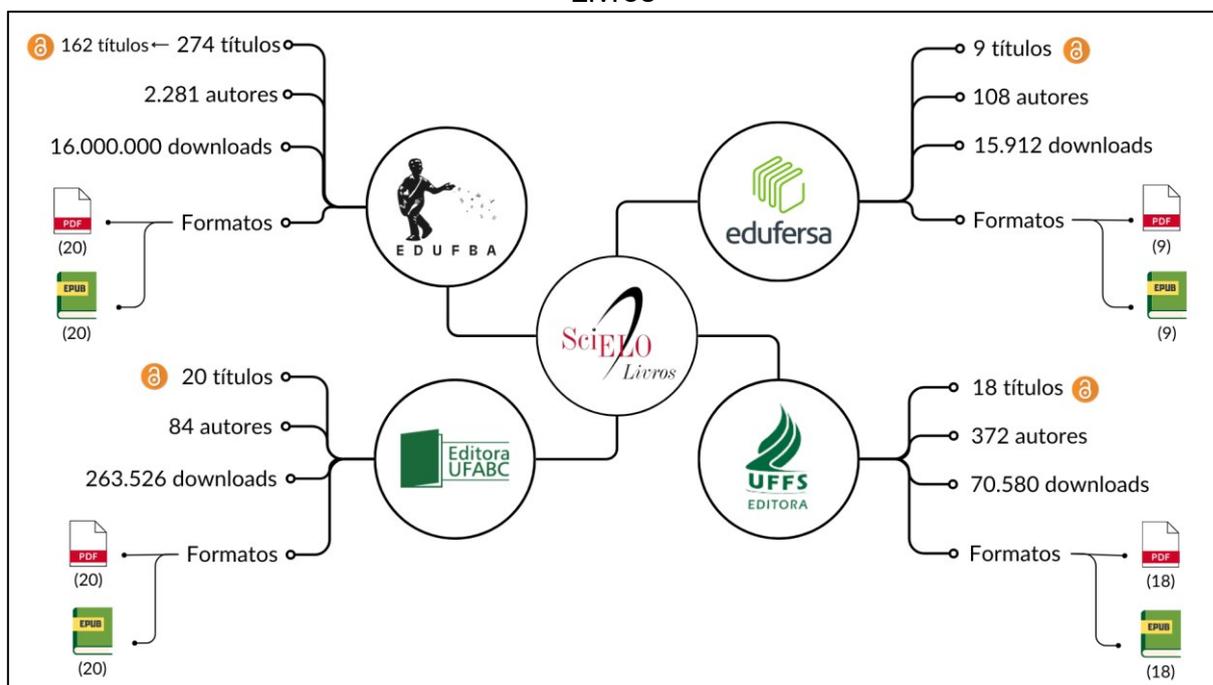
Art. 2. Consideram-se como **produtos editoriais**, sob a responsabilidade institucional da UFRN, os materiais educativos, científicos, artístico-culturais e literários produzidos e veiculados em diferentes suportes.

Parágrafo único. **Todas as publicações impressas**, de acordo com as capacidades técnicas da EDUFRN, **terão versão digital disponibilizada pelo Repositório Institucional da UFRN**, publicada a partir de seis meses da data de sua edição impressa, salvo

impedimento formal expresso pelo seu autor ou organizador e procurarão atender todos os usuários, **conforme as políticas de avaliação e acessibilidade da UFRN** (UFRN, 2014, grifo nosso).

Das 17 EU presentes neste estudo, 4 fazem parte da Rede SciELO Livros. Vale mencionar que, de um total de 22 EU que estão inseridas na referida rede, há 9 editoras das universidades federais do país associadas à ABEU. Isto pode ser considerado um avanço na “publicação *on-line* de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos com o objetivo de maximizar a visibilidade, acessibilidade, uso e impacto das pesquisas, ensaios e estudos que publicam” (SciELO, 2022, p. 1). Destacamos na Figura 4 informações sobre as quatro EU (EdUFBA, EdUFERSA, EdUFABC e Editora da UFFS) que estão vinculadas à SciELO Livros.

Figura 4 - Editoras Universitárias Federais vinculadas à ABEU na Rede SciELO Livros



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta Canva (2023).

[início da descrição: na imagem, mostra as quatro editoras universitárias participantes do SciELO Livros, descritas com os ícones das editoras universitárias: EDUFBA, EDUFERSA, EDUFABC e Ed. UFFS e alguns percentuais sobre títulos, quantidade de autores, *downloads* e formatos. **fim da descrição].**

Percebe-se, portanto, que a EdUFBA possui 274 títulos disponíveis na rede, dos quais 162 são de acesso aberto, com 16 milhões de *downloads*, bem como 2.281 autores diretamente envolvidos nas produções científicas. Quanto aos formatos, a

editora disponibiliza 20 títulos em *PDF* e *ePUB*, o que facilita a leitura para pessoas que precisam do auxílio de alguma Tecnologia Assistiva.

A EdUFERSA, por sua vez, possui apenas 9 títulos disponíveis na rede, com 108 autores diretamente envolvidos nas produções e 15.912 *downloads*. Possui todos os títulos disponíveis em acesso aberto e nos formatos *PDF* e *ePUB*.

A Editora da UFABC possui 20 títulos em acesso aberto, nos formatos *PDF* e *ePUB*, com 84 autores diretamente envolvidos e 263.526 *downloads*.

Por fim, a Editora da UFFS, que tem suas publicações científicas apenas em formato digital, possui todos 18 títulos em acesso aberto e nos formatos *PDF* e *ePUB*, com 372 autores diretamente envolvidos e 70.580 *downloads*.

6.2 Análise dos Dados Coletados

A seguir, será apresentado o resultado da coleta de dados, iniciando pela apresentação do perfil dos respondentes e, posteriormente, as demais informações, organizadas conforme uma matriz com as categorias e suas variáveis.

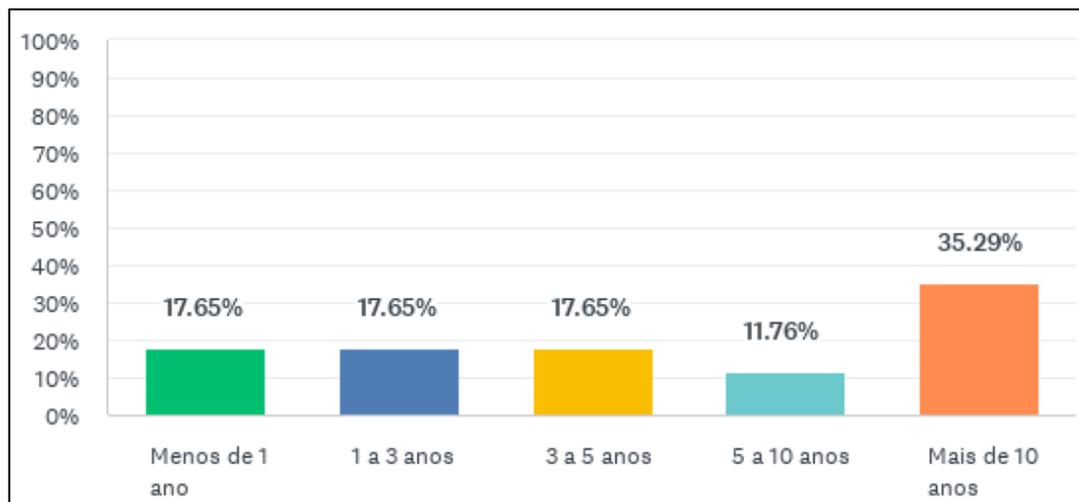
6.2.1 Perfil dos respondentes

Foram convidados a responder a pesquisa pessoas que desempenhavam cargo e/ou função na Editora Universitária de direção, coordenação e/ou gestão, incluindo, quando necessário, os(as) respectivos(as) substitutos(as). Assim, 29,41% (n=5) dos respondentes são diretores; enquanto 11,76% (n=2) são vice-diretores; e 5,88% (n=10) denominaram-se como editora-chefe, editor, coordenador, coordenador-chefe, coordenador comercial, gerente, administrador, cada. Cabe destacar a diversidade de nomenclaturas dos cargos que foi apresentada pelos respondentes.

Como complemento, o instrumento de coleta de dados buscou informações sobre o tempo em exercício, faixa etária, grau e área de formação dos respondentes.

Dentre os respondentes, pode-se observar no Gráfico 1 que 35,29% (n=6) trabalham há mais de 10 anos na editora; 17,65% (n=3) desenvolvem as atividades laborais entre menos de 1 ano; 17,65% (n=3) de 1 a 3 anos; assim como 17,65% (n=3) de 3 a 5 anos. Apenas 11,76% (n=2) entre 5 e 10 anos.

Gráfico 1 - Tempo na Gestão da Editora Universitária



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

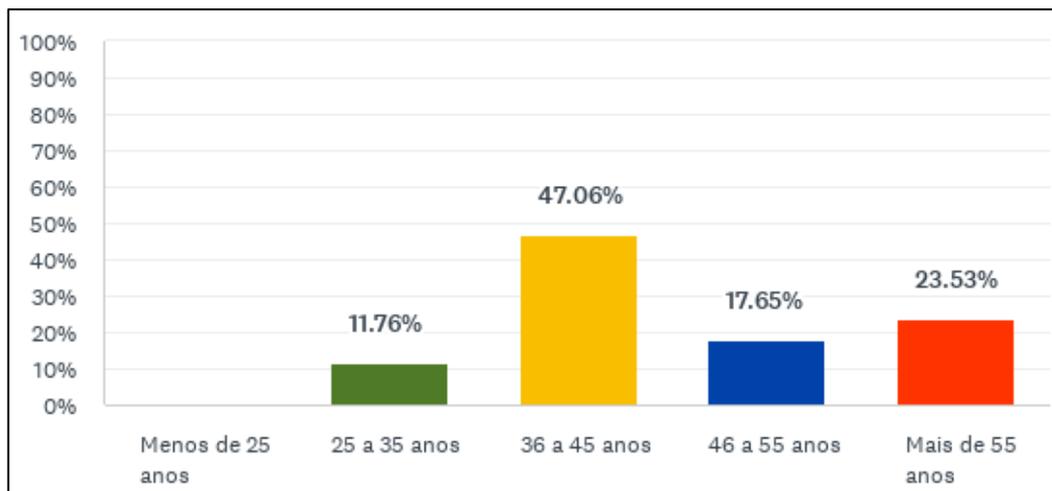
[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em cinco pedaços, nas cores verde-escuro, azul, amarelo, verde-claro e laranja. Cada pedaço corresponde ao tempo na Gestão da Editora Universitária. Nas colunas verde-escuro, azul e amarelo, dezessete vírgula sessenta e cinco por cento, equivalente a (n=3) cada, desenvolvem as atividades laborais entre menos de um ano, de um a três anos e três a cinco anos. Na coluna verde-claro, onze vírgula setenta e seis por cento, equivale a (n=2), trabalham entre cinco e dez anos. Na coluna laranja, trinta e cinco vírgula vinte e nove, equivale a (n=6), trabalham há mais de dez anos nas editoras. **fim de descrição]**

Assim, a maior porcentagem de gestores 35,29% (n=6) possui mais de 10 anos de experiência no cargo e/ou função. Um tempo mais longo no cargo pode indicar uma estabilidade na gestão e um conhecimento mais aprofundado do gestor sobre as atividades e demandas das respectivas editoras universitárias. Verifica-se que há uma distribuição relativamente equilibrada entre os gestores que estão a frente da editora há menos tempo. Essa distribuição pode indicar uma renovação na liderança das editoras, com a entrada de novos diretores em diferentes momentos.

A porcentagem mais baixa 11,76% (n=2) é dos gestores que trabalham de 5 a 10 anos. Essa faixa de tempo indica um grupo menor de diretores que está na função há um período intermediário de tempo. Esses diretores podem estar em uma fase de consolidação de sua gestão e aprimoramento das atividades editoriais.

Em relação à faixa etária dos respondentes, ela é bem diversificada, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2. Porém, a maioria deles possui mais de 36 anos de idade, o que pode indicar que se buscam pessoas com um pouco mais de maturidade para gerir as EU.

Gráfico 2 - Faixa etária dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em quatro pedaços, nas cores verde, amarelo, azul e vermelho. Cada pedaço corresponde a faixa etária dos respondentes. Na coluna verde, onze vírgula setenta e seis por cento, equivalente a (n=2), têm entre vinte e cinco a trinta anos. Na coluna em amarelo, quarenta e sete vírgula zero seis por cento, equivale a (n=8), têm entre 36 a 45 anos. Na coluna em azul, dezessete vírgula sessenta e cinco por cento, equivale a (n=3), têm entre 46 a 55 anos. Na coluna em vermelho, vinte e três vírgula cinquenta e três por cento, equivale a (n=4), têm mais de cinquenta e cinco anos. **fim de descrição]**

No que se refere ao maior grau e área de formação dos respondentes, 47,06% (n=8) têm Doutorado com área de formação em: Educação/Comunicação, Comunicação e Letras, Letras (especificamente Literatura), Economia, Educação, Engenharia Civil, Ciências Sociais e Design Gráfico. Há 23,53% (n=4) que possuem mestrado com área de formação em: Design, Biblioteconomia, Economia, História ou Políticas Públicas, como também 23,53% (n=4) têm especialização ou MBA com área de formação em: Direito, Letras, Biblioteconomia e Ciências Contábeis. Apenas 5,88% (n=1) possuem somente a graduação na área de Administração.

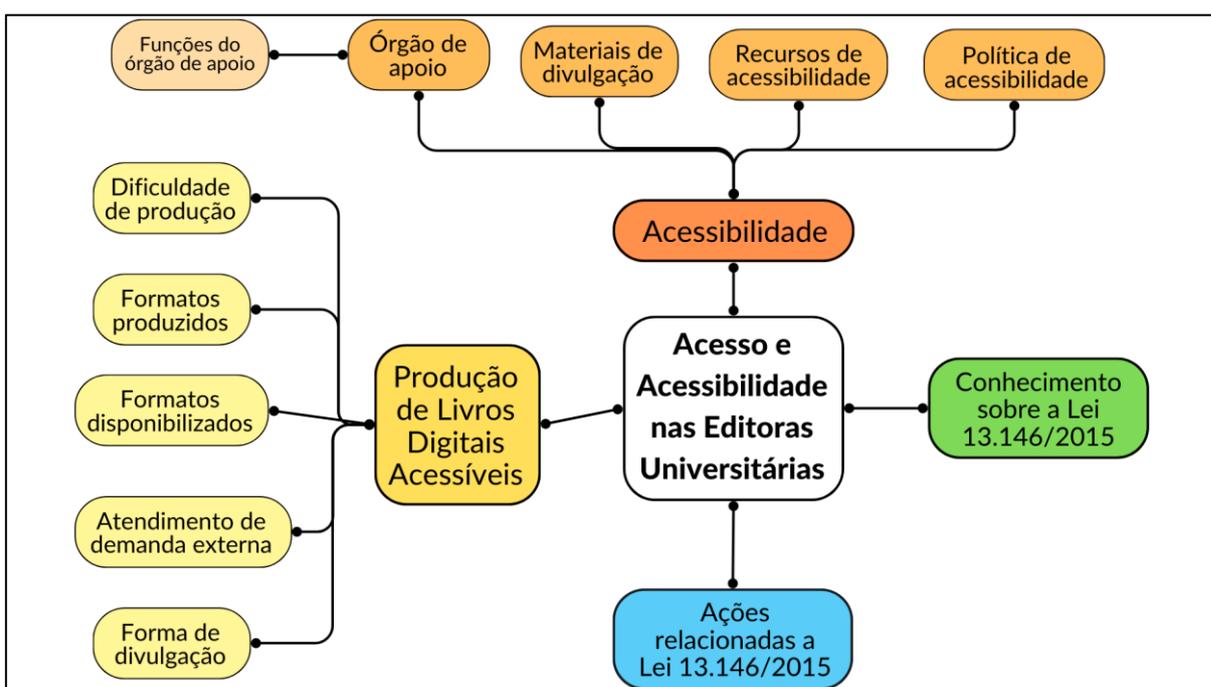
Logo, cabe destacar que apenas 2 gestores têm graduação em Biblioteconomia, dos quais 1 tem mestrado em Ciência da Informação. Este tipo de formação pode contribuir para que o gestor tenha uma *expertise* específica que pode contribuir com as atividades da editora.

Esses dados mostram a diversidade de formação dos gestores das EU. A presença de profissionais com Doutorado e Mestrado, considerando a experiência que podem ter com a publicação científica, pode contribuir para a qualidade e o desenvolvimento das publicações acadêmicas.

6.2.2 Apresentação e Discussão das Categorias e Variáveis

O restante do questionário da coleta de dados (Apêndice A) foi analisado de acordo com as categorias Acessibilidade, Conhecimento sobre a Lei 13.146/2015, Ações relacionadas à Lei 13.146/2015 e a Produção de Livros Digitais Acessíveis. Cada uma das categorias tem variáveis a elas relacionadas, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 5 - Categorias e suas Variáveis



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta Canva (2023).

[início da descrição: na figura, mostra as quatro categorias e variáveis sobre acesso e acessibilidade nas editoras universitárias: acessibilidade: órgão de apoio/funções, materiais de divulgação, recursos de acessibilidade e política de acessibilidade. categorias e variáveis: livros digitais acessíveis: dificuldade de produção, formatos produzidos, formatos disponibilizados, atendimento de demanda externa e forma de divulgação. Categorias: ações relacionadas e conhecimento sobre a Lei 13.146/2015. **fim da descrição].**

a) Acessibilidade

1. Órgão de apoio e suas funções (questões P8 e P26)

Foi perguntado no instrumento de coleta de dados se na estrutura organizacional da editora universitária existe algum núcleo, comissão ou serviço de apoio para as Pessoas com Deficiência. E se, considerando o Documento Orientador

do Programa Incluir²⁸ que institui os Núcleos de Acessibilidade para dar apoio a docentes, discentes e demais servidores, com relação a questões de inclusão e acessibilidade nas Universidade Federais, a editora já realizou algum tipo de interação com esse núcleo.

Todos os respondentes das 17 editoras afirmaram que não há um órgão, núcleo, comissão ou serviço de apoio específico para questões de acessibilidade dentro da estrutura organizacional das EU. A ausência desse tipo de órgão pode contribuir para que exista uma lacuna na abordagem das editoras em relação à inclusão e acessibilidade, assim como afetar a oferta de materiais acessíveis para esse público. Ressalta-se que, no contexto desta pesquisa, considera-se relevante a implementação de iniciativas e estruturas voltadas para a promoção da acessibilidade dentro das EU, visando garantir a inclusão e o acesso igualitário aos seus produtos e serviços, conforme o crescimento decorre de um conjunto de medidas inseridas na legislação brasileira para garantir o acesso e as condições de atendimento adequadas às PcD no Ensino Superior, destacando-se, entre outras, as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (1996), Portaria nº 3.284 (2003), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei 13.146/2015.

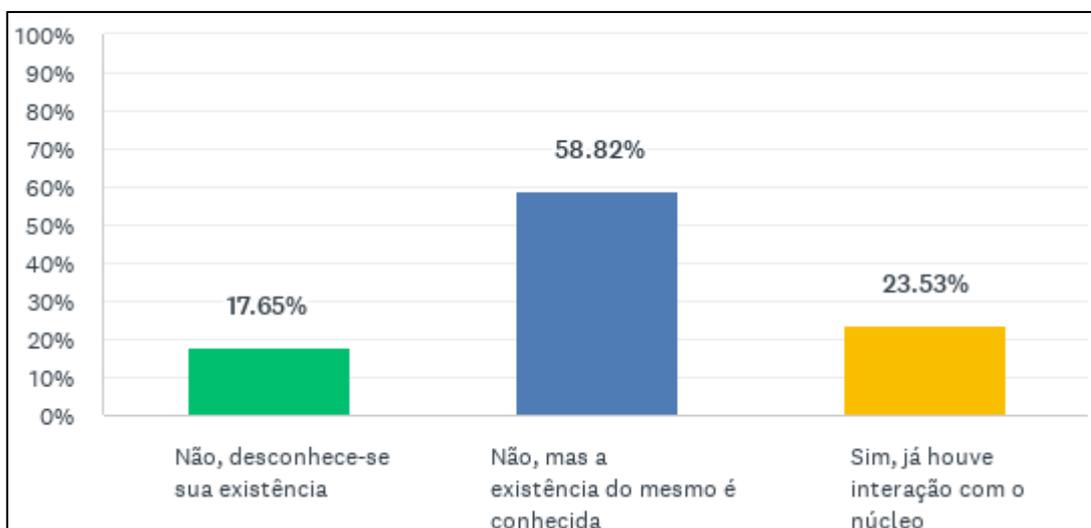
Entende-se que um órgão de apoio para acessibilidade nas editoras universitárias seria uma estrutura estabelecida, dentro da própria editora, com o objetivo de promover a inclusão e garantir a acessibilidade em suas publicações. Esse órgão teria como função principal fornecer suporte, orientação e recursos para a produção de materiais acessíveis, de forma a atender às necessidades das pessoas com deficiência. Também podendo ser responsável por avaliar a acessibilidade tanto dos materiais, quanto dos ambientes digitais disponibilizados, como por exemplo, os sites, redes sociais etc. Esse tipo de órgão poderia trabalhar em conjunto com os profissionais da editora, como editores, diagramadores, *designers* e demais envolvidos no processo de produção de livros e outros materiais, para assegurar que eles sejam desenvolvidos de forma mais acessível. Assim, atuariam na implementação de práticas e diretrizes que visam garantir a acessibilidade dos

²⁸ O Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior, criado em 2005, tem o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), buscando o pleno desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/PDF/documento_orientador_programa_incluir.PDF

conteúdos, tornando-os disponíveis e utilizáveis por pessoas com diferentes tipos de deficiência.

Quanto à interação com os núcleos de acessibilidade, constatou-se que apenas 23,53% (n=4) dos participantes afirmaram que a editora já realizou algum tipo de interação com o Núcleo de Acessibilidade das Universidades Federais, como pode ser visualizado no Gráfico 3. Considera-se esse um número pequeno, visto que, como visto na questão anterior, as editoras não possuem nenhum órgão, núcleo, comissão ou serviço de apoio específico para tratar questões de acessibilidade. Logo, esperava-se que, talvez, essas questões estivessem sendo discutidas ou trabalhadas com o apoio do Núcleo de Acessibilidade.

Gráfico 3 - Interação com o Núcleo de Acessibilidade



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em três pedaços, nas cores verde, azul e amarelo. Cada pedaço corresponde a interação com o Núcleo de Acessibilidade. Na coluna verde, dezessete vírgula sessenta e cinco por cento, equivalente a (n=3), afirmaram desconhecer a existência do Núcleo de Acessibilidade. Na coluna azul, cinquenta e oito vírgula oitenta e oito por cento, equivale a (n=10), não interagiram, mas conheceram a existência do Núcleo de Acessibilidade. Na coluna amarela, vinte e três vírgula cinquenta e três por cento, equivale a (n=4), já realizaram algum tipo de interação com o Núcleo de Acessibilidade das Universidades Federais. **fim de descrição]**

Pelo menos, a maioria dos respondentes 58,82% (n=10) indicou que, embora não tenha realizado ainda alguma interação com ele, sabem da existência do Núcleo de Acessibilidade. O que pode contribuir para o estabelecimento de futuras colaborações, a fim de promover a inclusão e a acessibilidade em suas publicações e práticas editoriais.

Porém, uma parcela dos respondentes 17,65% (n=3) afirmou desconhecer a existência do Núcleo de Acessibilidade nas Universidades Federais. O que pode

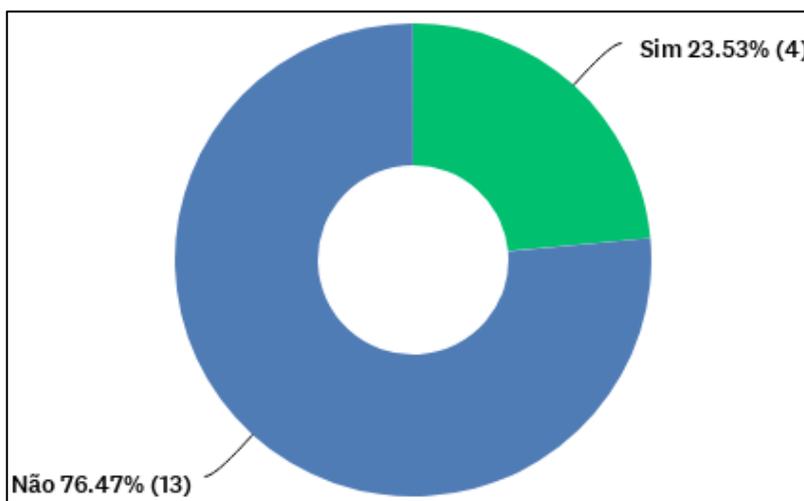
indicar a ausência de informação sobre as iniciativas de inclusão e acessibilidade dentro das universidades.

Considerando esses resultados, pode ser valioso para a editora buscar uma maior interação e colaboração com o Núcleo de Acessibilidade das Universidades Federais, a fim de fortalecer suas ações e práticas relacionadas à inclusão e acessibilidade, alinhando-se com as políticas e diretrizes estabelecidas pelas universidades nesse âmbito. Isso pode envolver o compartilhamento de informações, o desenvolvimento de parcerias e a busca por orientações e recursos para garantir que suas publicações e práticas editoriais sejam cada vez mais acessíveis a todas as pessoas.

2. Materiais para divulgação (questão P23)

Ao perguntar se na elaboração dos materiais para divulgação da própria editora e de suas publicações eram consideradas questões de acessibilidade, 76,47% (n=13) indicou que questões relacionadas à acessibilidade não são consideradas, conforme pode ser visto no Gráfico 4. Isso sugere que as editoras podem não estar dando a devida atenção a questões relacionadas à inclusão e acessibilidade em suas atividades de divulgação.

Gráfico 4 - Materiais para divulgação



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato pizza, dividido em dois pedaços, nas cores azul e verde. Cada pedaço corresponde aos Materiais para divulgação. Setenta e seis vírgula quarenta e sete por cento, equivale a (n=13), não consideram na divulgação questões relacionadas à acessibilidade. Vinte e três vírgula cinquenta e três, equivale a (n=4), consideram questões relacionadas à acessibilidade na divulgação dos materiais. **fim de descrição].**

Considerar questões de acessibilidade na elaboração de materiais de divulgação é fundamental para alcançar um público mais amplo e promover a inclusão. Isso pode incluir a utilização de formatos acessíveis, a adição de texto alternativo em imagens, o uso de legendas em vídeos, o emprego de cores contrastantes e fontes legíveis não-serifadas, entre outros. Além disso, é importante garantir que o conteúdo seja apresentado de forma clara e compreensível, evitando barreiras/obstáculos de leitura e compreensão.

Ao considerar a acessibilidade na divulgação das publicações, as editoras demonstram seu compromisso em tornar suas fontes informacionais acessíveis a todos os leitores, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Isso não só fortalece a imagem das editoras como uma instituição inclusiva, mas também aumenta a visibilidade e o alcance de suas publicações.

3. Recursos de acessibilidade (questão P25)

Com relação aos recursos de acessibilidade adotados pelas editoras, com base nas respostas dos respondentes, foi elaborado o Gráfico 5, onde é possível observar que diversos elementos obrigatórios que deveriam existir no ambiente digital da editora não estão disponíveis.

A partir disso, cabe reiterar, que a Lei 13.146/2015, art. 63, afirma essa obrigatoriedade sobre a acessibilidade nos sites, principalmente, nos mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo para uso da PcD, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas, corroboradas pelo eMAG, bem como as normativas internacionais (Brasil, 2015, grifo nosso).

Detalhando os recursos analisados, verificou-se que a maioria dos respondentes 82,35% (n=14) indicou que o site não oferece **tradução para LIBRAS**, enquanto apenas 17,65% (n=3) afirmaram que essa opção está disponível no site da editora. A falta de tradução para Libras pode dificultar o acesso das pessoas surdas aos conteúdos disponibilizados.

Para tentar eliminar essa lacuna na comunicação, atualmente, existem muitos *softwares* livres que podem ser utilizados. Um deles, o VLibras, é uma suíte de ferramentas gratuitas utilizadas na tradução automática do idioma Português para a

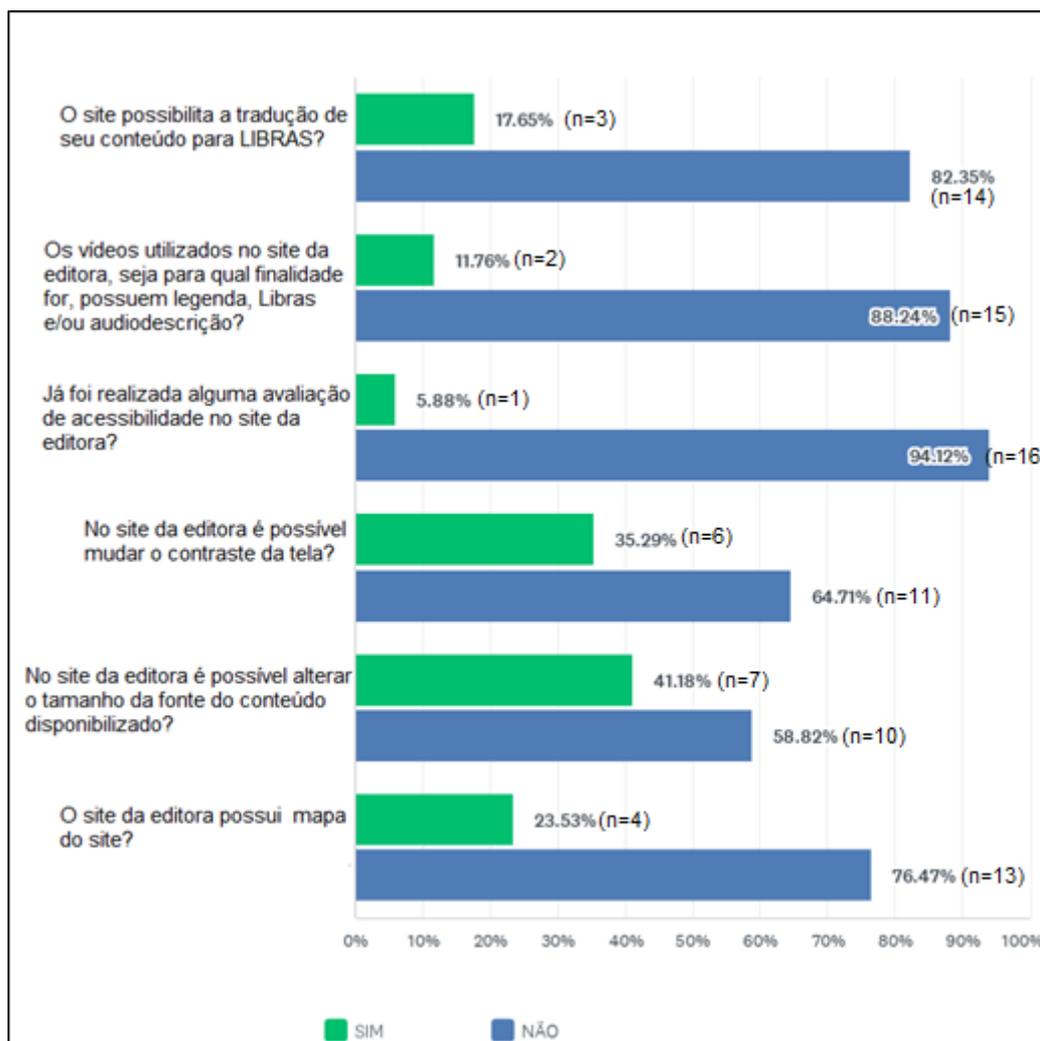
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Assim, ele poderia ser uma opção para as editoras fazerem uso.

A maioria dos participantes 88,24% (n=15) indicou que os **vídeos no site da editora não possuem recursos de acessibilidade, tais como legendas, tradução para Libras ou audiodescrição**. Apenas 11,76% (n=2) afirmaram que uma ou mais dessas opções estão presentes.

Diante dessa conjuntura, conforme preconizam as diretrizes e recomendações do e-MAG (Brasil, 2018) por se tratar de recomendações para páginas de sites institucionais vinculadas ao governo, as editoras deveriam seguir as recomendações necessárias para utilização de vídeos, apresentadas no no Quadro 8 desta dissertação.

Destarte, elas precisam oferecer recursos acessíveis, como alternativa para áudio, audiodescrição para vídeo pré-gravado, controle de áudio para som, bem como controle de animação. Logo, o descumprimento desses recursos pode ocasionar uma barreira, entrave ou obstáculo, que limite ou impeça a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação de forma plena.

Gráfico 5 - Recursos de acessibilidade utilizados pelas editoras



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em dois pedaços, com seis perguntas cada, nas cores verde e azul. Cada pedaço corresponde aos recursos de acessibilidade. Na primeira pergunta: o site possibilita a tradução do seu conteúdo para LIBRAS? Na coluna verde, dezessete vírgula sessenta e cinco por cento, equivale a (n=3), afirmaram que essa opção está disponível. Na coluna azul, oitenta e dois vírgula trinta e cinco por cento, equivale a (n=14), indicaram que o site não oferece essa funcionalidade. Na segunda pergunta: **os vídeos utilizados no site da editora possuem legenda, Libras e/ou audiodescrição?** Na coluna azul, oitenta e oito vírgula vinte e quatro por cento, equivale a (n=15), indicaram que os vídeos no site da editora não possuem recursos de acessibilidade, como legendas, Libras ou audiodescrição. Na coluna verde, onze vírgula setenta e seis por cento, equivale a (n=2), afirmaram que essas opções estão presentes. Na terceira pergunta: **Já foi realizada alguma avaliação de acessibilidade no site da editora?** Na coluna azul, noventa e quatro vírgula doze por cento, equivale a (n=16), responderam que não foi realizada nenhuma avaliação de acessibilidade no site da editora. Na coluna verde, cinco vírgula oitenta e oito por cento, equivale a (n=1), indica que uma avaliação já foi realizada. Na quarta pergunta: **No site da editora, é possível mudar o contraste da tela?** Na coluna azul, sessenta e quatro vírgula setenta e um por cento, equivale a (n=11), indicaram que não é possível alterar o contraste da tela no site da editora. Na coluna verde, trinta e cinco vírgula vinte e nove por cento, equivale a (n=6), afirmaram que essa opção está disponível. Na quinta pergunta: **no site da editora é possível alterar o tamanho da fonte do conteúdo disponibilizado?** Na coluna azul, cinquenta e oito vírgula oitenta e dois por cento, equivale a (n=10), indicaram que não é possível alterar o tamanho da fonte no site da editora. Na coluna verde, quarenta e um vírgula dezoito por cento, equivale a (n=7), afirmaram que essa opção está disponível. Na sexta pergunta: **O site da editora possui mapa do site?** Na coluna azul, setenta e seis vírgula quarenta e sete por cento, equivale a (n=13), indicaram que o site da editora não possui a apresentação do mapa do site. Na coluna verde, vinte e três vírgula cinquenta e três por cento, equivale a (n=4), afirmaram que essa funcionalidade está presente. **fim de descrição]**

Com relação a **se a editora já realizou alguma avaliação de acessibilidade em seu site**, a maioria dos participantes 94,12% (n=16) respondeu que não foi

realizada nenhuma avaliação de acessibilidade no site da editora. Apenas 5,88% (n=1) indicaram que uma avaliação já foi realizada.

Assim, diante desse panorama, faz-se necessária uma reflexão sobre a importância do uso de algumas ferramentas chamadas de validadores de acessibilidade digital, sejam elas automáticas, manuais ou híbridas, que visem identificar barreiras/obstáculos de acessibilidade nas páginas e conteúdos da *web* disponibilizados pelas editoras, com o propósito de corrigir problemas e torná-los mais inclusivos.

Um site acessível é aquele que assegura que o maior número possível de usuários, independentemente de suas deficiências, limitações ou tecnologias utilizadas, tenha acesso pleno; que possam utilizar e compreender o conteúdo disponibilizado, principalmente quando se trata de conteúdos científicos. Portanto, sugere-se que as EU, junto aos Núcleos de Acessibilidade e de Tecnologia da Informação, vinculados à sua instituição, possam realizar, periodicamente, avaliações ou testes de acessibilidade digital, para evitar a disponibilização de conteúdos ou informações inacessíveis.

Com relação a **se no site da editora, é possível mudar o contraste da tela**, a maioria dos respondentes 64,71% (n=11) indicou que não é possível alterar o contraste da tela no site da editora. No entanto, 35,29% (n=6) afirmaram que essa opção está disponível, o que indica uma preocupação em oferecer diferentes opções de contraste para melhorar a acessibilidade visual, o que contribui especialmente para pessoas com baixa visão, mas também pode inclusive ser um recurso interessante para pessoas idosas. Pois, mudar o contraste de tela serve para melhorar a legibilidade e acessibilidade do conteúdo para PcD visual ou dificuldades de visão, o que pode ser o caso de usuários idosos.

A alteração de contraste pode ser útil nas seguintes situações, conforme os critérios de sucesso da W3C (W3C, 2021):

Deficiência visual: usuários com baixa visão ou visão reduzida podem ter dificuldade em ler o conteúdo de um site devido a cores fracas, falta de contraste ou combinações de cores inadequadas. A opção de alterar o contraste permite que essas pessoas ajustem a aparência do site para tornar o texto e outros elementos mais visíveis e legíveis.

Sensibilidade à luz: alguns usuários podem ter sensibilidade à luz ou condições médicas que as tornam mais sensíveis a certos tipos de cores ou

contrastes. Permitir a alteração do contraste permite que essas pessoas ajustem a aparência do site para torná-lo mais confortável para seus olhos.

Necessidades pessoais: cada pessoa tem preferências pessoais diferentes em relação à aparência e legibilidade de um site. Dessa forma, alguns usuários podem preferir um alto contraste para facilitar a leitura, enquanto outros preferem um contraste mais suave. Ao fornecer a opção de alterar o contraste, a editora permite que os seus usuários personalizem a experiência de acordo com suas preferências individuais.

A inclusão da opção de mudar o contraste de tela no site da editora pode trazer uma prática de *design* inclusivo e acessível, garantindo que pessoas com diferentes necessidades e preferências visuais possam acessar o conteúdo de forma adequada.

Assim como o contraste da tela, foi perguntado se **no site da editora é possível alterar o tamanho da fonte do conteúdo disponibilizado**. A maioria dos respondentes 58,82% (n=10) indicou que não é possível alterar o tamanho da fonte no site da editora. No entanto, 41,18% (n=7) afirmaram que essa opção está disponível. É relevante ressaltar que esse recurso é especialmente útil para usuários com baixa visão e idosos. Porém, ressalta-se que a ausência explícita desses recursos não chega a ser algo grave, visto que a maioria dos navegadores atuais já possui esse recurso embutido.

A seguir questionou-se **se o site da editora possui um mapa do site**. A maioria dos respondentes 76,47% (n=13) indicou que o site da editora não possui mapa do site. Apenas 23,53% (n=4) afirmaram que esse recurso está presente.

Um mapa do site, também chamado de *sitemap*, pode ajudar os usuários a navegar e encontrar facilmente as informações desejadas. Ele mostra os caminhos para as páginas do site, incluindo: categorias, vídeos, imagens e conteúdos em texto publicados. Ele pode dar uma noção geral da estrutura que o site adota para organizar seus conteúdos. Logo, ele é útil não apenas para PcD, mas também para qualquer pessoa que queira compreender melhor a organização da informação do site.

É importante ressaltar que, de acordo com as diretrizes do e-MAG 3.1 (Brasil, 2018), é necessário disponibilizar um mapa do site em formato de lista, que contenha a hierarquia das páginas internas que não estão incluídas no menu principal. Essas páginas devem ser apresentadas como *links*, permitindo o acesso direto a elas.

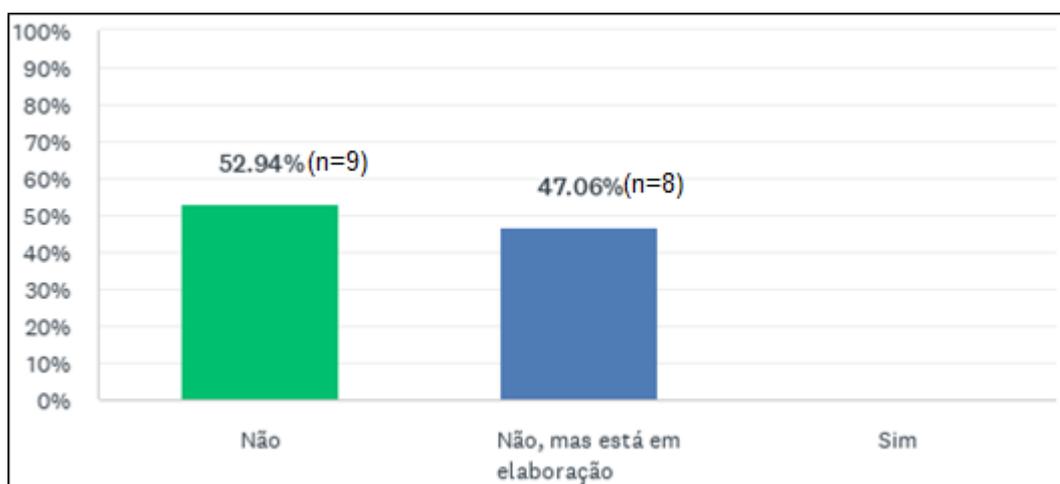
Portanto, a apresentação do mapa do site das EU pode facilitar para os usuários com deficiências visuais ou que utilizam TA, como leitores de tela, a navegar e acessar o conteúdo do site de maneira mais rápida e precisa.

Diante de todos os pontos analisados sobre recursos de acessibilidade digital presentes, verifica-se que os sites das editoras universitárias podem ter diversas limitações em termos de acessibilidade digital, o que necessita ser ajustado por elas.

4. Política de acessibilidade (questão P27)

Nenhum respondente mencionou a existência de políticas ou normativas específicas sobre questões de acessibilidade dentro da editora. Porém, 47,06% (n=8) dos respondentes mencionaram que tais políticas ou normativas relacionadas à acessibilidade e à gestão de publicações em formato acessível estão em elaboração, como pode ser visualizado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Políticas ou normativas específicas sobre acessibilidade



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em dois pedaços, nas cores verde e azul. Cada pedaço corresponde a políticas ou normativas específicas sobre acessibilidade. Na coluna verde, cinquenta vírgula noventa e quatro por cento, equivale a (n=9), não possuem políticas ou normativas específicas. Na coluna azul, quarenta e sete vírgula zero seis por cento, equivalem a (n=8), até 5 solicitações anuais. Na coluna verde, cinco vírgula oitenta e oito por cento, equivale a (n=1), dos participantes mencionaram que tais políticas ou normativas estão em elaboração. **fim de descrição].**

Essa intenção de criar políticas e normativas específicas, principalmente dentro Política Editorial, é um passo positivo para promover a inclusão e a acessibilidade nas publicações das editoras. Ao estabelecer diretrizes claras e definir padrões de acessibilidade, as editoras podem garantir que suas publicações sejam acessíveis a todos os leitores, incluindo aqueles com alguma deficiência.

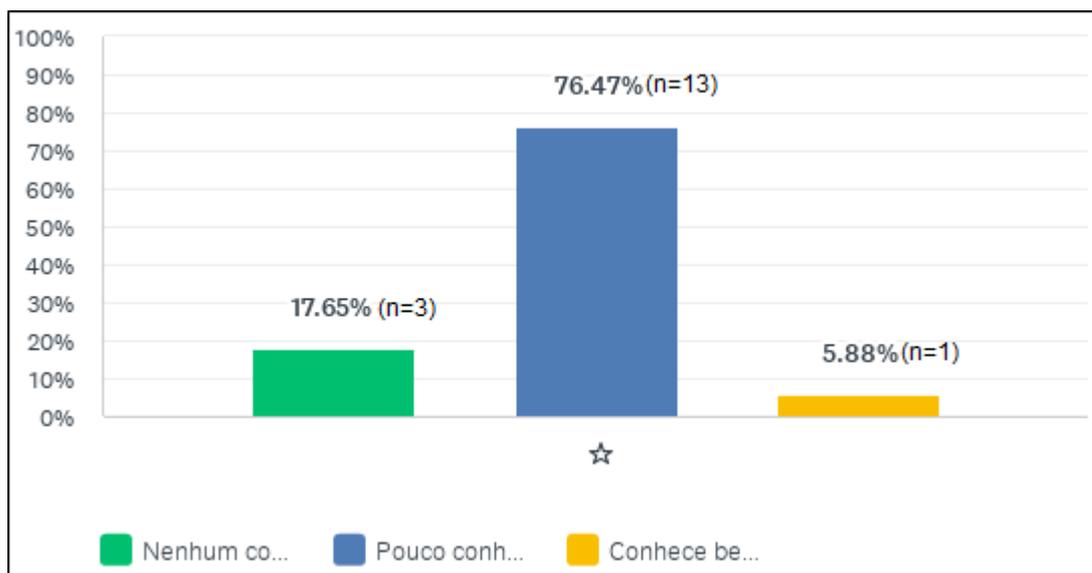
É importante ressaltar que a implementação de políticas e normativas de acessibilidade requer um compromisso contínuo e ações efetivas. Isso pode incluir a capacitação de servidores/funcionários, a adoção de práticas de *design* inclusivo, a utilização de formatos acessíveis e a colaboração com especialistas em acessibilidade. Inclusive a colaboração com o Núcleo de Acessibilidade pode contribuir nesse sentido. O desenvolvimento dessas políticas demonstra o reconhecimento da importância da acessibilidade e a busca por tornar as publicações das editoras mais acessíveis para um público ainda mais amplo.

b) Conhecimento sobre a Lei 13.146/2015 (questão P15)

Buscou-se, ainda, mensurar o nível de conhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Obteve-se que 17,65% (n=3) dos respondentes afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre a Lei. Isso indica que uma parcela significativa dos participantes possui um desconhecimento completo sobre a legislação que trata da inclusão das pessoas com deficiência. A maioria dos respondentes, correspondendo a 76,47% (n=13), declarou ter pouco conhecimento sobre a Lei. E apenas 5,88% (n=1) dos participantes afirmaram conhecer bem a Lei, como pode ser visualizado no Gráfico 7.

Esse número é bastante reduzido, o que indica que poucos dos respondentes têm o conhecimento necessário sobre uma legislação que tem impacto sobre as atividades da editora e suas especificidades. De fato, é surpreendente que, após 8 anos da aprovação da Lei 13.146/2015, ela ainda não seja devidamente conhecida, visto que ela afeta diretamente o trabalho desenvolvido pelas editoras. Pois estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de material acessível para PcD. Essa medida visa garantir que essas pessoas possam ter acesso à informação e participar plenamente da sociedade, sem restrições.

Gráfico 7 - Conhecimento sobre a Lei 13.146/2015



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em três pedaços, nas cores verde, azul e amarelo. Cada pedaço corresponde ao Conhecimento sobre a Lei 13.146/2015. Na coluna verde, dezessete vírgula sessenta e cinco por cento, equivale a (n=3), nenhum conhecimento sobre a Lei. Na coluna azul, setenta e seis vírgula quarenta e sete por cento, equivale a (n=13), tem pouco conhecimento sobre a Lei. Na coluna verde, cinco vírgula oitenta e oito por cento, equivale a (n=1), conhece bem a Lei. **fim de descrição].**

Ainda, de acordo com a Lei, é obrigatória a produção e disponibilização de materiais acessíveis em formatos adequados às diferentes deficiências, como visual, auditiva, intelectual e física. Esses materiais podem incluir, por exemplo, textos em braille, audiodescrição, legendas e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), entre outros recursos. Além disso, a Lei determina que os órgãos públicos, como é o caso das EU, devem oferecer atendimento em LIBRAS e em outras formas de comunicação acessível, garantindo que as PcD possam se comunicar e receber informações de forma adequada.

Apesar desta dissertação focar nos materiais e ambientes no contexto digital, a disponibilização de material acessível pela EU, segundo a referida Lei, não se restringe apenas ao ambiente digital, mas também abrange documentos físicos, como livros, revistas, cartilhas, panfletos e outros materiais impressos.

Dessa maneira, é importante que esses materiais sejam produzidos considerando as necessidades de cada tipo de deficiência, como pontuado no Quadro 2 desta dissertação, de forma a garantir a acessibilidade e a inclusão das PcD.

A disponibilização de materiais acessíveis é essencial para garantir a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para uma sociedade mais justa e acessível para todos.

Esses resultados destacam a necessidade de um maior investimento em conscientização e capacitação sobre o conteúdo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nas editoras universitárias. Pois é imprescindível que os profissionais envolvidos nessas instituições, principalmente os que desempenham cargos e/ou funções de gestão, analisem e compreendam as diretrizes e exigências da legislação para garantir a acessibilidade e a inclusão das PcD em seus produtos e serviços.

c) Ações relacionadas à Lei 13.146/2015 (questão P16)

Nesta categoria, foi perguntado sobre ações relacionadas à Lei 13.146/2015, no que se refere a criação de livros digitais em formatos acessíveis, pois considera-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille (Brasil, 2015).

Dessa forma, pode-se inferir algumas ações relacionadas à Lei 13.146/2015, como as barreiras tecnológicas que dificultam ou impedem o acesso da PcD às tecnologias; bem como as barreiras de comunicação e informação, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (Brasil, 2015).

Nesse sentido, a análise minuciosa sobre os formatos acessíveis dos livros digitais das editoras, considerando as respostas dos participantes, apresenta as seguintes informações:

Livros em formato acessível: 23,53% (n=4) dos respondentes afirmaram que os livros digitais da editora são criados em formato acessível.

Formatos mencionados: os formatos mencionados para os livros digitais da editora incluem PDF, ePUB e HTML.

Processo de adequação: um dos respondentes relatou que a editora está em processo de adequação para tornar os PDF mais acessíveis. Testes estão sendo realizados para identificar parâmetros de diagramação que otimizem a compreensão de conteúdos como gráficos, tabelas e figuras por meio de leitores de tela. Além disso, eles estão buscando o parecer do Núcleo de

Acessibilidade e Inclusão de sua universidade para adaptar e estabelecer um padrão de acessibilidade para todos os livros digitais futuros.

Diagramação comum: um dos respondentes mencionou que os livros possuem uma diagramação comum, mas não tem conhecimento sobre a capacidade dos *softwares* de leitura em lê-los adequadamente.

Disponibilidade de ampliação e leitura: outro respondente afirmou que os livros digitais são disponibilizados em formato PDF, que pode ser ampliado e lido por leitores de texto. Além disso, eles também disponibilizam as obras em formato HTML.

Publicações em *Braille*: um dos respondentes mencionou que a editora possui publicações em *Braille*, o que demonstra um esforço para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual.

Reconhecimento da necessidade de melhorias: um dos respondentes reconheceu a necessidade de melhorias nas obras para torná-las mais acessíveis aos leitores.

Quanto à acessibilidade dos diversos formatos mencionados, é importante ressaltar que o PDF e ePUB apresentam algumas diferenças, e uma delas é crucial: propósito de sua criação.

O PDF foi desenvolvido para facilitar a troca de documentos portáteis entre os seus usuários. Já o ePUB, advém de uma proposta de ser um “livro digital”, pois é mais responsivo, adapta-se e consegue propor uma nova diagramação, de acordo com o tamanho de tela, principalmente, preservando a sua formatação original e priorizando sempre os elementos textuais (PDF..., 2020), conforme observado no Quadro 12.

Quadro 12 - Algumas características de PDF e ePUB

Características	PDF	ePUB
Tipo de arquivo	Formato de documento estático	Formato de livro eletrônico interativo
Exibição	Mantém a aparência original do documento	Ajustável de acordo com o dispositivo e tela

Interatividade	Limitada (links, formulários, etc.)	Maior (índices, notas de rodapé, marcadores, etc.)
Ajuste de texto	Não é redimensionável	Redimensionável para ajustar o tamanho da fonte
Dispositivos	Funciona em qualquer dispositivo	Otimizado para e-Readers e dispositivos móveis
Adaptação do Layout	Não se adapta automaticamente à tela	Adapta-se automaticamente à tela do dispositivo (Layout responsivo)
Recursos de acessibilidade	Limitados	Suporta recursos como texto em áudio, texto com zoom, etc.

Fonte: Adaptado de (Salton; Agnol; Turcatti, 2017; PDF..., 2020).

[início da descrição: quadro composto por três colunas e oito linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: características, PDF e ePUB. Na segunda linha, Tipo de arquivo, Formato de documento estático e Formato de livro eletrônico interativo. Na terceira linha, exibição, mantém a aparência original do documento e ajustável de acordo com o dispositivo e tela. Na quarta linha, Interatividade, Limitada (links, formulários, etc.), Maior (índices, notas de rodapé, marcadores, etc.). Na quinta linha, ajuste de texto, não é redimensionável, redimensionável para ajustar o tamanho da fonte. Na sexta linha, Dispositivos, Funciona em qualquer dispositivo, otimizado para e-Readers e dispositivos móveis. Na sétima linha, adaptação do Layout, não se adapta automaticamente à tela, adapta-se automaticamente à tela do dispositivo (Layout responsivo). Na oitava linha, Recursos de acessibilidade, Limitados, suporta recursos como texto em áudio, texto com zoom, etc. fim de descrição].

Um exemplo prático dessas diferenças, no que se refere à acessibilidade, também, seria a leitura de imagem, quadro ou tabela por meio de ferramenta de leitura de tela. No PDF, a leitura de um quadro como o exposto acima, não seria possível, caso ele não fosse produzido por um *software* específico, como é o caso do ²⁹*InDesign*, pois a ferramenta “leitura em voz alta” acompanha a sequência de linhas, não diferenciando as informações contidas no quadro daquelas no corpo do texto, como linhas e colunas. Logo, não é qualquer arquivo em PDF que o leitor de tela vai promover uma leitura fidedigna ao texto. Por outro lado, o ePUB promove uma leitura mais eficiente e dinâmica.

Nesse sentido, cabe destacar uma ação relevante de uma das EU, transcrita abaixo, que corrobora com o art. 68 da Lei 13.146/2015.

Estamos justamente em processo de adequação neste sentido. Desde 2022 começamos a testar parâmetros de diagramação que resultam em PDFs mais acessíveis, com marcação para que diferentes leitores de tela otimizem a compreensão dos diferentes tipos de conteúdos como gráficos, tabelas e figuras, de forma coerente, já que são atributos muito presentes nos livros técnicos que publicamos. Neste momento, após testar uma versão de rotina de diagramação em uma obra da editora, estamos solicitando um parecer do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) de nossa universidade para testarmos o

²⁹ É um *software* pago da Adobe Systems desenvolvido para diagramação e organização de páginas. Disponível em: <https://www.adobe.com/products/indesign.html>.

que foi produzido e adaptarmos o que for necessário para, a partir daí, estabelecermos um padrão para todos os livros digitais publicados de agora em diante.

Essas respostas indicam que há editoras que estão em um processo de transição e/ou reestruturação, muito provavelmente, após passar pela pandemia do COVID-19, e algumas delas podem incluir nesse processo questões voltadas à criação de livros digitais mais acessíveis. Porém, embora existam iniciativas em andamento, ainda há espaço para melhorias e padronizações, especialmente em relação à compatibilidade com *softwares* de leitura de tela e ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Logo, é importante que as editoras continuem avançando nesse sentido e buscando soluções que garantam a acessibilidade plena de seus produtos digitais.

d) Produção de Livros digitais acessíveis

Esta categoria tem como propósito, analisar a dificuldade de produção, os formatos produzidos e suas distribuições, o atendimento às demandas externas e a forma de divulgação dos livros digitais acessíveis.

1. Dificuldade de produção (questão P17)

A ausência de recursos financeiros, de recursos humanos qualificados e/ou de infraestrutura adequada foram mencionados como dificuldades para o desenvolvimento da produção institucional em formato acessível. Também foi mencionada a escassez de recursos tecnológicos, o que pode incluir a ausência de acesso a softwares e equipamentos necessários para a produção de livros digitais acessíveis.

De fato, alguns participantes destacaram a falta de conhecimento e de recursos tecnológicos adequados como uma das principais dificuldades na produção de livros digitais acessíveis. Isso inclui a necessidade de capacitação em audiodescrição de imagens estáticas e de implementação de uma cultura de acessibilidade entre os autores.

Um participante relatou a escassez de demanda específica para produzir livros digitais. Outro participante pontuou a ausência de suporte institucional, pois a própria instituição não tem consciência da importância da produção de livros digitais

acessíveis. Nesse sentido, quando a editora ou instituição responsável pela produção de livros acessíveis não está ciente da importância e das necessidades específicas relacionadas à acessibilidade, pode haver a falta de prioridade e investimento adequado para essa finalidade.

Alguns participantes também mencionaram desafios relacionados aos diferentes formatos de publicação, como a necessidade de conhecimento técnico para diagramação em formatos como ePub e as limitações de acessibilidade que o formato PDF dispõe.

2. Sobre a produção de formatos acessíveis (questão P18)

A análise das respostas em relação ao formato de produção de livros voltados para PcD revela as seguintes informações:

Livros em *Braille*: nenhum dos respondentes mencionou produzir livros em formato *Braille*, apenas 1 respondeu que “disponibilizamos alguns títulos em PDF para impressão” (no caso em *Braille*). Assim, como uma opção há o *Optical Character Recognition* (OCR). É uma tecnologia utilizada para converter o texto presente em documentos impressos ou em imagens em texto digital editável. Ela tem sido especialmente útil na acessibilidade digital, permitindo que pessoas com deficiência visual acessem e interajam com o conteúdo textual. Por exemplo, o OCR é frequentemente usado para converter documentos impressos em *Braille* ou em áudio, tornando-os acessíveis para pessoas com deficiência visual. Além disso, a tecnologia OCR também é útil para extrair informações de documentos digitalizados, como livros, projetos de pesquisa, artigos científicos, dentre outros, permitindo a pesquisa rápida e a recuperação de dados.

Audiolivros: apenas 2 dos respondentes afirmaram produzir audiolivros. Mas outros respondentes mencionaram que estão em fase inicial de estudos ou considerando a possibilidade de produzir audiolivros. É importante frisar que o audiolivro desempenha um papel significativo como ferramenta de inclusão no âmbito acadêmico, especialmente para alunos com deficiência visual ou deficiência intelectual. Assim, alguns pontos importantes, trazidos por Menezes e Ribeiro (2008), podem ser considerados para adoção dessa ferramenta:

- **Participação na leitura:** o audiolivro permite que alunos com deficiência visual ou deficiência intelectual tenham oportunidade de estudar os mesmos textos e materiais que outros usuários, facilitando sua participação nas aulas e trabalhos acadêmicos, promovendo a inclusão e a equidade de participação.
- **Acesso ao conteúdo acadêmico:** essa ferramenta proporciona o acesso igualitário ao conteúdo acadêmico.
- **Desenvolvimento de habilidades de estudo:** o audiolivro auxilia no desenvolvimento de habilidades de estudo, que pode aprimorar sua capacidade de compreensão auditiva, processamento de informações, concentração e organização, enquanto acompanham o conteúdo acadêmico por meio dessa ferramenta de aprendizagem.
- **Aumento da autonomia e independência:** ele oferece maior autonomia e independência no processo de aprendizagem. Os acadêmicos com alguma deficiência podem acessar o conteúdo de estudo em seu próprio ritmo, repetir trechos quando necessário e ter controle sobre o modo como consomem o material, o que contribui para sua autoconfiança e engajamento educacional.
- **Redução de barreiras de acessibilidade:** o uso do audiolivro no ensino superior ajuda a superar as barreiras de acessibilidade enfrentadas por alunos com deficiência visual ou deficiência intelectual. Ele proporciona uma forma alternativa de acesso ao conhecimento, eliminando as limitações impostas pelo formato impresso e permitindo que esses alunos aproveitem plenamente a experiência educacional.

Outros formatos especificados: Alguns respondentes mencionaram produzir seus livros em formato PDF, que pode ser utilizado para impressão em *Braille* ou lido em algumas plataformas de áudio. O formato ePUB também foi mencionado como uma opção produzida por algumas editoras. Esse é um formato mais responsivo, que permite ter a leitura em dispositivos eletrônicos. Nele, as páginas adaptam-se em qualquer configuração de tela, sem deixar que aconteça “desconfiguração”, além do formato também poder ser utilizado em plataformas de áudio.

Vale destacar que nessa questão, alguns respondentes aproveitaram para pontuar a falta de recursos financeiros para a produção de livros em formatos acessíveis, incluindo os audiolivros.

Esses resultados indicam que a produção de livros em formatos acessíveis ainda não é amplamente adotada pelas editoras universitárias. Apenas uma minoria produz audiolivros, e a disponibilização de livros em Braille também é inexistente entre os respondentes. Além disso, a falta de recursos financeiros pode ser um obstáculo para a produção de livros acessíveis, em alguns casos.

Esses dados destacam a importância de promover a conscientização e o investimento em recursos, humanos e/ou financeiros, para a produção de livros em formatos acessíveis, a fim de garantir o acesso ao conhecimento para pessoas com deficiência.

3. Formatos de disponibilização (questão P21)

Ao analisar os dados fornecidos sobre os formatos em que a editora costuma disponibilizar seus livros digitais, em geral, pode-se observar o seguinte:

HTML: Apenas 5,88% (n=1) dos respondentes afirmaram que a editora disponibiliza seus livros digitais no formato HTML.

PDF: 100% (n=17) dos respondentes afirmaram que a editora disponibiliza seus livros digitais no formato PDF. O formato PDF é amplamente utilizado para distribuição de livros digitais, oferecendo suporte a recursos como formatação consistente, imagens e recursos de busca. Entretanto, algumas desvantagens podem ser identificadas: falta de praticidade para leitura em dispositivos menores, ou seja, não se adapta bem a dispositivos com telas menores, como *smartphones* ou *e-readers* de tamanho reduzido. Assim, pode tornar a leitura desconfortável, pois é necessário fazer *zoom* e rolagem frequente para visualizar o conteúdo completo. Além disso, há ausência de *reflow* de texto automático, pois não possui uma capacidade nativa. Isso significa que o conteúdo do documento não se ajusta automaticamente à tela do dispositivo ou ao tamanho da fonte preferido pelo leitor (não responsivo). Isso pode dificultar a leitura para pessoas com baixa visão, idosos ou que necessitem de ajustes personalizados.

ePub: 35,29% (n=6) dos respondentes afirmaram que a editora disponibiliza seus livros digitais no formato ePub. O ePub é um formato amplamente utilizado para livros digitais, conhecido por sua capacidade de se adaptar a diferentes dispositivos e tamanhos de tela, permitindo uma experiência de leitura mais flexível que o PDF.

Outro. Especifique: 5,88% (n=1) um respondente mencionou que a editora disponibiliza seus livros digitais no formato *Mobi*. Cabe salientar que esse formato é comumente usado em um *e-reader* específico da *Amazon*, como o *Kindle*. Podendo assim ser considerado um formato proprietário.

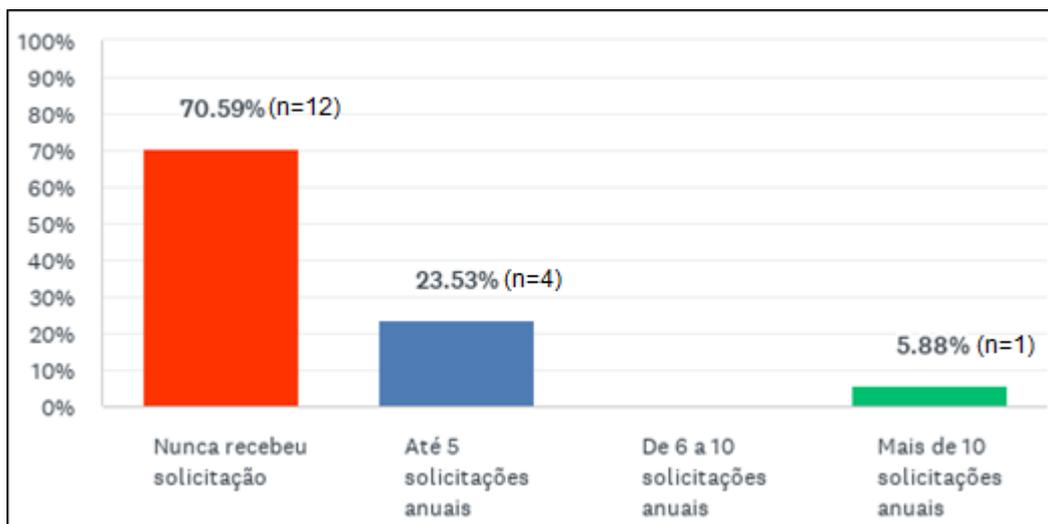
Ao oferecer diferentes formatos, a editora aumenta a compatibilidade dos seus livros digitais, permitindo que os leitores acessem e desfrutem dos livros em diferentes dispositivos e plataformas. Isso pode contribuir para alcançar um público mais amplo e atender às preferências individuais dos leitores.

4. Atendimento de demanda externa (questões P19/P20)

Também buscou-se saber se as EU recebem solicitações para a produção de livros em formatos acessíveis. O resultado está apresentado no Gráfico 8 e descrito a seguir.

Nunca recebeu solicitação, 70,59% (n=12), ou seja, a maioria dos respondentes afirma que a editora nunca recebeu solicitações de produção de livros em formato acessível. Isso indica que a demanda por livros acessíveis pode ser baixa ou que a editora ainda não é amplamente conhecida por seus serviços de acessibilidade.

Gráfico 8 - Solicitação de demanda externa para produção de livros em formatos acessíveis



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato colunas, dividido em três pedaços, nas cores vermelho, azul e verde. Cada pedaço corresponde à solicitação de demanda externa para produção de livros em formatos acessíveis. Na coluna vermelha, setenta vírgula cinquenta e nove por cento, equivale a (n=12), nunca recebeu solicitação. Na coluna azul, vinte e três vírgula cinquenta e três por cento, equivale a (n=4), até 5 solicitações anuais. Na coluna verde, cinco vírgula oitenta e oito por cento, equivale a (n=1), mais de dez solicitações anuais. De seis a dez solicitações não houve resposta. **fim de descrição].**

Até 5 solicitações anuais: Cerca de 23,53% (n=4) dos respondentes relatam que a editora recebe até 5 solicitações anuais para a produção de livros em formato acessível.

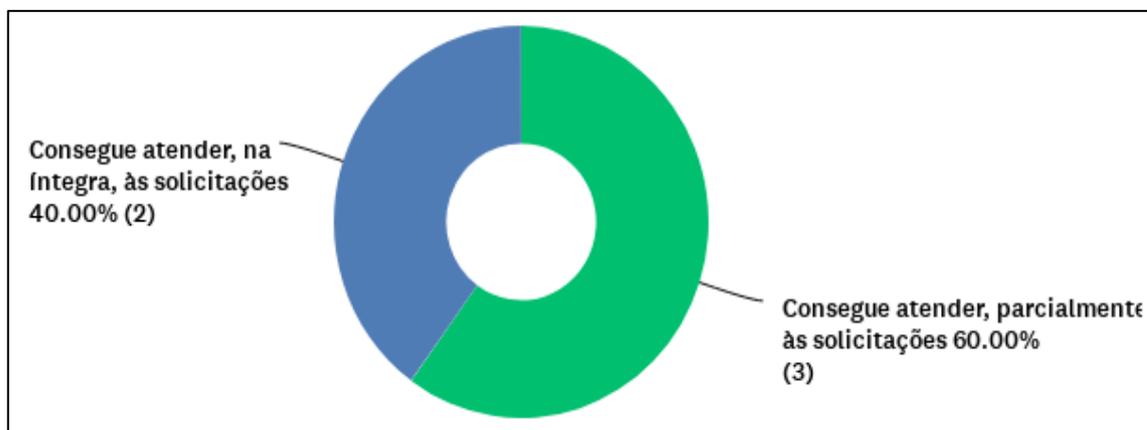
Mais de 10 solicitações anuais: Apenas 5,88% (n=1) dos respondentes afirmaram que a editora recebe mais de 10 solicitações anuais para a produção de livros em formato acessível.

Essa análise indica que a editora depara-se com uma demanda ainda limitada de pedidos de produção de livros em formato acessível. Porém, talvez isso seja pelo fato de as editoras não divulgarem essa possibilidade, não sendo, muitas vezes, de conhecimento do público que alguma demanda possa ser realizada.

Para expandir sua atuação na comunidade acadêmica, é importante que a editora promova seus serviços de acessibilidade (divulgando, por exemplo, junto aos núcleos de acessibilidade e aos docentes), aumente a conscientização sobre a disponibilidade deles e estabeleça parcerias (por exemplo, com os núcleos de acessibilidade). É importante também fomentar junto à instituição editais específicos para produção de livros acessíveis ou para angariar recursos para manter a produção dos livros digitais tão acessíveis quanto possível.

Com relação ao atendimento das demandas por livros acessíveis, que ocorre em 29,41% (n=5) das editoras, tem-se que 3 editoras indicaram que conseguem atender parcialmente aos pedidos de produção de livros em formato acessível, conforme pode ser visualizado no Gráfico 9. Isso indica que, embora a editora possa oferecer alguns serviços de acessibilidade, ainda existem limitações que impedem o atendimento completo das solicitações recebidas. E 2 editoras pontuaram que conseguem atender integralmente às solicitações feitas. Assim, pode-se inferir que a editora provavelmente possui recursos e capacidade para satisfazer plenamente as demandas recebidas e fornecer livros acessíveis sem restrições, o que corrobora com o cumprimento da Lei 13.146/2015.

Gráfico 9 - Atendimento aos pedidos para produção de livros em formatos acessíveis



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando a ferramenta SurveyMonkey (2023).

[início da descrição: gráfico em formato pizza, dividido em dois pedaços, nas cores azul e verde. Cada pedaço corresponde à Atendimento aos pedidos para produção de livros em formatos acessíveis, Consegue atender, **na íntegra**, às solicitações, quarenta por cento equivalente a (n=2) e Consegue atender, **parcialmente**, às solicitações, sessenta por cento (n=3). fim de descrição].

Possivelmente, o atendimento parcial das demandas está relacionado às dificuldades que foram anteriormente mencionadas pelos respondentes, com relação às limitações técnicas, falta de infraestrutura e/ou de pessoal capacitado ou falta de conhecimento especializado para oferecer um serviço de acessibilidade completo. É importante que a editora analise as áreas em que enfrenta dificuldades e tome medidas para superar essas limitações, como investir em capacitação, busca apoio financeiro junto à instituição e estabelecer parcerias com especialistas em acessibilidade.

5. Formas de divulgação (P22)

A divulgação das publicações da editora ocorre principalmente por meio digital, de acordo com 41,18% (n=7) dos respondentes. Isso indica que as editoras utilizam canais *online*, como *websites*, redes sociais, lista de *e-mails* e outras plataformas digitais para promover e compartilhar suas publicações.

Além disso, a opção "Ambos" foi selecionada por 58,82% (n=10) dos participantes, indicando que a editora adota uma abordagem de divulgação tanto no meio digital, quanto no meio impresso. Isso significa que, além das estratégias *online* já mencionadas, as editoras também utilizam materiais impressos, como *folders*, marcadores de página, dentre outros, para promover suas publicações. Cabe destacar que nenhuma editora faz divulgação de suas ações e publicações apenas na modalidade impressa.

A combinação de divulgação digital e impressa pode ser uma estratégia eficaz para alcançar diferentes públicos e garantir uma ampla visibilidade para as publicações das editoras. Porém, inegavelmente, nos dias atuais, a presença no meio digital é fundamental para uma editora e permite maior alcance e acesso instantâneo às informações sobre as publicações.

No entanto, é importante ressaltar que, ao promover e divulgar suas publicações, as editoras devem considerar os princípios de acessibilidade para garantir que as informações sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Isso pode envolver a adoção de práticas de *design* inclusivo, uso de formatos acessíveis para publicações digitais, disponibilização de materiais alternativos para pessoas com deficiência visual e/ou auditiva, entre outras estratégias, inclusive, a adoção de *hashtags* *#PraCegoVer*, *#PraTodosVerem*, *#descriçãoodaimagem*, *#imagensquefalam*, dentre outras; legendas em seus vídeos e/ou fornecimento de equivalente textual para a descrição das imagens.

Sobre a utilização de recursos que promovam a acessibilidade em meio digital nos sítios dos órgãos do governo, como é o caso das Editoras Universitárias Federais do país, o art. 63 da Lei 13.146/2015, destaca que é preciso garantir aos PcD "[...] acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente" (Brasil, 2015).

Portanto, a inclusão de diretrizes e princípios de acessibilidade na divulgação das publicações é uma medida indispensável para garantir que todos os públicos

tenham igual acesso à informação e possam se beneficiar do conteúdo disponibilizado pelas editoras.

6.3 Sugestões para a promoção de materiais informacionais acessíveis

Esta seção buscou identificar os requisitos (ou critérios) que podem ser contemplados pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil a fim de promover a acessibilidade em seus sítios e suas publicações, atendendo, assim, ao segundo objetivo específico da pesquisa.

Com o intuito de tornar o conteúdo informacional digital das Editoras Universitárias acessível, garantindo a aplicabilidade da Lei, sugerimos que se tome como base as recomendações de acessibilidade do e-MAG 3.1 para os sítios das editoras. Especificamente, deve-se ter atenção com a seção **Conteúdo/Informação** e as recomendações do item **3.8 disponibilizar documentos em formatos acessíveis** para analisar os conteúdos digitais produzidos, em especial, os livros eletrônicos (e-books) disponibilizados. O e-MAG foi escolhido como referência, devido às Editoras Universitárias Federais serem vinculadas ao governo federal. Um resumo dos requisitos/critérios pode ser encontrado no Quadro 13.

Quadro 13 - Requisitos/critérios para a aplicabilidade da Lei 13.146/2015

Requisitos/Critérios	Descrição
Formatos utilizado para os materiais disponibilizados	<i>PDF, ePUB, Mobi, PRC /AZW (Kindle) ePUB3, XML (diferente do ePUB) Aplicativos HTML / XHTML para Android HTML5 DAISY</i> , entre outros
Verificar se o Sítio da editora permite uso de Tecnologia Assistiva	Teclado virtual e/ou alternativo, leitor de tela, ampliador de tela, navegador textual, navegador com voz.
Verificar a existência de Catálogo	Há catálogo; Se o catálogo é o Repositório Institucional; Loja; Organização.
Verificar a existência de Política editorial que englobe questões de acessibilidade	Se a política contempla material informacional em formato acessível e ela mesma está em formato acessível.
Forma de disponibilização de obras	Download ou leitura em tela (<i>on-line</i>) ou ambos.
Formas de acesso às obras	Se é aberto, comercial ou misto

Sítio da editora de acordo com as Diretrizes de acessibilidade digital (segundo o e-MAG 3.1)	Verificar o cumprimento do e-MAG, inicialmente fazendo uso de ferramenta validadora de acessibilidade, posteriormente complementado pelo uso de verificação manual, tomando como base Sales (2021).
Verificar o uso de Teclas de atalhos (Navegador ou <i>Browser</i>) no uso do sítio	Verificação nos navegadores <i>Chrome</i> e <i>Firefox</i> , por serem dois dos mais utilizados.

Fonte: Adaptado de Andrade (2020).

[Início da descrição: quadro composto por duas colunas e nove linhas. Na primeira linha, há os cabeçalhos de cada coluna: **Requisitos/Critérios e Descrição.** Na segunda linha, Formatos utilizado para os materiais disponibilizados: PDF, ePUB, Mobi, PRC /AZW (Kindle) ePUB3, XML (diferente do ePUB) Aplicativos HTML / XHTML para Android HTML5 DAISY, entre outros. Na terceira linha, Verificar se o Sítio da editora permite uso de Tecnologia Assistiva: Teclado virtual e/ou alternativo, Leitor de tela, ampliador de tela, navegador textual, navegador com voz. Na quarta linha, Verificar a existência de Catálogo: Há catálogo; Se o catálogo é o Repositório Institucional; Loja; Organização. Na quinta linha, Verificar a existência de Política editorial que englobe questões de acessibilidade: Se a política contempla material informacional em formato acessível e ela mesma está em formato acessível. Na sexta linha, Forma de disponibilização de obras: Download ou leitura em tela (*on-line*) ou ambos. Na sétima linha, Formas de acesso às obras: Se é aberto, comercial ou misto. Na oitava linha, Sítio da editora de acordo com as Diretrizes de acessibilidade digital (segundo o e-MAG 3.1): Verificar o cumprimento do e-MAG, inicialmente fazendo uso de ferramenta validadora de acessibilidade, posteriormente complementado pelo uso de verificação manual, tomando como base Sales (2021). Na nona linha, Verificar o uso de Teclas de atalhos (Navegador ou *Browser*) no uso do sítio: Verificação nos navegadores *Chrome* e *Firefox*, por serem dois dos mais utilizados. **fim de descrição].**

Apesar de algumas editoras não terem respondido ao questionário da coleta de dados, vale aqui destacar algumas das iniciativas que elas realizam em prol da acessibilidade, pontuadas em seus documentos ou site.

Com o intuito de tornar o seu conteúdo mais acessível, a Editora da UFGD aderiu a uma ferramenta, chamada *Bookworm*, para que pessoas cegas ou com baixa visão possam ouvir os livros publicados. É um programa computacional, de código aberto, que transforma arquivos de PDF em arquivos de áudio. Essa pode ser uma alternativa que pode ser adotada pelas editoras que pontuaram dificuldade com a produção de audiolivros.

A EdUFGD, em seu Portal de Livros Abertos, configurado em *Open Monograph Press*³⁰, divulga os livros acadêmicos e científicos publicados, exclusivamente, em acesso aberto. Cabe salientar que o catálogo possui mais de 240 títulos, e são compostos, em sua maioria, por publicações de autoria de docentes, técnico-administrativos e discentes de programas de pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, bem como de pesquisadores externos à instituição (UFGD, 2023).

Nesse sentido, um dos pontos relevantes é a interação da EdUFGD com o Núcleo de Acessibilidade da sua própria Instituição para disponibilizar esse conteúdo

³⁰ É Plataforma de software de código aberto, desenvolvido pelo PKP - Public Knowledge Project. O PKP é uma iniciativa de várias universidades que desenvolve software de código aberto (gratuito) e realiza pesquisas para melhorar a qualidade e o alcance das publicações acadêmicas. Disponível em: <https://pkp.sfu.ca/software/omp/>

produzido de maneira mais acessível, conforme entrevista da Coordenadora da EdUFGD no site da Instituição

A acessibilidade, em toda a abrangência do termo, é uma prioridade para a EDUFGD, pois não há difusão de conhecimento se ele não for compartilhado e discutido no mais amplo alcance. A Editora constituiu um grupo de trabalho ainda no final de 2022 para estudar a melhor forma de **disponibilizar seu catálogo de forma acessível para as pessoas com deficiência visual**. Contamos também com as **trocas e os diálogos com o Núcleo Multidisciplinar para Inclusão e Acessibilidade (NUMIAC)**, que se mostrou disponível a essa construção conosco (UFGD, 2023, grifo nosso).

A partir disso, pode-se inferir que a editora está tentando constituir um ambiente informacional mais acessível, principalmente, com diálogos entre setores especializados em acessibilidade. Logo, são essas iniciativas que ampliam o público-alvo e a promoção de políticas públicas de inclusão e acessibilidade, preconizadas pela Lei 13.146/2015.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As editoras universitárias são consideradas espaços privilegiados para promoção e difusão do conhecimento científico produzido dentro das universidades, seja para comunidade interna ou externa. Assim, os materiais informacionais produzidos dentro desses espaços, em sua maioria livros, são relevantes para a formação acadêmica, científica e cultural de cada indivíduo. Dessa maneira, é importante considerar que as PcD, independentemente de sua deficiência, têm o direito de buscar, receber e disseminar informações, em igualdade de acesso e oportunidades com as demais pessoas. Logo, questões de acessibilidade precisam fazer parte do cotidiano das editoras universitárias.

Neste sentido, esta dissertação teve como objetivo principal avaliar a acessibilidade proporcionada pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas Pessoas com Deficiência. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, que incluíram a caracterização das editoras universitárias (que foi realizada na seção 6.1, a partir da análise documental e da coleta de dados); a identificação dos requisitos e/ou critérios necessários para a promoção da acessibilidade (que foram pontuadas tanto no referencial teórico, em especial nas seções 2 e 3, assim como na seção 6.3, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental) e o mapeamento das iniciativas e desafios enfrentados pelas EU, em relação ao cumprimento da Lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (o que foi descrito e discutido na seção 6.2, com base na coleta de dados realizada). Dessa forma, considera-se que os objetivos delineados para esta pesquisa foram alcançados.

A pesquisa tem como limitação o fato que do universo da pesquisa, que englobava 45 editoras universitárias federais do país, associadas à ABEU, contatadas para responder o instrumento de coleta de dados, apenas 17 delas responderam ao questionário e compuseram a amostra da pesquisa. Talvez, a participação de um quantitativo maior de editoras e com uma maior amplitude geográfica (uma vez que a maioria das respondentes fazia parte da região Nordeste), poderia fazer com que os resultados fossem um pouco diferentes.

Outra limitação deve-se ao fato de, devido a troca da diretoria e conflitos de agenda, no tempo hábil para a pesquisa, não ter sido possível a entrevista com a

direção da ABEU. Essa entrevista poderia ter trazido outras informações sobre iniciativas que a referida instituição vem trabalhando em prol da acessibilidade e que teriam impacto sobre o trabalho das editoras. Considerando a temática da 35ª reunião anual e do 5º Seminário Brasileiro de Edição Universitária e Acadêmica, realizado pela ABEU, em maio de 2023, sobre "Ciência aberta, acessos e acessibilidades" (ABEU, 2023), entende-se que a ausência da participação da Associação, na presente pesquisa, poderia ter trazido insights para a análise da temática abordada.

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que a maioria das editoras universitárias pesquisadas ainda enfrenta desafios significativos na promoção de materiais informacionais digitais acessíveis, especificamente, o livro digital acessível.

A análise dos dados revelou que não há um núcleo, comissão ou serviço de apoio específico para PcD dentro da estrutura organizacional dessas editoras. O que poderia contribuir com uma abordagem sistematizada e estruturada para lidar com questões de inclusão e acessibilidade. Contudo, a pesquisa apontou que há pessoas com deficiência trabalhando nas equipes de algumas editoras. Logo, apesar de a pesquisa/questionário não ter questões voltadas para a atuação dessas pessoas, acreditamos que a presença delas na equipe já pode ser considerado um fator que contribui ou, ao menos, motiva, de alguma forma, para o desenvolvimento de ações de promoção de acessibilidade. Isso porque a própria convivência com pessoas com deficiência pode ser um elemento para a sensibilização dos demais servidores da equipe quanto às questões de acessibilidade.

Em relação às aplicações de acessibilidade, os resultados mostraram que há uma baixa oferta de recursos e formatos acessíveis para PcD nas publicações das editoras universitárias. Assim como os ambientes digitais utilizados para divulgação das publicações e ações das editoras praticamente não possuem recursos voltados para acessibilidade. Todavia, há diversos recursos, conforme descrito no Quadro 9, que já são utilizados nos ambientes informacionais digitais das universidades as quais as editoras pertencem, e estes poderiam ser replicados, incorporados também nos ambientes digitais utilizados pelas editoras, como ações iniciais para a acessibilidade digital.

Diante desse cenário, é fundamental que as editoras universitárias federais do Brasil se empenhem para desenvolver estratégias e ações concretas para garantir o acesso equitativo à informação para PcD. É essencial que elas criem políticas e normativas específicas que promovam a inclusão e a acessibilidade em todas as

etapas do processo de produção e divulgação de suas publicações. Assim como, busquem recursos para essas ações e para a capacitação de pessoal, junto à instituição a qual pertencem. Pois, como pontuado nos resultados da coleta, é necessário, também, investir na formação de pessoal capacitado, tanto para a produção de conteúdos acessíveis, quanto para o uso de tecnologias assistivas.

Adicionalmente, é preciso sensibilizar os autores e demais profissionais envolvidos no processo editorial para a importância da acessibilidade e capacitá-los para a criação de materiais acessíveis desde o início do processo de produção.

Quanto aos recursos de acessibilidade adotados pelas editoras universitárias, revelou-se uma lacuna preocupante na promoção do acesso à informação para PcD. Ficou evidente que muitos elementos obrigatórios, que deveriam estar presentes nos ambientes informacionais digitais dessas editoras, estão ausentes. Isso representa não apenas um desrespeito à legislação vigente, como também uma barreira significativa para a inclusão e participação plena das PcD na sociedade.

Dessa forma, as editoras universitárias têm a responsabilidade ética, legal e social de promover a acessibilidade em seus materiais informacionais digitais. O descumprimento cria barreiras que limitam o acesso à informação e a plena participação de PcD na vida acadêmica, conseqüentemente, impacta na política, econômica, social e cultural. Assim, é fundamental que elas adotem medidas concretas para cumprir as regulamentações e garantir que seus conteúdos sejam verdadeiramente acessíveis a todos, promovendo, assim, uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Como sugestão, recomenda-se o estabelecimento de parcerias entre as editoras universitárias e os Núcleos de Acessibilidade das próprias universidades federais, pois eles já atuam na promoção da inclusão e acessibilidade para discentes, docentes, pesquisadores e servidores. Por sua vez, a interação com esses núcleos pode trazer *expertise* e suporte técnico para as editoras universitárias no desenvolvimento de políticas e ações voltadas para a acessibilidade, por exemplo, promover cursos, eventos ou projetos que aproximem as editoras, também, do público PcD nas universidades para desenvolver ideias e/ou coletar demandas.

Dessa forma, as editoras sairiam de uma postura passiva, em que elas simplesmente aguardam as demandas, para uma abordagem mais proativa, na qual buscam o público-alvo e se esforçariam para compreender as suas necessidades. Isso envolve a criação de um diálogo mais estreito e colaborativo com essas pessoas.

Acredita-se que o resultado dessa pesquisa pode contribuir para futuras reflexões sobre a produção e divulgação de materiais informacionais acessíveis, principalmente aqueles desenvolvidos por docentes e pesquisadores das próprias universidades. Assim como para que as editoras possam compreender as lacunas existentes no caminho que precisam percorrer em prol da inclusão e da acessibilidade. Novos estudos, sobretudo dentro do campo da CI, relacionados ao acesso e acessibilidade para PcD nas Editoras Universitárias dos Institutos Federais de Ensino; reflexões sobre o impacto do Tratado de Marraquexe na produção e disponibilização de materiais acessíveis; a curadoria editorial de materiais informacionais digitais acessíveis, principalmente com relação aos livros digitais acessíveis, temática ainda prematura na literatura, são necessários para consolidar as discussões referentes à temática. Assim, podem ser indicados como trabalhos futuros.

Por fim, é necessário promover uma maior conscientização transversal sobre a importância da acessibilidade nas editoras universitárias federais do Brasil. Isso inclui a disseminação de informações sobre os direitos das PcD, a sensibilização dos profissionais envolvidos e o estabelecimento de parcerias com instituições e órgãos que atuam na área de acessibilidade. Considera-se que essas medidas são essenciais para que as editoras cumpram o seu papel de promover o acesso à leitura, à informação e à comunicação para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou limitações. Isso significa, garantir a acessibilidade como um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A. Formação e produção acadêmica: o papel das editoras universitárias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 163-173, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/32339>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- ACESSIBILIDADE no Código HTML. In: BRASIL. **Padrão Digital de Governo: Design System Versão 3.0.1**. Brasília: [Governo Federal], 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ds/guias/acessibilidade-no-codigo-html>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- ACESSMONITOR. **Página inicial do AcessMonitor**. [Brasília: Governo Federal], 2012. Disponível em http://www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor/nota_tecnica.html. Acesso em: 22 de jul. 2022.
- AGÊNCIA EUROPEIA PARA AS NECESSIDADES ESPECIAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Linhas de orientação para informação acessível: TIC para a acessibilidade à informação na aprendizagem (ICT4IAL)**. [S. l.]: Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2015. Disponível em: https://www.european-agency.org/sites/default/files/Guidelines%20for%20Accessible%20Information_PT.PDF. Acesso em: 22 jun. 2023.
- AMARAL, F. V.; JULIANI, J. P. Diálogo entre comunicação e divulgação científica: reflexões para o desenvolvimento de habilidades em competência crítica da informação. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, RS, v. 34, n. 1, p. 6-18, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146055> Acesso em: 31 jul. 2022.
- ANDRADE, R. L. V. **Perspectivas da publicação de livros em formato digital pelas editoras universitárias na américa latina**. Orientador: Wagner Junqueira de Araújo. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- ANDRADE, R. L. V.; ARAÚJO, W. J. Editoras universitárias na américa latina. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 14, p. 1-23, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195157>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- ANDRADE, R. L. V.; ARAÚJO, W. J. Livro digital nas editoras universitárias. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, p. 945-967, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/165009> Acesso em: 08 jun. 2022.
- ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: Unesp Marília, 2000. p. 1-10.
- ARAÚJO, E. A. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92051>. Acesso em: 07 set. 2022.

ARAÚJO, E. A. Informação: recurso para a ação política do cidadão? **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 1-15, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47546>. Acesso em: 08 ago. 2023.

ARAÚJO, F. A. N. G.; SIEBRA, S. A.; BORBA, V. R. Digitalização: a porta de acesso para o mundo digital. *In.*: SIEBRA, S. A.; BORBA, V. R. (Org.). **Preservação Digital e suas facetas**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 163-202. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/nova/wp-content/uploads/2021/06/Ebook_Preservac%CC%A7a%CC%83o_Digital.PDF. Acesso em: 10 jan. 2023.

ARAÚJO, R. F. Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 67-84, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38601>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ARRUDA, E.; OLIVEIRA, H.; LIMA, I. Estudo de acessibilidade no portal discente do sistema acadêmico da UFPB. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis-SC: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1293/641>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ASES. **Página inicial do ASES**. [Brasília]: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços, 2018. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoese-projetos/e-MAG/asesavaliadoresimulador-de-acessibilidade-sitios>. Acesso em: 22 de jul. 2022.

ASSEF NETO, R. C. S.; GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H.; LINS, R. A. Fiocruz e a sociedade: uma visão da divulgação em jornais e revistas a partir da base de currículos lattes. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 95-108, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/147913>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. **Confira a programação do 5º seminário da ABEU**. São Paulo: ABEU, 2023. Disponível em: <https://www.abeu.org.br/confira-a-programa%C3%A7%C3%A3o-do-5%C2%BA-semin%C3%A1rio-da-abeu/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. **Editoras associadas**. São Paulo: ABEU, 2022. Disponível em: <http://www.abeu.org.br/farol/abeu/catalogo-unificado/associados/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Glossário da Sociedade da Informação**. [Portugal]: APDSI, 2019. 122 p. Disponível em: https://apdsi.pt/glossario/wp-content/uploads/sites/4/2019/07/GLOSSÁRIO-DA-SOC-INFORMACAO_v2019-APDSI.PDF. Acesso em: 13 jul. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Acessibilidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, [2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/acessibilidade/recursos-de-acessibilidade>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do **caput** do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Departamento de Governo Eletrônico. **eMAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Versão 3.1. [Brasília, DF]: Departamento de Governo Eletrônico, 2014. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **e-MAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Versão 3.1. Brasília: Portal do Governo Brasileiro, abr. 2014. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/#sumario>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...] Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**: Cadastro e-MEC. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **e-MAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Versão 3.0. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/emag-3.PDF>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: CORDE, 2007. 47 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-PDF&Itemid=30192 Acesso em: 16 ago. 2022.

BROWN, J.; HOLLIER, S. The challenges of Web accessibility: The technical and social aspects of a truly universal Web. **First Monday**, v. 20, n. 9, p. 1-16, 2015. doi: 10.5210/fm.v20i9.6165

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [s. l.], v. 45, n.5, p.351-360, 1991.

BUENO, W. C. B. Jornalismo científico: revisitando o conceito. In: VICTOR, C.; CALDAS, G.; BORTOLIERO, S. (Org.). **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print, 2009. p. 157-178.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33484>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BUFREM, L. S. Edição Universitária no Brasil. In: CANOSSA-MENDES, João Carlos; CÓRDOBA RESTREPO, Juan Felipe (Eds.). **Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 132-149. Disponível em: <https://eulac.org/cdd/documentos/04-prof-ed-uni/peu-01/index.html#p=133> Acesso em: 07 ago. 2022.

BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil**: uma crítica para a reformulação da prática. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. 492 p.

BUFREM, L. S. Editoras universitárias no brasil: uma crítica para reformulação na prática. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 19-39, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71719>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BUFREM, L. S. Política editorial universitária por uma crítica à prática. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n.1, p. 23-36, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/PDF/pci/v14n1/v14n1a03.PDF>. Acesso em: 3 set. 2021.

BUFREM, L. S.; FREITAS, J. L. Editoras universitárias e informação científica. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151774>. Acesso em: 08 jun. 2022.

- BUFREM, L. S.; FREITAS, J. L. Editoras universitárias e informação científica. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-22, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151739>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- BUFREM, L. S.; GARCIA, T. M. B. A editora universitária e o compromisso da universidade com as práticas de divulgação do conhecimento produzido. **Em Questão**, [Porto Alegre], v. 20, n. 1, p. 151-164, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/88120>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- CAPURRO, R.; HØRJLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148- 207, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/PDF/pci/v12n1/11.PDF>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93078>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CASTRO, M. J. R.; BRASIL, M. V. O. Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 104-124, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/160871> Acesso em: 08 jun. 2022.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.
- CRUZ-RIASCOS, S. A. *et al.* Mediação informacional para acessibilidade: perspectivas para o setor público. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]** Marília: ANCIB, 2017. p. 1-17. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105375>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- CUSIN, C. A. **Acessibilidade em ambientes informacionais digitais**. Orientadora: Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti. 2010. 156 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2010.
- EIRÃO, T. G.; LEITE, F. C. L. Acesso à informação pública e democracia: alguns apontamentos. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Tacna, Perú, n. 75, p. 35-45, 2019. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/491/364>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- FEBVRE, L.; MARTIN, H. **O aparecimento do livro**. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FERNANDES, H. D. H.; VILAN FILHO, J. L. Fluxo da informação científica: uma revisão dos modelos propostos na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 138-163, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/103851>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FERREIRA, N. M. C. **Educação inclusiva no ensino superior**: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão. Orientadora: Silvana Maria Moura da Silva. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

FERREIRA, N. M. C. Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 7, n. 1, p. 59-82, jan./jun. 2014.

FLATSCHART, F. ePUB3: publicações multimídia interativas. *In*: IMASTERS. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <https://imasters.com.br/front-end/epub3-publicacoes-multimidia-interativas>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 59-73, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FRAZ, J. N. *et al.* Tecnologia assistiva: produtos e serviços disponíveis na internet. **Ponto de Acesso**, Salvador, n. 3, v. 13, p. 70-84, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136244>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FREIRE, A. P. **Acessibilidade no desenvolvimento de sistemas web**: um estudo sobre o cenário brasileiro. Orientadora: Renata Pontin de Mattos Fortes. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Computação e Matemática Computacional) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREIRE, G. H. A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. Orientador: Aldo de Albuquerque Barreto. 2004. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Convênio CNPq/ IBICT, Rio de Janeiro, 2004.

FREIRE, G. H. A. O Campo da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 163-164, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95504>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

GALVEZ, R. A.; YOUNGBLOOD, N. E. e-Government in Rhode Island: What effects do templates have on usability, accessibility, and mobile readiness? **Universal Access in the Information Society**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 281-296, 2016. doi: 10.1007/s10209-014-0384-x

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. *In*: GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of science. London: Pergamon Press, 1979. p. 148-64.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIRAFÁ, R. H. A Terceira Onda veio pela pandemia. **COSMOS & CONTEXTO**, Rio de Janeiro, n. 48, 31 maio 2021. Disponível em: <https://cosmosecontexto.org.br/a-terceira-onda-veio-pela-pandemia/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

- GOMES, A. P. S. Lei de acesso à informação: o cidadão enquanto sujeito informativo. **BIBLOS**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, RS, v. 30, n. 2, p. 5-21, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23643>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- GUEDES, D. M.; ADAMI, F. A. C.; BARBOSA, L. M. M. Políticas Públicas de Inclusão: os espaços de pertencimento das pessoas com deficiência. **Revista Científica Intr@ciência**, [s. l.], v. 1, p. 1-14, 2020.
- GUERRA, E. S. F. M.; VECHIATO, F. L. O acesso democrático à informação: a produção de materiais informacionais digitais acessíveis em Instituições de Ensino Superior. *In*: LIMA, I. F.; FRANÇA, F. S. (Org.). **Informação e inclusão**: construto teórico-prático na pós-modernidade. 1. ed. João Pessoa: Eduepb, 2020, p. 40-71.
- HEINEN, J. **Comentários à lei de acesso à informação**: lei n. 12.527/2011. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014. 312 p.
- HENRY, S. L. (ed.). Introduction to Web Accessibility. *In*: W3C WEB ACCESSIBILITY INITIATIVE (WAI). **[Site W3C WAI]**. Cambridge: W3C, 2005. Disponível em: <http://www.w3.org/WAI/gettingstarted/Overview.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- HOTT, D. F. M.; FRAZ, J. N. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. *In*: CONGRESSO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, 2., 2019, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: UFRGS, 2019. p. 14. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/147505>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M. Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos: uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 82-103, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148378> Acesso em: 08 jun. 2022.
- HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M.; OLIVEIRA, L. P. Acesso e acessibilidade em ambientes web para pessoas com deficiência. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 12, n. 4, p. 45-52, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107299>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- INGWERSEN, P. Conceptions of information science. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, [2001]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=downloads>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, [2011]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=downloads>. Acesso em: 17 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html>. Acesso em: 17 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 17 jul. 2022.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/RcPCvVSyQ6dx7RcmJFLnbxL/?lang=pt#>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (org.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.PDF. Acesso em: 23 jul. 2022.

LEITE, F. P. A.; MEYER-PFLUG, S. R. Acessibilidade digital: direito fundamental para as pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 133-53, jul./dez. 2016.

LICHESCKI, L.C.; FADEL, L. M. (In)acessibilidade digital. **Revista Brasileira de Design da Informação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 104-22, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.51358/id.v10i2.185>. Acesso em: 23 jul. 2022.

LOGAN, R. K. **Que é informação?**: a propagação da informação na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econósfera. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES NETO, J. C. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 4, n. 7, p. 167-172, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/QTFVfRtwdNBKMG4XzdVnKSj/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MARQUES NETO, J. C.; ROSA, F. G. Editoras universitárias: academia ou mercado? *In*: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. cap. 19, p. 331-348.

MARTINS, C. J. B. N.; PRESSER, N. H. A promoção da cidadania por meio do acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 133-150, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/27734>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MARTINS, P. L. Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 233-244, 2011.

Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/381/381>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro da imprensa e da Biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. 519 p.

MELO, A. M. **Design inclusivo de sistemas de informação na web**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Instituto de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MENEZES, N. C.; RIBEIRO, S. F. Audiolivro: uma importante contribuição tecnológica para os deficientes visuais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 58–72, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3213>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. *In*: BARROS, A.; DUARTE, J. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NAKANO, N. Acessibilidade na ciência da informação: uma revisão sistemática da literatura brasileira. **Atoz**: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 11, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/197346>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OLIVEIRA, J. T. **A fascinante história do livro**: Idade Média. Rio de Janeiro: Kosmos, 1987. 387 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime. **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção**. Brasília: UNODC, [2007]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.PDF. Acesso em: 23 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. [S. l.]: ONU, 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/> Acesso em: 30 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para as pessoas com Deficiência**. São Paulo: Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, 1992. Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982 aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em seu trigésimo sétimo período de sessões. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/programa_de_acao_mundial_para_as_pessoas_com_deficiencia_de_3_12_1982.PDF. Acesso em: 05 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência**: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília: UNESCO, 2007. 73 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.PDF;jsessionid=14C022CD8DB94787C92E14D043095B3B?sequence=4 Acesso em: 17 jul. 2022.

PAIVA, A. P. M. **A aventura do livro experimental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 140 p.

PAOLINELLI, S. M. R.; GAYDECZKA, B.; ANJO, L. F. R. D. S. As editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 25-38, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/112214>. Acesso em: 08 jun. 2022.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO, S. P. Inclusão digital e acessibilidade digital: interfaces e aproximações conceituais. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 16., 2007, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba-PA, 2007. p. 1-17. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/144/145>. Acesso em 25 de jul. 2022.

PATEL, K.; McCARTHY, M. **Digital transformation: the essentials of ebusiness leadership**. New York: McGraw-Hill Professional, 2000.

PDF OU EPUB: O que diferencia os dois formatos de publicações digitais? *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **EAD para você**. São Luís: UFMA, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://eadparavc.dted.ufma.br/?p=343#:~:text=Os%20ePubs%20possuem%20algumas%20caracter%C3%ADsticas,se%20adaptar%C3%A1%20em%20qualquer%20adjet.> Acesso em: 12 jul. 2023.

PEREIRA, G. M. **Acessibilidade em bibliotecas universitárias**: aplicação do checklist na biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. Orientadora: Izabel França de Lima. 2013. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PEREIRA, G. M.; LIMA, I. F. Da exclusão ao acesso à educação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. esp. 2, p. 152-175, 3 nov. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42612>. Acesso em: 09 jul. 2022.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro brasileiro de ciência da informação**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014. Disponível em: <https://ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-deciencia-da-informacao> . Acesso em: 24 jul. 2022.

PORTAL DO LIVRO ACESSÍVEL. **Livro Acessível**: Mas, afinal, o que é um livro acessível? Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2017. Disponível em: <https://livroacessivel.org.br/livro-acessivel>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PRADO, J. M. K. **Evidências teóricas para um marketing da ciência em acesso aberto**. Orientador: Adilson Luiz Pinto. 2019. 139 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019.

publicado na Revista Brasileira de Tradução Visual, n. 12, v. 12, 2012. Disponível em:

https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/3550/mod_folder/content/0/2.%20Categorias%20e%20Tipos%20de%20Deficiencia%20-%20Romeu%20Sasaki%202013.PDF?forcedownload=1. Acesso em: 17 jul. 2022.

RADDATZ, V. L. S. Direito à informação para o exercício da cidadania. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo/RS, v. 9, p. 108-117, 2014. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/1445>. Acesso em: 13 jul. 2022.

RASTELI, A. A evolução da palavra escrita e o acesso às novas formas de construção de sentido. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, [Lisboa], n. 4, p. 102-116, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62521>. Acesso em: 18 ago. 2022.

REIS, R. L.; ROSS, P. R. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**. Paraná: UFPR, 2008.

ROCHA, J. A. P.; ALVES, C. D.; DUARTE, A. B. S. E-acessibilidade e usuários da informação com deficiência. **Inclusão social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100799>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ROSA, F. *et al.* A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 152-164, 20 dez. 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/incid/article/view/69307. Acesso em: 20 jul. 2022.

SALES, M. **WCAG - Guia de Consulta Rápida**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://guia-wcag.com/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SALTON, B. P.; AGNOL, A. D.; TURCATTI, A. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Centro Tecnológico de Acessibilidade. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/livro-manual-de-acessibilidade-em-documentos-digitais/>. Acesso em: 13 out. 2022.

SAMPAIO, A. J. O. Editar pra que? **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 397-407, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72202>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, R. N. M. D.; FREIRE, I. M. Regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+ no Brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 398-408, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pcbci/article/view/43646/21790>. Acesso em: 09 jul. 2020.

SASSAKI, R. K. Categorias e Tipos de Deficiência. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Ambiente Virtual da Rede de Formação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: SESC, [2013]. Versão ampliada do artigo "Por falar em classificação de

deficiências", publicado na Revista Brasileira de Tradução Visual, n. 12, vol. 12, 2012.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. Por falar em classificação de deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, [s. l.], v. 12, n. 12, p. 1, 2012. Disponível em: <https://adww.online/por-falar-em-classificacao-de-deficiencias/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, E. M. **O pacto pela vida no estado de Pernambuco**: informação, política e poder. Orientadora: Joana Coeli Ribeiro Garcia. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, I. R. da *et al.* Accessibility in times of remote teaching. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e60010414966, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14966. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14966>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SILVEIRA, M. A. A.; BUFREM, L. S. Memória editorial e temática da editora universitária da UFPE (1955-2014). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 135-149, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146832>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SONZA, A. P.; CONFORTO, D.; SANTAROSA, L. Acessibilidade nos portais da educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.1, p. 131-145, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=30121:publicacao-coes-revistas&catid=190:setec-1749372213&Itemid=841. Acesso em: 20 de jun. 2022.

SOUSA, M. R. F.; LAZZARIN, F. A. A questão da acessibilidade digital na literatura dos anais do ENANCIB (1994-2012). **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 62-86, jan./jun. 2014.

TANAKA, E. H. **Método baseado em heurísticas para avaliação de acessibilidade em sistemas de informação**. Orientadora: Heloísa Vieira da Rocha. 2010. 190f. Dissertação (Doutorado em Ciência da Computação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TAW. **Página inicial do TAW**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.tawdis.net/index>. Acesso em: 22 de jul. 2022.

TOLBOOM, I. **The impact of digital transformation**. 2016. 101 f. Master Thesis Report (Master in System Engineering, Policy analysis and Management) - Faculty of Technology, Policy and Management, Delf University of Technology, Delft, 2016.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A. (2004). Conteúdos digitais multimídia: o foco na usabilidade e acessibilidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 152-

160, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200016>. Acesso em: 25 jul. 2022.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n.3, p. 83-91, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000300009> . Acesso em: 25 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Editora da UFGD disponibiliza software gratuito que transforma livros virtuais em áudio**. Dourados/MS: UFGD, 2023. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/editora-da-ufgd-disponibiliza-software-gratuito-que-transforma-livros-virtuais-em-audio>. Acesso em: 10 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Política editorial**. Natal/RN: EdUFRN, 2014. Disponível em: http://www.editora.ufrn.br/pagina.php?a=e_pol_editoriais. Acesso em: 09 jul. 2023.

VALENTE, J. Menos de 1% dos sites passam em teste de acessibilidade. **Agência Brasil**, Brasília, 20 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/menos-de-1-dos-sites-passam-em-teste-de-acessibilidade>. Acesso em: 22 jul. 2022.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2951>. Acesso em: 09 jul. 2022.

VIEGAS, W. S. O Direito à Informação como Pressuposto para a Participação Popular no Estatuto da Cidade. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goytacazes, v. 4-5, p. 671-683, 2004. Disponível em: <http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista04e05/Discente/09.PDF> Acesso em: 13 jul. 2022.

VIEIRA, S. P. **Curadoria digital de objetos digitais acessíveis no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFPE**. Orientadora: Sandra de Albuquerque Siebra. 2023. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

VIEIRA, S. P.; CÂNDIDO, J. **Objetos digitais acessíveis: conceitos e características**. 2021. 12 f. (Disciplina: Curadoria Digital) - Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

W3C BRASIL. **Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1**. [S. l.]: W3C, c2018. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

WAVE. **Página inicial do WAVE**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://wave.webaim.org/sitewide>. Acesso em: 22 de jul. 2022.

WEITZEL, S. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.

WESTERMAN, G.; CALMEJANE, C.; BONNET, D. **Digital transformation: a roadmap for billion-dollar organizations.** [S. l.]: MIT Center for Digital Business, Capgemini Consulting, 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PcD: um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Jonatan Cândido da Silva, aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE) (<https://www.ufpe.br/ppgci>) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Siebra de Albuquerque.

Minha dissertação tem como objetivo geral avaliar a acessibilidade pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com deficiência. E, para isso, solicito a sua colaboração respondendo o questionário a seguir.

Este questionário está estruturado em três seções:

Parte 1: Perfil da editora.

Parte 2: Perfil do respondente

Parte 3: Percepção do respondente acerca de questões sobre a editora e a acessibilidade, com base na Lei 13146/2015.

Saliento que a participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária e o questionário terá duração de aproximadamente dez (10) minutos. Caso deseje, você poderá interromper as respostas a qualquer momento, mesmo que tenha concordado anteriormente.

O risco relacionado à sua participação na pesquisa refere-se ao sentimento de desconforto que poderá decorrer da manifestação sobre assunto pessoal. Nesse sentido, informo que sua identificação não será solicitada e reforço que você poderá se abster de responder a qualquer questão, caso a considere muito pessoal ou confidencial.

Os dados e resultados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético. Os arquivos serão armazenados no computador pessoal do pesquisador e em HD externo, por um período mínimo de 5 anos, de forma a preservar o acesso indevido ao seu conteúdo.

Os resultados serão publicados, de forma agrupada e anônima (sem identificação específica de editoras e respondentes), em uma dissertação de Mestrado a ser defendida na UFPE, que, posteriormente, estará disponível no Repositório Digital da UFPE- Atena (<https://repositorio.ufpe.br>) e terá a sua divulgação ampliada por meio de publicações e apresentação de trabalhos.

Em termos de benefícios, a sua contribuição é imprescindível para atingir os objetivos da pesquisa. Os pesquisadores responsáveis por este estudo se comprometem a esclarecer qualquer dúvida que eventualmente o participante venha a ter antes,

durante e após a pesquisa, por meio dos seguintes contatos: Jonatan Cândido da Silva (jonatan.candido@ufpe.br) e Sandra de Albuquerque Siebra (sandra.siebra@ufpe.br).

***Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa.**

Por fim, fui orientado(a) a respeito do que foi mencionado neste Termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Marque abaixo se está de acordo em participar da pesquisa:

() Estou de acordo e concordo em participar da pesquisa

Se não estiver de acordo, agradecemos sua atenção e, por favor, não dê continuidade.

PERFIL DA EDITORA

Nome da Editora:

Ano de inauguração/criação:

Possui política editorial definida e disponível para consulta? () sim () não

Modalidades de publicação: () impressa () digital () ambas as modalidades

Existe algum funcionário com deficiência na editora? () sim () não

Dentro da estrutura organizacional da editora universitária existe algum núcleo, comissão ou serviço de apoio para as pessoas com deficiência?

() sim () não

Se sim, como está denominado e quais funções desempenha?

PERFIL DO RESPONDENTE DA PESQUISA

Qual o seu cargo e/ou função na Editora Universitária?

Há quanto tempo trabalha na gestão da editora?

() menos de 1 ano

() 1 a 3 anos

() 3 a 5 anos

() 5 a 10 anos

() mais de 10 anos

Qual o seu maior grau de formação?

- Graduação
- Especialização ou MBA
- Mestrado
- Doutorado

Qual sua área de formação: _____

Qual sua faixa etária?

- menos de 25 anos
- 25 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- mais de 55 anos

Qual o seu nível de conhecimento sobre a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

- nenhum conhecimento
- pouco conhecimento
- conhece bem a lei

PERCEPÇÃO DO RESPONDENTE ACERCA DE QUESTÕES SOBRE A EDITORA E A ACESSIBILIDADE, COM BASE NA LEI 13146/2015

1) A lei 13.146/2015 considera **formatos acessíveis** os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em *Braille*.

Os livros digitais da editora são criados em formato acessível?

- Sim
- Não
- Outro. Por favor, comente _____

2) Em qualquer um dos casos, qual você considera a maior dificuldade na produção de um livro digital acessível?

3) A editora costuma produzir livros em alguns desses formatos voltados para Pessoas com Deficiência (marque todos que forem pertinentes)

- Livros em braille
- Audiolivros
- Outro. Por favor, especifique _____

4) A editora costuma receber pedidos de produção de livros em formato acessível com que frequência?

- () Nunca recebeu solicitação
 () Até 5 solicitações anuais
 () De 6 a 10 solicitações anuais
 () Mais de 10 solicitações anuais

5) Caso já tenha recebido algum pedido de produção de livro em formato acessível, tem sido possível atender a todos os pedidos feitos?

- () Nunca recebeu solicitação
 () Consegue atender parcialmente às solicitações
 () Consegue atender na íntegra às solicitações

6) Em qual formato a editora costuma disponibilizar seus livros digitais? (marque todos que forem pertinentes)

- () HTML
 () PDF
 () ePUB
 () Outro. Especifique _____

7) As publicações da editora são divulgadas em que meio?

- () Impresso (ex: folders, marcadores de página, etc)
 () Digital
 () Ambos

8) Ao serem elaborados materiais para divulgação das publicações, são consideradas questões de acessibilidade?

- () Sim
 () Não

Caso Afirmativo, de que forma?

- () folder em braille
 () áudios de divulgação
 () vídeos com legenda, libras e/ou audiodescrição
 () Outro. Especifique _____

9) Com relação ao site da editora, indique a existência, ou não, de cada um dos itens a seguir:

Elementos de Acessibilidade	SIM	NÃO
O site possibilita a tradução de seu conteúdo para LIBRAS?		
Os vídeos utilizados no site da editora, seja para qual finalidade for, possuem legenda, Libras e/ou audiodescrição?		

Já foi realizada alguma avaliação de acessibilidade no site da editora?		
No site da editora é possível mudar o contraste da tela?		
No site da editora é possível alterar o tamanho da fonte do conteúdo disponibilizado?		
O site da editora possui mapa do site?		

10) As Universidade Federais possuem Núcleos de Acessibilidade para dar apoio a docentes, discentes e demais servidores com relação a questões de inclusão e acessibilidade. A editora já realizou algum tipo de interação com esse núcleo?

- Não, desconhece-se sua existência.
- Não, mas a existência do mesmo é conhecida.
- Sim, já houve interação com o núcleo.

11) Existem políticas ou normativas específicas dentro da editora para trabalhar questões de acessibilidade e/ou gestão de publicações em formato acessível?

- Não.
- Não, mas está em elaboração.
- Sim.

Obrigado pela sua participação!

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS**PERFIL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS**

Nome da Editora: Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

Ano de inauguração/criação:

Possui política editorial definida e disponível para consulta? () sim () não

Modalidades de publicação: () impressa () digital () ambas as modalidades

Existe algum funcionário com deficiência na editora? () sim () não

Dentro da estrutura organizacional da editora universitária existe algum núcleo, comissão ou serviço de apoio para as Pessoas com Deficiência?

() sim () não

Se sim, como está sendo denominado?

PERFIL DO RESPONDENTE DA PESQUISA

Qual o seu cargo e/ou função na Editora Universitária?

Há quanto tempo trabalha na gestão da editora?

() menos de 1 ano

() 1 a 3 anos

() 3 a 5 anos

() 5 a 10 anos

() mais de 10 anos

Qual o seu maior grau de formação?

() Graduação

() Especialização ou MBA

() Mestrado

() Doutorado

Qual sua área de formação: _____

Qual sua faixa etária?

() menos de 25 anos

() 25 a 35 anos

() 36 a 45 anos

() 46 a 55 anos

() mais de 55 anos

PERCEPÇÃO DO RESPONDENTE ACERCA DE QUESTÕES SOBRE A ABEU E A ACESSIBILIDADE, COM BASE NA LEI 13146/2015

- 1) Como a ABEU tem discutido a temática de acesso à informação e acessibilidade de materiais digitais acessíveis?
- 2) Quais as iniciativas da ABEU para fomentar a produção técnica-científica acessível em cumprimento da Lei 13.146/2015?
- 3) Quais as dificuldades encontradas pela ABEU para a produção de um livro digital acessível?
- 4) Como a ABEU tem pensado soluções inclusivas para atender os direitos das Pessoas com Deficiência, que são garantidos, também, na Lei 13.146/2015?
- 5) Quais os desafios e tendências para o futuro da produção técnica-científica de materiais digitais acessíveis?

Obrigado pela sua participação!

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
COLETA DE DADOS VIRTUAL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COLETA DE DADOS
VIRTUAL**

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **Acesso à informação para Pessoas com Deficiências (PcD): um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil**, que está sob a responsabilidade do pesquisador **Jonatan Cândido da Silva**, [REDACTED]

[REDACTED] – e-mail jonatan.candido@ufpe.br (inclusive ligações a cobrar), **sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Siebra de Albuquerque**, [REDACTED] e-mail sandra.siebra@ufpe.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e o(a) senhor(a) concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “**Aceito participar da pesquisa**” no fim desse termo. Logo em seguida, assine, digitalize e encaminhe-o para o e-mail [REDACTED]

Dessa forma, o(a) senhor(a) deverá guardar uma cópia desse documento (e o registro da sua anuência ou não anuência, se for o caso).

O(a) senhor(a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade. Inclusive, desistir de responder ao questionário a qualquer momento.

Os seus dados serão mantidos em sigilo, assegurando, assim, a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação: a pesquisa sobre “Acesso à informação para Pessoas com Deficiências (PcD): um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil” está sendo desenvolvida com objetivo de Avaliar a acessibilidade pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com

deficiência. Serão convidados para participar da pesquisa, respondendo ao questionário, os gestores e/ou representantes das Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil. Devido a abrangência da proposta e a extensão territorial do país, faz-se necessário o uso do questionário *on-line*, por meio do *SurveyMonkey*, composto por onze questões e uma entrevista (aplicada com a presidenta da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), pela plataforma do *Google Meet*.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista e/ou questionário ao pesquisador do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização da entrevistada, bem como será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a ela o pesquisador e a orientadora.

Assim, o convite para participação será enviado por *e-mail* ao presidente da ABEU e todos os gestores das editoras. O tempo de duração para coleta será de 10 dias a contar do envio do questionário. **No questionário**, o tempo médio será de 10 minutos e demandado do voluntário responder questões referentes ao(à): perfil da editora e respondente e Percepção do respondente acerca de questões sobre a editora e a acessibilidade, com base na lei 13146/2015. **Na entrevista**, o tempo de duração será de, aproximadamente, 30 minutos, e demandado da voluntária responder questões referentes ao(à): Perfil da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), Perfil da respondente, Percepção da respondente acerca de questões sobre a ABEU e a Acessibilidade, com base na Lei 13146/2015.

Riscos: o preenchimento deste questionário e entrevista poderão expor os participantes a riscos como cansaço, desconforto pelo tempo gasto no preenchimento do questionário, quebra de sigilo, divulgação ou vazamento de dados confidenciais, estigmatização – divulgação de informações, e ao relembrar algumas sensações diante do vivido com situações altamente desgastantes. Se isto ocorrer você poderá interromper o preenchimento dos instrumentos e retomá-los posteriormente, se assim o desejar. O pesquisador garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18), bem como o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Comprometo-me, também, a apagar da nuvem/rede os dados sobre a pesquisa (todos eles, inclusive os termos, anuências, consentimentos), e guardá-los em dispositivo eletrônico próprio, local.

Benefícios: os benefícios para os integrantes desta pesquisa serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento sobre Acessibilidade e Acesso à Informação, na perspectiva da Ciência da Informação, para minimizar ou sanar o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com deficiência, bem como a elaboração de novas pesquisa sobre essa temática.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão

divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc) ficarão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador **Jonatan Cândido da Silva**, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o(a) senhor(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Rua Dr. João Moura, 92 - Bela Vista. Vitória de Santo Antão - PE (CAV- ANEXO) - CEP: 55.612-440. Tel.: (81) 3114.4152 – E-mail: cep.cav@ufpe.br.**

(Assinatura do Pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PcD: um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil**, como voluntário (a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

() Aceito Participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Acesso à informação para Pessoas com Deficiências (PcD): um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil

Nome Pesquisador responsável: Jonatan Cândido Da Silva

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Programa de Pós-graduação em Ciência da informação (PPGCI).

Endereço completo do responsável:

[REDACTED]

E-mail: jonatan.candido@ufpe.br

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Siebra de Albuquerque. [REDACTED] **E-mail:** sandra.siebra@ufpe.br

O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/UFPE e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do pesquisador Jonatan Cândido da Silva, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Recife, 01 de março de 2023.

Assinatura Pesquisador Responsável

APÊNDICE E – CARTA DE ANUÊNCIA**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO****CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos o pesquisador **JONATAN CANDIDO DA SILVA**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **Acesso à informação para Pessoas com Deficiências (PcD): um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil**, que está sob a coordenação/orientação da **Profa. Dra. SANDRA SIEBRA DE ALBUQUERQUE**, cujo objetivo é avaliar a acessibilidade pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com deficiência, no nas Editoras Universitárias Federais do Brasil e na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU).

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Cidade, xx de mês de 2023.

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

APÊNDICE F – AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE USO DE ARQUIVOS/DADOS DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que cederemos ao pesquisador **Jonatan Candido da Silva**, o acesso aos arquivos de **questionários, entrevistas, base de dados de pesquisa etc.**, para serem utilizados na pesquisa: Acesso à informação para Pessoas com Deficiências (PcD): um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil, que está sob a orientação da **Profa. Dra. Sandra Siebra de Albuquerque**.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Instituição ou pessoa por ele delegada

**APÊNDICE G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E
DEPOIMENTO**

Eu _____, CPF _____, RG _____
_____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador **Jonatan Candido da Silva**, do projeto de pesquisa intitulado **Acesso à informação para Pessoas com Deficiências (PcD): um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil**, que está sob a orientação da **Profa. Dra. Sandra Siebra de Albuquerque**, a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

_____, em ____/____/_____.

Entrevistada

Pesquisador responsável pela entrevista

APÊNDICE H - LISTA DE CONTATOS DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO BRASIL ASSOCIADAS À ABEU

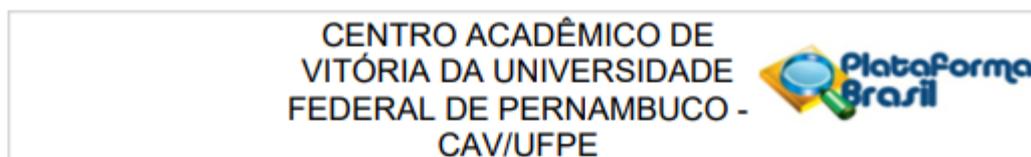
Regiões	UF	Universidades Federais Brasileiras	Siglas	Siglas das Editoras	Sítios	e-mails
Centro-Oeste	DF	Universidade de Brasília	UnB	EdUnB	https://www.editora.unb.br	contatoeditora@unb.br
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	EdUFGD	https://portal.ufgd.edu.br/setor/editora/index	editora@ufgd.edu.br
	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	EDUFMS	https://editora.ufms.br/	sedit.agecom@ufms.br
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	EdUFMT	https://www.edufmt.com.br/	editora@ufmt.br
Nordeste	AL	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Edufal/Fundepes	https://www.edufal.com.br/	secretariaedufal@gmail.com
	BA	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Edufba	https://edufba.ufba.br/	edufba@ufba.br
	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	EDUFRB	https://www.ufrb.edu.br/editora/	editora@reitoria.ufrb.edu.br
	CE	Universidade Federal do Ceará	UFC	EDUFC	https://imprensa.ufc.br/pt/	editora@ufc.br
	MA	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	EDUFMA	https://www.edufma.ufma.br/	edufma.sce@ufma.br
	PB	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Ed. da UFPB	http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/	editora@ufpb.br
	PE	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Edufpe	https://www.ufpe.br/editora	publicacoes.editora@ufpe.br
	PI	Universidade Federal do Piauí	UFPI	Edufpi	https://ufpi.br/edufpi	editora@ufpi.edu.br
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	EDUFRN	http://www.editora.ufrn.br/	contato@editora.ufrn.br
	RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	Edufersa	https://edufersa.ufersa.edu.br/	edufersa@ufersa.edu.br
Norte	AC	Universidade Federal do Acre	UFAC	Edufac	http://www2.ufac.br/editora	edufac.ufac@gmail.com
	AM	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Edua	https://edua.ufam.edu.br/	edua@ufam.edu.br
	AP	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Editora da UNIFAP	https://www2.unifap.br/editora/	editora@unifap.br
	PA	Universidade Federal do Pará	UFPA	Edufpa	https://editora.ufpa.br/	editora@ufpa.br
	PA	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Edufopa	-	editora@ufopa.edu.br

	PA	Universidade Federal Rural do Amazonas	UFRA	Edufra	https://portaleditora.ufra.edu.br/	editora@ufra.edu.br
	RO	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Edufro	https://edufro.unir.br/	edufro@unir.br
	RR	Universidade Federal de Roraima	UFRR	EdUFRR	https://ufr.br/editora/	editora@ufr.br
	TO	Universidade Federal do Tocantins	UFT	EdUFT	https://ww2.uft.edu.br/eduft	editora@uft.edu.br
Sudeste	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	EDUFES	https://edufes.ufes.br/	edufes@ufes.br
	M G	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Editora UFJF	https://www2.ufjf.br/editora/	direcao.editora@ufjf.edu.br
	M G	Universidade Federal de Lavras	UFLA	Editora Ufla	https://www.editora.ufla.br/	editora@ufla.br
	M G	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	EDUFMG	https://www.editoraufmg.br/	editora@ufmg.br
	M G	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Edufu	http://www.edufu.ufu.br/	edufu@ufu.br
	M G	Universidade Federal de Viçosa	UFV	EditoraUFV	https://editora.ufv.br/	editora@ufv.br
	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Editora UFRJ	http://www.editora.ufrj.br/	editora@editora.ufrj.br
	RJ	Universidade Federal Fluminense	UFF	Eduff	https://eduff.uff.br/	faleconosco.eduff@id.uff.br
	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	EDUR	https://editora.ufrj.br/	edur@ufrj.br
	SP	Universidade Federal do ABC	UFABC	Editora UFABC	https://editora.ufabc.edu.br/	editora@ufabc.edu.br
	SP	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Edufscar	https://edufscar.com.br/	gerenciaedufscar@ufscar.br
	SP	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Unifesp Editorial	https://www.editoraunifesp.com.br/	contato@editoraunifesp.com
Sul	PR	Univ. Federal da Integr. Latino-Americana	UNILA	EDUNILA	https://portal.unila.edu.br/editora	editora@unila.edu.br
	PR	Universidade Federal do Paraná	UFPR	EDUFPR	https://www.editora.ufpr.br/	editora@ufpr.br
	PR	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	EdUFSM	https://editoraufsm.com.br/	editora@ufsm.br

	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	EDUFTPR	https://editora.utfpr.edu.br/a-edutfpr/	editora@utfpr.edu.br
	RS	Univ. Federal Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Editores da UFCSPA	https://www.ufcspa.edu.br/vida-no-campus/editora-da-ufcspa	editora@ufcspa.edu.br
	RS	Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	FAU UFPeI	https://wp.ufpel.edu.br/editoraufpel/	editora.ufpel@gmail.com
	RS	Universidade Federal de Rio Grande	FURG	Edgraf/Furg	https://edgraf.furg.br/	editora@furg.br
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	EDUFRGS	https://www.ufrgs.br/editora/	direcaoeditora@ufrgs.br
	SC	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	EDUFFS	https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/apresentacao	editora@uffs.edu.br
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	EdUFSC	https://editora.ufsc.br/	editora@contato.ufsc.br

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PcD: um estudo em Editoras Universitárias Federais no Brasil"

Pesquisador: JONATAN CANDIDO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 65609522.5.0000.9430

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.918.774

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2059539.pdf de 24/02/23) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO_Detalhado_24_fev_2023.docx): Resumo, Metodologia, Critérios de inclusão e exclusão.

Consiste de um projeto de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (CAC-UFPE) do pesquisador Jonatan Candido da Silva sob orientação da Profa. Sandra Siebra. O estudo está focado em realizar um levantamento em 43 editoras universitárias e na Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) no tocante a políticas de acessibilidade em suas divulgações, publicações e sites, como também medir o conhecimento de seus gestores ou representante no tocante a leis de inclusão da PcD.

Sendo as editoras empresas públicas ou privadas, comerciais ou não, que gerenciam o processo de editoração, publicação e disseminação de obras literárias, periódicos (jornais e revistas) e/ou partituras. Além do público atual de aproximadamente 57 mil estudantes com alguma deficiência matriculados no ensino superior, este trabalho se justifica como muito relevante para melhor compreensão nacional sobre inclusão de PcD no consumo de informação produzida nestes

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista	
Bairro: Matriz	CEP: 55.612-440
UF: PE	Município: VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152	E-mail: cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

espaços, obras e divulgações.

Metodologia

Abordagem descritiva, com dados a serem coletados por meio de entrevistas e questionários. Estão previstas duas etapas:

Etapas 1 – Elaboração e Aplicação de Questionário: O instrumento de coleta de dados será um questionário elaborado e aplicado por meio da plataforma on-line SurveyMonkey, versão paga, também em português, com perguntas abertas e fechadas, bem como entrevista aberta em meio digital, utilizando a plataforma Google Meet.

Etapas 2 - Análise de conteúdo e apresentação dos resultados: A caracterização do método de análise dos dados coletados com o questionário será baseada na perspectiva da análise de conteúdo de Bardin.

Amostragem

Foram selecionadas como amostra desta pesquisa 44 universidades federais brasileiras e suas respectivas editoras filiadas à ABEU, elencadas por região, bem como a Presidenta da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). Logo, o universo amostral é de 45 participantes.

Crerios de Inclusão e Exclusão

Crerio de inclusão – Ser uma Editora Pública Federal, vinculada à uma universidade Pública Federal e estar associada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU).

Crerios de exclusão – Ser uma Editora Pública Federal, não vinculada à uma universidade Pública Federal e não estar associada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU).

Recrutamento dos Participantes

Considerando a abrangência da proposta e a extensão territorial do país, a pesquisa, de forma on line, permitirá uma série de vantagens: baixo custo, tempo, facilidade do uso, ausência de restrições espaciais e índice de respostas. Logo, o convite se dará por e-mail, ficando o usuário livre para responder ou não a pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

Avaliar a acessibilidade pelas Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil, em prol do direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com deficiência.

Específicos:

a) Caracterizar as Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil;

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista
Bairro: Matriz **CEP:** 55.612-440
UF: PE **Município:** VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152 **E-mail:** cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

b) Identificar os requisitos (ou critérios) que devem ser contemplados pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil em termos da promoção da acessibilidade;

c) Mapear as iniciativas e os desafios enfrentados em prol do cumprimento da Lei 13.146/2015 pelas Editoras Universitárias Federais do Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: o preenchimento deste questionário e entrevista poderão expor os participantes a riscos como cansaço, desconforto pelo tempo gasto no preenchimento do questionário, quebra de sigilo, divulgação ou vazamento de dados confidenciais, estigmatização – divulgação de informações, e ao relembra algumas sensações diante do vivido com situações altamente desgastantes. Se isto ocorrer você poderá interromper o preenchimento dos instrumentos e retomá-los posteriormente, se assim o desejar. O pesquisador garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18), bem como o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual. Comprometo-me, também, a apagar da nuvem/rede os dados sobre a pesquisa (todos eles, inclusive os termos, anuências, consentimentos), e guarda-los em dispositivo eletrônico próprio, local.

Benefícios: os benefícios para os integrantes desta pesquisa serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento sobre Acessibilidade e Acesso à Informação, na perspectiva da Ciência da Informação, para minimizar ou sanar o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação pelas pessoas com deficiência, bem como a elaboração de novas pesquisa sobre essa temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista	
Bairro: Matriz	CEP: 55.612-440
UF: PE	Município: VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152	E-mail: cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente no.5.902.904 emitido pelo CEP em 17/02/2023.

1. Faz-se necessário maiores esclarecimentos sobre o envio do TCLE e a obtenção do consentimento dos participantes. Está anexado na plataforma Brasil um modelo de documento que dá a opção ao final para o participante assinalar se aceita ou não participar da pesquisa. Como será enviado esse documento para o participante? Será no email ou através de formulário eletrônico? Se for através de formulário eletrônico é necessário o envio do link para apreciação ética (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS).

Em relação ao retorno do documento assinalado e digitalizado de TCLE pelo participante, se for o caso, esclarecer no projeto detalhado se será através de email.

Resposta: Conforme consta na etapa 1, o convite se dará por e-mail, ficando o usuário livre para responder ou não a pesquisa. Serão convidados para participar da pesquisa, respondendo ao questionário, os gestores e/ou representantes das Editoras Universitárias Públicas Federais do Brasil. O convite será enviado por email, de forma individual, para evitar a disseminação de dados de outrem.

Com isso, os documentos (TCLE e a obtenção do consentimento dos participantes) serão encaminhados, por meio de e-mail eletrônico do pesquisador (jonatan.candido@ufpe.br), de forma personalizada, para cada participante. Logo depois, caso aceite, o participante enviará, a esse pesquisador, os respectivos documentos devidamente assinados, anexados no e-mail.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Nos termos(TCLE e TALE), além de toda a explicação compreensível sobre a pesquisa, deve constar:

- a) Explicação ao participante de que o Termo de consentimento/assentimento será apresentado antes das perguntas (questionário, formulário ou entrevista), para que ele registre a sua anuência (e saiba, exatamente, como será a forma este registro será feito). Caso haja concordância de participação na pesquisa, esta será considerada também quando eles responderem o instrumento utilizado na pesquisa.
- b) Que o participante deve guardar a cópia dos termos (e o registro da sua anuência ou não anuência, se for o caso);
- c) Que o participante pode não responder ao que ele quiser, mesmo que haja "perguntas obrigatórias", que pode sair da pesquisa a qualquer momento e, para isso, deve ser inserido um

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista
Bairro: Matriz **CEP:** 55.612-440
UF: PE **Município:** VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152 **E-mail:** cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

link para a retirada do consentimento.

d) Declaração, no TCLE e no TALE, que o pedido de saída da pesquisa (ou de retirada dos dados) por parte do voluntário será recebido (e declarar por qual meio) e que este será informado quando for realizada a retirada;

e) Os participantes devem ser explicitamente informados, no Consentimento, no caso em que seus dados pessoais ou sensíveis (origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde, vida sexual, genética ou dado biométrico de pessoas físicas, identificáveis), depois de recebidos, não possam ser excluídos da pesquisa, para que eles

consintam, ou não, sabendo desta situação;

f) Quando a pesquisa for de CHS o participante deve ser informado e decidir se "a sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública"; conforme o artigo 9, inciso V da 510/2016.

Faz-se necessário que os itens mencionados acima seja atendido no modelo de TCLE presente no projeto detalhado (apêndice C) como também o anexado na Plataforma Brasil.

Além disso, esclarecer se haverá outros pesquisadores na pesquisa que não constam na plataforma Brasil pois é mencionado no documento TCLE o seguinte parágrafo:

"Também participam desta pesquisa os pesquisadores:(_____) Telefones para contato: (_____) sob a orientação de: Profa. Dra. Sandra Siebra de Albuquerque, Telefone: 81999458216 email Sandra.siebra@ufpe.br."

Se houver mais pesquisadores, é necessário que eles sejam incluídos na equipe de pesquisa das informações básicas do projeto, seus lattes anexados na Plataforma Brasil e que sejam mencionados no projeto detalhado, esclarecendo suas funções na pesquisa.

Resposta: Inseridas no TCLE (Apêndice C do Projeto Detalhado).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Esclarecer melhor como será o retorno do consentimento do participante: se será através de documento assinalado e digitalizado pelo participante por email ou se será através de formulário eletrônico. Se for através de formulário eletrônico, é necessário inserir o link para apreciação ética (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS).

Resposta:

Os documentos (TCLE e a obtenção do consentimento dos participantes) serão encaminhados, por meio de e-mail eletrônico do pesquisador (jonatan.candido@ufpe.br), de forma personalizada,

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista
Bairro: Matriz **CEP:** 55.612-440
UF: PE **Município:** VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Telefone: (81)3114-4152 **E-mail:** cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

para cada participante.

Logo depois, caso aceite, o participante enviará, a esse pesquisador, os respectivos documentos devidamente assinados, anexados no e-mail.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4. A etapa da coleta de dados está prevista no mês de janeiro no projeto. Como o protocolo ainda está em análise ética pelo sistema CEP/CONEP, essa etapa deve ser mencionada nos meses a posteriori da análise. Faz-se necessário que seja feito ajustes ao cronograma (Resolução 466/12 CNS/MS).

Resposta: Cronograma ajustado pelo pesquisador.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

5. Ajustar o item 7 Aspectos Éticos sobre o Armazenamento de Dados. Segundo a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS:

"3.2. Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

3.3. O mesmo cuidado deverá ser seguido para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. É recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Sendo assim, na questão de armazenamento dos dados coletados ficarem armazenados no Google Drive Institucional da UFPE, solicita-se que seja alterado para computador pessoal do pesquisador. Ou seja, é necessário apagar da nuvem/rede os dados sobre sua pesquisa (todos eles, inclusive os termos, anuências, consentimentos), e guardá-los em dispositivo eletrônico próprio, local.

Resposta:

Armazenamento dos dados coletados: As informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os dados da pesquisa serão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador Jonatan Cândido da Silva, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista	
Bairro: Matriz	CEP: 55.612-440
UF: PE	Município: VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152	E-mail: cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

É obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética, relatório parcial das atividades desenvolvidas no período de seis meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2059539.pdf	24/02/2023 17:45:24		Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP_UFPE_CAV_24_02_2023_assinado.pdf	24/02/2023 17:44:22	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Detalhado_24_fev_2023.docx	24/02/2023 17:38:21	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_VIRTUAL.pdf	24/02/2023 17:23:49	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Confidencialidade_assinado.pdf	30/11/2022 14:36:32	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
Outros	declaracao_20211004328.pdf	30/11/2022 14:33:39	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista
Bairro: Matriz **CEP:** 55.612-440
UF: PE **Município:** VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152 **E-mail:** cep.cav@ufpe.br

**CENTRO ACADÊMICO DE
VITÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO -
CAV/UFPE**



Continuação do Parecer: 5.918.774

Outros	Lattes_Jonatan.pdf	30/11/2022 14:24:15	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
Outros	Lattes_Sandra.pdf	30/11/2022 14:23:48	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_ABEU.pdf	30/11/2022 14:17:10	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Jonatan_assinado.pdf	30/11/2022 14:15:57	JONATAN CANDIDO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA DE SANTO ANTAO, 01 de Março de 2023

**Assinado por:
Zalide Carvalho dos Santos
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Dr. João Moura, 92 Bela Vista
Bairro: Matriz **CEP:** 55.612-440
UF: PE **Município:** VITORIA DE SANTO ANTAO
Telefone: (81)3114-4152 **E-mail:** cep.cav@ufpe.br